

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014





## ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO .....	5
<b>Nota Prévia.....</b>	<b>5</b>
<b>Enquadramento Macroeconómico .....</b>	<b>5</b>
<b>Principais Resultados .....</b>	<b>6</b>
II – ATIVIDADES .....	11
<b>Coesão Social .....</b>	<b>11</b>
<b>Economia e Emprego .....</b>	<b>15</b>
<b>Inovação .....</b>	<b>16</b>
<b>Cultura .....</b>	<b>17</b>
<b>Urbanismo e Reabilitação Urbana .....</b>	<b>19</b>
<b>Educação.....</b>	<b>21</b>
<b>Juventude.....</b>	<b>23</b>
<b>Turismo .....</b>	<b>24</b>
<b>Segurança .....</b>	<b>25</b>
<b>Desporto (e Animação).....</b>	<b>26</b>
<b>Mobilidade e Transportes.....</b>	<b>28</b>
<b>Ambiente e Qualidade de Vida.....</b>	<b>31</b>
<b>Governância da Câmara.....</b>	<b>35</b>
III – RELATÓRIO FINANCEIRO .....	41
<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL.....</b>	<b>41</b>
1. Principais destaques .....	41
2. Equilíbrio Orçamental .....	42
3. Análise da Despesa.....	45
4. Análise da Receita.....	61
5. Movimentos de Tesouraria .....	72
<b>SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....</b>	<b>75</b>
6. Análise do Balanço .....	75

<b>7. Análise da Demonstração de Resultados .....</b>	<b>78</b>
<b>8. Dívida .....</b>	<b>80</b>
<b>9. Proposta de aplicação de resultados .....</b>	<b>84</b>
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	91
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
ANEXOS	

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Introdução



## I – INTRODUÇÃO

### Nota Prévia

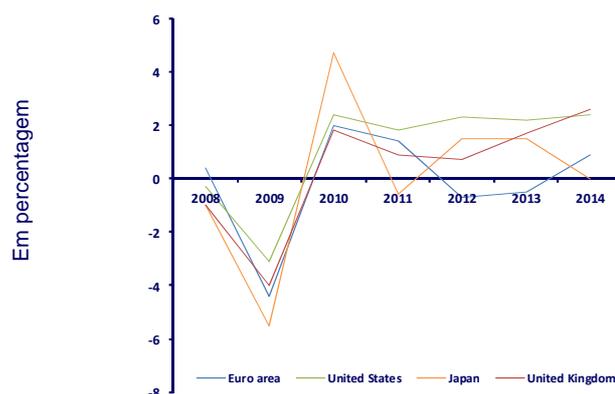
Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2014, que procura ser clarificador quanto às origens das receitas e despesas do Município do Porto, bem como relativamente à sua situação económica e financeira.

Com o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, estabelecido pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas consolidadas passaram a poder ser aprovados em momento diferente das contas individuais do município, isto é, até junho do ano seguinte àquele a que respeitam as referidas contas.

### Enquadramento Macroeconómico

No ano em análise o enquadramento externo da economia portuguesa foi marcado por uma recuperação moderada da economia da área do euro. Em termos médios anuais, a economia da zona euro cresceu 0,9% em 2014, o que compara com uma queda de 0,4% em 2013<sup>1</sup>.

F.1 – PIB: Taxa de variação homóloga<sup>2</sup>



Num contexto de diminuição da inflação, o BCE reduziu as taxas de juro de referência, em junho e setembro de 2014. Assim, neste ano, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento fixou-se num mínimo histórico de 0,05%.

<sup>1</sup> Banco de Portugal, Resumo dos principais indicadores económicos, de 17-03-2015

<sup>2</sup> Novo Banco, Research Económico, Março 02 a 06, 2015

Em Portugal, o Produto Interno Bruto (PIB) registou um crescimento, de -1,4% em 2013, para 0,9% no ano de 2014. De igual forma o consumo e o investimento privados evoluíram, de -1,4% e -6,3% em 2013, para 2,1% e 2,3% em 2014<sup>3</sup>.

A taxa de desemprego relativa a 2014 fixou-se em 13,9%, o que representa uma diminuição de 2,3 p.p. face ao ano transato<sup>3</sup>.

A taxa de inflação média anual foi de -0,2% registando uma descida face a 2013, ano em que se fixou em 0,4%<sup>3</sup>, e o défice orçamental situou-se em 4,5%<sup>4</sup>.

## Principais Resultados

Apesar do contexto económico ainda pouco favorável, o Município do Porto apresenta resultados positivos, evidenciando o reforço da consolidação do equilíbrio financeiro alcançado nos últimos anos.

Em termos sintéticos destaca-se:

- Uma taxa de execução do orçamento da receita, em termos de cobrança, de 99,2%;
- O acréscimo da receita corrente de 5,9%, cerca de 9,1 milhões de euros, face ao ano de 2013. As receitas fiscais aumentaram 11,5% (11,3 milhões de euros), por força do aumento verificado sobretudo nos impostos diretos, nomeadamente no IMT, influenciados pelas cobranças efetuadas no âmbito da medida excecional de regularização de dívidas fiscais de 2013;
- A receita de capital (sem reposições e saldo de gerência), inferior em 64,3% relativamente a 2013, ou seja, cerca de 22,2 milhões de euros, pela variação negativa da generalidade das rubricas;
- A variação negativa das despesas realizadas com pessoal e com aquisições de bens e serviços face ao previsto em orçamento e que no conjunto é superior a 17,8 milhões de euros;
- A redução da dívida de médio e longo prazo, incluindo o *leasing*, em 10,1% (9,8 milhões de euros);
- Um prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF) de 4 dias;
- A manutenção de capacidade de endividamento face à lei em vigor;

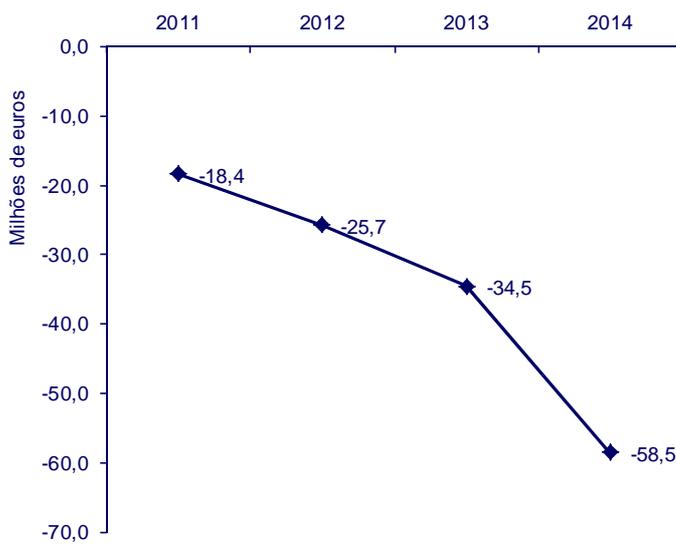
---

<sup>3</sup> Banco de Portugal, Resumo dos principais indicadores económicos, de 17-03-2015

<sup>4</sup> INE, Procedimento dos Défices Excessivos – 1ª notificação 2015, de 26-03-2015

- O facto do endividamento líquido a curto prazo apresentar um valor negativo. Verifica-se, mais uma vez, que o valor das receitas por cobrar, acrescido das disponibilidades de tesouraria, é superior ao que o Município deve aos seus fornecedores, em cerca de 58,5 milhões euros.

F.2 – Dívida líquida de curto prazo



- Na ótica patrimonial destaca-se o resultado líquido do exercício de 5,9 milhões de euros.
- Por fim, uma nota para a área dos recursos humanos que cumpriu a meta de 2% de redução de pessoal, imposta pela Lei do Orçamento de Estado, e que reintegrou 155 trabalhadores que se encontravam em regime de cedência de interesse público nas concessionárias de limpeza urbana Invicta Ambiente e Suma.



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Atividades



## II – ATIVIDADES

Em 2014, as prioridades do Município do Porto mantiveram-se fiéis às premissas e prioridades do orçamento aprovado para o ano, cujos objetivos estratégicos assentaram no programa autárquico de 2013 e que refletiu ainda opções e compromissos legitimamente assumidos em anos transatos que não podiam deixar de ser honrados pelo Município. Neste novo ciclo político, as prioridades agregam-se em 13 objetivos estratégicos transversais ao município, que se passam a analisar na ótica da despesa faturada.

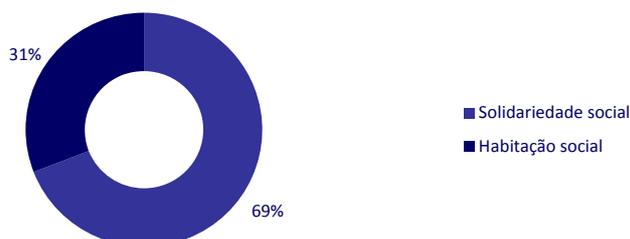
### Q.1 – Despesas por objetivos

Objetivo	Orçamento	Faturado	Pago		Taxa de Execução		
	€ (1)	€ (2)	€ (3)	%	(2)/(1)	(3)/(1)	(3)/(2)
Coesão Social	9.152.465	7.409.496	7.408.729	4,8%	81,0%	80,9%	100,0%
Economia e Emprego	293.501	105.878	80.636	0,1%	36,1%	27,5%	76,2%
Inovação	1.215.784	188.163	185.683	0,1%	15,5%	15,3%	98,7%
Cultura	2.089.161	1.755.555	1.647.127	1,1%	84,0%	78,8%	93,8%
Urbanismo e Reabilitação Urbana	16.016.432	5.225.504	5.190.504	3,4%	32,6%	32,4%	99,3%
Educação	7.429.021	5.920.757	5.704.665	3,7%	79,7%	76,8%	96,4%
Juventude	19.800	11.120	11.120	0,0%	56,2%	56,2%	100,0%
Turismo	633.305	591.764	588.070	0,4%	93,4%	92,9%	99,4%
Segurança	3.054.457	2.654.785	2.464.554	1,6%	86,9%	80,7%	92,8%
Desporto	4.286.557	4.158.669	4.158.669	2,7%	97,0%	97,0%	100,0%
Mobilidade e Transportes	12.141.081	10.429.716	10.337.124	6,7%	85,9%	85,1%	99,1%
Ambiente e Qualidade de Vida	27.469.167	25.099.981	24.320.663	15,7%	91,4%	88,5%	96,9%
Governância da Câmara	117.916.676	92.887.160	92.557.311	59,8%	78,8%	78,5%	99,6%
<b>Total</b>	<b>201.717.409</b>	<b>156.438.548</b>	<b>154.654.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>77,6%</b>	<b>76,7%</b>	<b>98,9%</b>

As Grandes Opções do Plano (GOP) incorporam estes objetivos que, por sua vez, se desdobram em programas, projetos e ações das intervenções setoriais. As GOP agregam as despesas do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e as despesas do Plano das Atividades mais Relevantes (PAR).

## Coesão Social

### F.3 - Coesão Social



A Coesão social foi um dos vetores estratégicos mais importantes, tendo sido aplicados 2,3 milhões de euros na **Habitação social**.

O remanescente (5,1 milhões de euros) destinou-se à Solidariedade social.

O respeito pelos princípios administrativos da imparcialidade, proporcionalidade, publicidade e transparência dos atos da administração pública, aplicados à gestão do vasto conjunto de habitação social do Município do Porto determinaram, em 2014 e após reajustamentos, a entrada em vigor do atual Regulamento de Gestão do Parque Habitacional. Com enquadramento nas regras estabelecidas por este Regulamento e aplicação de princípios de gestão, de forma uniforme e generalizada, a ocupação dos fogos obedece a critérios de legalidade, justiça e equidade social.

Em 2014 prosseguiu-se a política de investimento na grande reabilitação dos bairros sociais da cidade, com execução das empreitadas de reabilitação dos bairros de Aldoar (bloco 12), Contumil (bloco 4), Lagarteiro (blocos 10 e 11), Santa Luzia (entradas 37 a 40), e S. Vicente Paulo, de recuperação de fachadas em Parceria Antunes (blocos 1 e 2), e de substituição e isolamento de coberturas em Agra do Amial (blocos A a H) e na Pasteleira (blocos 5, 6, 20, 12, 14, 17 a 19). No final do ano estavam em processo de contratação as empreitadas de grande reabilitação relativas ao Lagarteiro (blocos 12 e 13), Aldoar (bloco 14), Santa Luzia (entradas 1 a 9) e do Bairro de S. João de Deus.

Foi também lançado o concurso público para construção do Bairro Novo Rainha D. Leonor, em termos inovadores, que permitirá alojar todos os atuais residentes e substituir os blocos, que estão manifestamente degradados, mantendo as pessoas a residir no local. De acordo com o projetado esta operação não tem custos para o Município.

No âmbito da grande reabilitação foram ainda concluídos os projetos dos Bairros de Ramalde e de Machado Vaz e dado início à execução de projetos dos bairros Monte da Bela (blocos 1 a 7), Bom Pastor (blocos 1 a 10) e Falcão (blocos 1 a 9).

Manteve-se a política de recuperação completa do interior das habitações que ficaram devolutas. Esta política de intervenção em casas devolutas, executada ao longo dos últimos anos, conduziu a obras significativas de interiores em cerca de 30% dos cerca de 12.800 fogos de habitação social municipal. Em 2014 reabilitou-se o interior de 472 casas devolutas, ultrapassando-se o número de fogos reabilitados em cada um dos dois anos anteriores.

Foi também realizado o trabalho preparatório para organizar a manutenção preventiva dos edifícios de habitação municipal, atividade essencial, de que a empresa também se ocupará a partir de 2015.

Continuou a ser dado especial acompanhamento à taxa de incumprimento no pagamento de rendas que, a par com a medida excecional de regularização de dívidas que foi implementada nos primeiros meses do ano, nos termos da qual se concederam prazos alargados para a regularização de pagamentos em atraso, com isenção de custas judiciais e juros vencidos, viu reduzido de 5,11% para 5,07% a percentagem de incumpridores e de 4,53% para 4,15% o valor em mora. Registe-se que, na medida excecional de regularização de dívidas, se verificou a adesão de 1.153 dos 1.402 incumpridores.

Ainda no domínio da habitação foi contratado à Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto o levantamento e caracterização das Ilhas da cidade, de modo a adquirir conhecimento que permita elaborar um programa de intervenção neste setor. Os serviços da DomusSocial, EM, em colaboração com a Direção Municipal de Finanças e Património, fizeram ainda um levantamento exaustivo dos edifícios de propriedade municipal no centro histórico do Porto, de modo a avaliar a possibilidade da sua reabilitação e inclusão no mercado de arrendamento social.

No âmbito da **Solidariedade social** destacam-se as transferências para as Juntas de Freguesia com 3,1 milhões de euros, e na intervenção social, promovida através da Fundação Porto Social, merece especial destaque a continuidade do investimento na promoção de iniciativas de inovação social através do Centro de Inovação Social do Porto. Nesse sentido, foi concebida e realizada uma atividade inovadora e de grande impacto para a promoção do empreendedorismo social – Pontes para o Futuro, a qual reuniu instituições públicas e privadas, com e sem fins lucrativos, assim como cidadãos empreendedores da cidade com o objetivo de responder a necessidades específicas definidas pelas organizações do terceiro setor. Participaram mais de 30 organizações e cerca de 90 ideias empreendedoras foram candidatas à iniciativa. O Centro apoiou em 2014 cerca de 20 projetos de Empreendedorismo Social.

No âmbito do Conselho Local de Ação Social, foi realizada a avaliação do Plano de Desenvolvimento Social 2011-2013 e concebido o Plano de Desenvolvimento Social 2014-2017, tendo sido dado início à implementação do Plano de Ação 2014.

A população idosa continuou a constituir uma prioridade, quer através do reforço do Programa Aconchego, quer através da continuidade do Programa Porto Amigo, destinado a melhorar as condições de habitabilidade da população sénior dependente. Foi dada continuidade à promoção da intergeracionalidade através da realização de atividades que juntaram idosos dos diferentes centros de dia da cidade e crianças, reforçando-se laços de afetividade entre duas gerações que se pretende aproximar.

Nas atividades dirigidas às crianças deu-se continuidade aos *ateliers* temáticos no Centro de

Educação Ambiental, às ações de ocupação lúdica dos tempos livres nas pausas de verão e ao projeto Música para Todos, que foi alargado. A Orquestra Juvenil da Bonjóia impulsionou a sua atividade tendo pela primeira vez realizado uma apresentação pública num concurso internacional em Espanha.

Relativamente à promoção da cidadania, foi repensada a plataforma digital que reúne a oferta e a procura de oportunidades de voluntariado e foi efetuada mais uma edição do curso de gestão de voluntariado. A zona oriental da cidade viu reforçada a sua dinamização com a Feira do Mundo Rural, o Verão na Bonjóia, os Serões da Bonjóia e as diversas iniciativas desenvolvidas na Quinta, determinantes para atrair para esta zona um número crescente de pessoas nos últimos anos.

A nível da dinamização interinstitucional realizou-se a XI edição da Arca de Natal, que contou com a presença de 30 instituições e mais de 5.000 visitantes. O Centro de Recursos Sociais do Porto foi fundamental para a criação de sinergias de intervenção entre instituições, em particular na promoção da empregabilidade, e o Gabinete de Inserção Profissional apoiou cerca de 906 desempregados na procura de emprego.

Através do projeto Portugal Participa, o Município participou, em conjunto com outras três autarquias do país, na construção e experimentação de metodologias participativas de promoção e planeamento do desenvolvimento local.

Com o projeto Cidade das Profissões continuaram a desenvolver-se e aprofundar-se as competências pessoais para promoção da empregabilidade. De destacar que, em 2014, a cidade do Porto assumiu a presidência da Rede Internacional Cidade das Profissões Réseau Cité des Métiers, constituída por mais de 40 cidades em todo o mundo.

No domínio dos Serviços de Cidadania assegurados pelo Gabinete do Município, é de salientar a criação do Serviço Municipal de Aconselhamento Jurídico, o crescimento de 40% do número de processos no âmbito do direito e conflitos de consumo intermediados pelo Serviço Municipal de Apoio ao Consumidor e ainda o crescimento da procura do Serviço Municipal de Apoio à Reutilização de Livros Escolares em termos de número de utentes, de livros depositados e de livros levantados.

Foi lançada a primeira edição do Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social, com três áreas de intervenção: Apoio à Habitação, Apoio à inclusão dos Cidadãos com Deficiência e Solidariedade Social.

## **Economia e Emprego**

No objetivo Economia e Emprego, um dos vetores centrais do orçamento municipal, não pelo montante mas por constituir um dos grandes eixos estratégicos para a Cidade, foram considerados os programas **Mercator** e o **Dinamismo económico** onde foram aplicados 105,8 mil euros.

No domínio da **dinamização económica** e, no quadro das suas competências, o Município do Porto criou em 2014 um serviço específico direcionado à promoção de um ambiente estimulante à competitividade, à inovação empresarial, à atração de investimento, tendo como principal enfoque a dinamização da economia e a afirmação da cidade do Porto, a nível nacional e internacional.

Para alcançar este desígnio, a Invest Porto procurou explorar complementaridades e sinergias existentes no território, através da mobilização de diferentes agentes económicos e institucionais, de forma a potenciar ganhos de escala que pudessem contribuir para a promoção das vantagens competitivas do Porto, no panorama nacional e, sobretudo, internacional.

A articulação interinstitucional teve em conta os princípios da proximidade de atuação em parceria, privilegiando o reforço do trabalho colaborativo com vista ao desenvolvimento de ações conjuntas e em rede, direcionadas para quatro níveis de intervenção fundamentais: Facilitação e a simplificação de procedimentos; Competitividade e captação de investimento direto; Capacitação e promoção de competências; Dinamização de iniciativas, identificação e captação de oportunidades.

Neste âmbito, a materialização da intervenção do Município do Porto com vista à atração de investimento passou pela formalização de 55 propostas de Protocolos de Cooperação Institucional, que envolveram diversas entidades e organismos públicos, pólos de competitividade e clusters, associações empresariais, câmaras de comércio e indústria, universidades e centros de investigação.

Numa outra perspetiva, procurou-se projetar internacionalmente a cidade do Porto e a região em que se insere, como destino favorável ao investimento e ao acolhimento empresarial, pela sua vocação e dinamismo económico, localização geoestratégica, rede de apoio ao conhecimento, inovação e empreendedorismo.

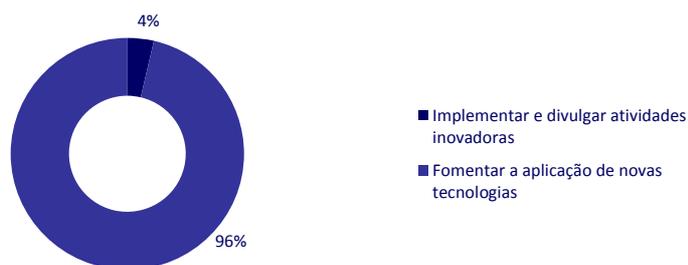
Numa ótica de promoção das vantagens competitivas da cidade e da região envolvente, foram desenvolvidas diversas missões internacionais, enquadradas numa perspetiva de diplomacia económica e valorização do território, em que o Presidente do Município do Porto assumiu o papel chave na promoção ativa da imagem da cidade, procurando acrescentar valor aos seus recursos e potencialidades.

Foram igualmente desenvolvidos instrumentos de promoção das vantagens competitivas do Porto, em que se deu a conhecer a potenciais investidores a proposta de valor da cidade, fortemente ancorada em atividades de elevado valor acrescentado em I&D, inovação e conhecimento.

No domínio da atividade de angariação de investimento, o Município do Porto, através da Invest Porto, direcionou a sua ação para o apoio à localização e ao acolhimento empresarial, procurando servir o investidor numa ótica *one-to-one*, através de soluções diferenciadoras e orientadas para a especificidade de cada atividade e tipo de negócio. Neste âmbito, foram apoiados diversos projetos de expansão de atividade de multinacionais ligadas aos serviços de *nearshoring*, saúde, TICs e à indústria, em atividades de maior valor acrescentado, geradoras de riqueza e emprego qualificado.

## Inovação

F.4 - Inovação



A Inovação inclui os programas Implementar e divulgar atividades inovadoras com 6,8 mil euros e Fomentar a aplicação de novas tecnologias com 181,3 mil euros.

No âmbito do programa **Implementar e divulgar atividades inovadoras**, promoveu-se o aproveitamento de terrenos públicos expectantes e/ou degradados, transformando-os em áreas produtivas ou de lazer, acessíveis a toda a população, em colaboração com entidades públicas e privadas. Em resultado desse trabalho iniciaram-se projetos com vista à criação de várias hortas de produção agrícola em modo biológico na cidade.

No contexto do programa **Fomentar a aplicação de novas tecnologias** e no processo de melhoria e otimização da infraestrutura de Data Center foram instalados um novo ambiente virtual, um novo sistema de backups, nova Storage Area Network e novos equipamentos de rede, o que resultou num aumento de desempenho das aplicações que em alguns casos chegou a 75%.

No seguimento do processo de melhoria da qualidade de gestão dos sistemas de informação, foram implementados 3 novos processos ITIL, extended CMDB, Gestão de consumíveis e gestão de conhecimento. Iniciou-se um processo de preparação para uma futura certificação ISO 27001 do processo de Gestão de Refeições Escolares, que se enquadra em iniciativas para a gestão da segurança da informação.

Na área das comunicações, de voz e de dados, o processo contínuo de otimização e redução de custos permitiu uma taxa de poupança de 23,4%.

Em relação à disponibilização de indicadores de gestão foi alargado o âmbito do Portal de Gestão com informação relativa às áreas de Recursos Humanos, Finanças, Comunicações, Bombeiros, Escolas e Gestão Documental.

No projeto Cap@CIDADE, que visa reestruturar os sistemas informáticos de forma alinhada com a estratégia da organização, destacam-se os trabalhos de levantamento da arquitetura de informação, diagnóstico da arquitetura de sistemas e levantamento e modulação de processos. No âmbito deste projeto e dos arquivos municipais, trabalhou-se na criação do modelo concetual do Arquivo Digital Certificável da Câmara Municipal do Porto.

O Espaço Internet prosseguiu a sua atividade de combate à info-exclusão.

## **Cultura**

No objetivo da Cultura integra-se apenas o programa **Dinamização da Cultura** com uma faturação de 1,8 milhões de euros.

Através da atuação das Bibliotecas, Arquivos, Museus, Património Cultural e Teatros, desenvolveu-se uma intensa e diversificada programação, relevante fator de coesão social, de regeneração urbana, dinamizador da economia e do turismo.

Destaca-se o início da atividade de programação própria do Rivoli, propulsionado pelo projeto O Rivoli Já Dança, um programa de artes performativas e atividades paralelas, que integrou importantes projetos, portugueses e internacionais, constituindo um marco na nova dinâmica cultural da cidade pelo papel que desempenhou no renascimento do Teatro. Com os seus dois polos, Rivoli e Campo Alegre, o Teatro Municipal do Porto colocou em prática a estratégia definida para este equipamento municipal.

O Polo Campo Alegre, para além de funcionar como estrutura de acolhimento de projetos artísticos de tipologias diversas, desenvolve um projeto de ocupação temporária a nível de produção, ensaio, apresentação e pós-produção, vocacionado, ainda para o apoio a projetos performativos de agentes culturais da cidade do Porto e para residências artísticas de agentes nacionais e internacionais.

No Polo Rivoli desenvolve-se um projeto de apresentação de artes performativas de origem local, nacional e internacional e integra, na sua programação, projetos multidisciplinares, nomeadamente nas áreas de Cinema, Literatura, Pensamento e Ciência.

Realça-se o Fórum do Futuro, uma iniciativa única em Portugal, que pretende colocar o Porto no centro das discussões relacionadas com o futuro, reunindo pesquisadores e artistas do mais alto nível, de várias áreas que vão desde a Neurociência, Biologia Molecular, Sociologia, Arquitetura, às Artes e Música. Nesta primeira edição, em que participaram mais de 6.000 pessoas, fizeram parte do projeto individualidades portuguesas de renome, tais como o arquiteto Álvaro Siza Vieira e o investigador Alexandre Quintanilha, ao lado de importantes pensadores internacionais, tais como o vencedor do Prémio Nobel de Química Aaron Ciechanover, o arquiteto Jean Nouvel e o coreógrafo Robert Wilson que abriu este fórum.

A Feira do Livro renasceu nos jardins do Palácio de Cristal. Foi organizada pela autarquia num modelo que abriu a participação no evento a todos os que se dedicam à edição e comercialização de livros: editores, livreiros, associações e promotores de projetos inovadores em torno do livro, tendo registado a presença de 80 entidades que ocuparam 106 pavilhões e mais de 200 mil visitantes. Para o seu sucesso foi determinante o extenso e inovador programa cultural e de animação que decorreu nos diversos espaços da Biblioteca Municipal Almeida Garrett e no espaço exterior, com destaque para debates literários, cinema onde o livro foi personagem, Quintas de Leitura, exposições sobre a obra de Pasolini e de ilustração para a infância, bem como o programa de animação para crianças e famílias.

Em 2014 a renovada Galeria Municipal Almeida Garrett procurou reforçar a dimensão de espaço aberto a novos modelos expositivos, enquanto lugar de interdisciplinaridade artística e de janelas abertas para os debates contemporâneos, registando perto de 70 mil visitantes. A programação contou com 8 exposições: mostra em torno da ideia de habitar, a arquitetura do Porto, a obra da Vieira da Silva e a relação artística com a Sophia de Melo Breyner, a fotografia contemporânea do Sul da África, uma homenagem ao corpo, uma exposição de fotografias de Pier Paolo Pasolini, uma exposição de ilustração de livros infanto-juvenis, e uma reflexão sobre a produção artística de agentes ligados à cidade, com menos de 40 anos.

Nos Paços do Concelho, foi apresentada a exposição dos trabalhos concorrentes ao Prémio João Almada e a instalação P'OVO do artista plástico Rui Chafes e do arquiteto Camilo Rebelo.

Iniciou-se o ciclo Um objeto e seus discursos, que visou fomentar a circulação de públicos nos museus, arquivos, bibliotecas, teatros e espaços verdes da cidade e divulgar o seu

património material e imaterial. Ao ritmo de uma sessão por semana, foram realizadas 33 apresentações em que participaram cerca de 2.500 pessoas.

Foi lançado o programa Cultura em Expansão que levou a arte e a cultura a locais da cidade onde o seu acesso está mais condicionado, com a apresentação de três projetos, no Matadouro Industrial de Campanhã, na Ilha da Bela Vista e na Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira. Em articulação com a Porto Lazer, a Fundação Porto Social e os Pelouros da Inovação e Ambiente e da Habitação e Ação Social, este programa promove a coesão social e a regeneração urbana, elimina barreiras e encurta distâncias culturais, sem perder de vista a qualidade artística dos projetos e novas geografias da cidade como palco.

Foi criada a Agenda para o cinema independente, um projeto que pretende organizar, mapear e promover as sessões de cinema da cidade fora do circuito comercial.

Nas Bibliotecas Municipais, foi desenvolvido o projeto Os Livros pela Voz dos Seus Autores em articulação com a Biblioteca Sonora.

Nos museus, além de um intenso programa de visitas, celebração de dias comemorativos e de efemérides, decorreram exposições temporárias nos espaços museológicos, das quais se destacam A Liberdade da Imagem, a exposição Alcino Soutinho – Realismo confortável, e a exposição Histórias Com Travessas: a Mesa bem Servida, inserida no primeiro ciclo dedicado ao tema A Arte da Mesa no Ocidente.

Realizaram-se as Jornadas Europeias do Património, com a realização de exposições e conferências no Edifício Transparente.

No âmbito dos investimentos culturais destaca-se a aquisição da obra de arte 3 objetos e a preparação da colocação do painel de azulejos de Fernando Lanhas no Túnel da Ribeira, primeiro ato de um novo programa de Arte Pública.

## **Urbanismo e Reabilitação Urbana**

O objetivo do Urbanismo e Reabilitação Urbana integra o programa denominado Reabilitação/Requalificação Urbana onde foram imputados 5,2 milhões de euros.

O programa de **Reabilitação e requalificação urbana** é assegurado em articulação com a Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana, que ao promover a intervenção no edificado permitiu, desde 2005, um volume de investimento global de 874 milhões de euros, cujo efeito de alavancagem foi de treze euros de investimento privado por cada euro de investimento público.

Em 2014 foram aprovados os projetos de delimitação de seis novas Áreas de Reabilitação

Urbana e elaborado o primeiro Relatório de Monitorização da Operação de Reabilitação Urbana Sistemática da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, 2012-2013.

No âmbito da Reabilitação Urbana do Eixo de Mouzinho/Flores e da conclusão da operação Requalificação do Espaço Público, realizou-se o seminário Reabilitar para Revitalizar, e foram efetuadas duas publicações.

Na gestão urbanística foram concluídas 30 obras de um total acumulado de 85, estando ainda em curso 86 intervenções. Foram realizadas 244 transações no território da ACRRU, representando mais de 67 milhões de euros, sendo 69% das transações e 49% do valor na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto. Foram comercializadas 77% das frações reabilitadas no período entre 2005 e 2014, e estão em fase de comercialização 18%.

No que se refere à Gestão de Área Urbana foi concluída a Operação 1ª Avenida – Dinamização económica e social da Baixa do Porto, tendo sido lançadas duas publicações e a plataforma digital, importante ferramenta de gestão e informação urbanística. A Loja da Reabilitação Urbana realizou 4.644 atendimentos, foram apresentadas 55 ações de divulgação e comunicação para um conjunto de 3.194 participantes com destaque para a conferência dedicada à comemoração do 10.º aniversário da Porto Vivo, SRU e foi ainda lançado um novo site da empresa.

No âmbito do Urbanismo e do planeamento urbano do Município do Porto, foram desenvolvidas atividades nas vertentes do planeamento territorial, elaboração de estudos e elaboração de projetos de arquitetura.

No domínio do planeamento territorial, deu-se continuidade à elaboração dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente dos planos de pormenor de Contumil, Ranha, e Av. D. Pedro IV. Foram publicadas, a alteração simplificada ao PDM e a alteração ao plano de pormenor das Antas e concluído o período de discussão pública da proposta de elaboração do plano de pormenor do Dallas. Estão em curso os trabalhos do Plano de Urbanização da Avenida Fernão de Magalhães.

Em 2014 deu-se início ao processo de delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) de Campanhã e foram aprovadas as delimitações das ARU de Aliados, Cedofeita, Bonfim, Miragaia, Santos Pousada e Lapa.

Foi ainda elaborada a versão definitiva, prévia à discussão pública, do primeiro Relatório de Estado do Ordenamento do Território.

Ao nível dos projetos setoriais, destaca-se a continuidade do Plano de Promoção de Acessibilidades para Todos, colaboração na elaboração da rede de circuitos cicláveis,

estudo sobre a rede de equipamentos e serviços de proximidade e estudo sobre a carta de equipamentos de cuidados de saúde primários.

Foi concluído o estudo sobre a mobilidade casa/trabalho e casa/local de estudo e deu-se continuidade ao estudo sobre a evolução do parque habitacional 2001/2011.

No que respeita aos projetos de arquitetura, desenvolveram-se projetos de espaço público e de equipamento, de onde se destacam, a conclusão do acompanhamento da obra do eixo Mouzinho/Flores e o projeto de execução e acompanhamento de obra do Lar de idosos de Aldoar. Deu-se continuidade aos projetos de execução das ruas Tomás Ribeiro e Correia de Araújo, do jardim-de-infância da Vitória.

No âmbito da informação geográfica, destacam-se como projetos mais relevantes, o programa de aquisição, implementação e fiscalização da nova cartografia digital e a disponibilização da rede de apoio topográfico.

Relativamente à gestão urbanística foram sujeitos a controlo prévio, 3.543 processos, dos quais 24% respeitam a processos de licenciamento, 20% a pedidos de autorização de utilização e emissão do alvará respetivo e 2% correspondem a pedidos de informação prévia. Os restantes respeitam a instalação de atividade.

Foram proferidos 3.450 despachos de decisão final, dos quais, 55% se traduzem em decisões favoráveis. Foram também emitidos 1.482 alvarás de obras de construção e utilização, sendo cerca de 10% averbamentos a alvarás já emitidos.

No âmbito do Urbanismo e Reabilitação Urbana e através da GOP, EM, concluiu-se a empreitada de consolidação da Escarpa das Fontainhas – Setor 5.2. e iniciou-se a dos Setores 3.1 e 5.3 e estão em execução os projetos da Escarpa do Codeçal e da Escarpa do Palácio de Cristal.

## **Educação**

Na Educação, onde foram aplicados 5,9 milhões de euros no programa **Promover e fomentar a educação**, é de destacar o alargamento da Escola a tempo inteiro a 23 escolas de 1º ciclo do ensino básico com uma taxa de cobertura de 46% e das atividades de enriquecimento curricular com uma taxa de cobertura de 77%, correspondendo a 6.900 crianças do jardim-de-infância e 1º ciclo do ensino básico.

No ano 2014, registou-se o fornecimento de 1.138.025 refeições escolares às escolas básicas do 1º ciclo e aos jardins-de-infância da rede pública. Neste contexto, a iniciativa Escola Solidária garantiu a abertura das cantinas escolares na pausa letiva da Páscoa e do Natal para proporcionar uma refeição completa a todas as crianças com idades

compreendidas entre os 3 e os 10 anos. No âmbito do regime de fruta escolar, foi a mesma complementada, com a medida municipal de fornecimento de 6.820 lanches escolares diários a todos os alunos do 1º CEB.

As atividades de coadjuvação curricular, através do programa Porto de Crianças, abrangeram, 289 turmas e 6.146 crianças do jardim-de-infância e 1º CEB.

Através do programa Porto de Atividades, foram distribuídos 520 kits de natação e como medida de complemento à ação social escolar, o Município do Porto ofereceu, no arranque do ano letivo, cerca de 1.545 Kits com materiais didáticos aos alunos de 1º ano aliviando os encargos familiares nesta fase do ano.

No âmbito do programa O Porto a Ler, assinala-se a atribuição de fundo documental a 2 escolas do 1º ciclo, a participação de 542 alunos do 1º ciclo e crianças de jardim-de-infância nas oficinas dinamizadas pela Fundação de Serralves, a estreia do projeto Chat Analógico, que promove a comunicação intergeracional com a participação de 84 alunos do 1º ciclo e 84 séniores de centros de convívio. De destacar ainda os projetos transversais Leituras em Família, que juntou 12 agrupamentos de escolas em celebração simultânea, em torno do tema da família, e a Rota dos Livros, que envolve as bibliotecas escolares dos agrupamentos e escolas não agrupadas da cidade.

O programa Porto de Futuro tem permitido a partilha de boas práticas e a transferência de conhecimento do mundo empresarial para as escolas. Envolveu 10.373 pessoas, desde colaboradores de empresas a voluntários, alunos e professores.

No Concurso Descobre Outra Cidade, exploraram-se temas relacionados com o património cultural da cidade do Porto e os três grupos premiados participaram numa visita de estudo de três dias a Évora.

Também na área do património, participou-se ativamente no projeto O Meu Porto é Património Mundial ao abrigo do Plano de Gestão do Porto Património Mundial.

No Porto de Conhecimento, que visa a capacitação e o aumento da literacia científica da comunidade escolar e o enriquecimento da cultura científica da população, destacam-se, as Palestras Científicas na Escola, a 1ª edição do AquaPorto e a atribuição de 12 Bolsas de Estudo para o Ensino Superior.

No âmbito das Cidades Educadoras, o Município do Porto foi eleito, por unanimidade, membro do Comité Executivo da Associação Internacional das Cidades Educadoras.

O projeto Laboratório Aberto visa o ensino experimental das ciências, a divulgação da cultura científica e o desenvolvimento de modelos educativos inovadores.

Através do programa Escola Viva, decorre o processo de requalificação física dos estabelecimentos de ensino do pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico. No ano de 2014, foi integralmente requalificada a EB de S. João da Foz, intervencionada a EB da Agra do Amial, EB Constituição e EB Augusto Lessa, beneficiou-se a EB1 N.ª Sr.ª Campanhã e completaram-se os trabalhos na escola Paulo da Gama. No último ano letivo abriram 5 novas salas de jardim-de-infância.

O Programa Municipal de Educação para o Risco, com a colaboração de outros serviços/parceiros de referência da comunidade e do município, abrange áreas como a segurança, educação para a saúde e educação parental e integra projetos e iniciativas como o projeto Prevenir para Proteger, a iniciativa Dia da Internet Mais Segura, o projeto Atitudes e Sinais para Aprender a Viver e a iniciativa Semana Europeia da Mobilidade, o projeto Bebe Água do Porto e o projeto Heróis da fruta, Prevenção de comportamentos de bullying.

O programa Porto Cidade de Ciência afirma o Porto como uma Cidade de Ciência, evidenciando o potencial na produção científica e tecnológica, como impulso da economia do conhecimento, do progresso, da inovação e estímulo do desenvolvimento económico, tendo-se realizado o 3º Congresso Internacional sobre Ciência, onde participaram cientistas de referência nacional e internacional, e o Symposium and the Ceremony of Awards 2014 da Academia Europeia de Ciências, uma das pioneiras e mais prestigiadas iniciativas internacionais da ciência realizadas em Portugal.

No âmbito do projeto Educativo Municipal do Porto, foram promovidas duas jornadas, para apresentação e estruturação de grupos de trabalho interinstitucionais, por eixos de intervenção, e para acompanhamento dos grupos de trabalho e apresentação dos respetivos planos de ação a integrar o plano anual de atividades.

## Juventude

Na área da Juventude e no âmbito do programa **Apoio e promoção à juventude** com uma execução de 11,1 mil euros, deu-se continuidade a ações de diagnóstico do Plano Municipal de Juventude, nomeadamente a dinamização do Debate a Tua Cidade, ao programa Porto Acolhe, à produção da Newsletter PortoWays, ao Projeto OpenWindows, que contempla a dinamização de sessões sobre Cidadania Europeia e ações de solidariedade e de voluntariado, com incidência em instituições de acolhimento da cidade.

Implementou-se o projeto Porto de Partida, que propicia a jovens a oportunidade de participarem em intercâmbios internacionais, realizou-se o projeto Roteiros Criativos, circuito aos principais clusters das indústrias criativas da cidade do Porto, investiu-se na

capacitação dos jovens através da realização do seminário Qualificar para Inovar e preparou-se o Plano Local de Capacitação.

Celebrou-se o Dia Internacional da Juventude, participou-se no Encontro de Jovens e Responsáveis pelas Políticas de Juventude e realizaram-se as ações e diligências para abertura de candidaturas ao Prémio Porto Jovem. Reativou-se o Conselho Municipal da Juventude, deu-se continuidade à venda do Cartão Jovem Municipal, à manutenção dos pontos de interesse da BD do Portal do Turismo do Porto – Canal VIVER e prosseguiu-se com o apoio infraestrutural às Associações de Jovens.

## **Turismo**

No Turismo através do programa **Intensificar e impulsionar o turismo** foram aplicados 591,8 mil euros.

Em 2014, o Turismo voltou a conhecer um significativo crescimento. Deu-se continuidade ao Portal de Turismo do Município do Porto e ao reforço da notoriedade e posicionamento da marca *oportunidade city* que permitiram impulsionar a posição assumida de liderança do Porto no mercado turístico nacional e a posição de destino turístico em desenvolvimento no mercado turístico global. A aposta nos produtos turísticos prioritários manteve-se focalizada no *city break* e no turismo de negócios, complementada com a aposta estratégica na gastronomia e vinhos, bem como nos produtos complementares, *touring* cultural e paisagístico, turismo cultural, turismo de eventos, turismo científico e turismo náutico.

A tendência positiva no crescimento do movimento turístico no Porto e conseqüentemente no dinamismo económico local e regional é marcada pelo aumento da afluência aos Postos de Turismo, atingindo os 308.694 visitantes e abrangendo mais de 25% dos turistas alojados no Porto, pelo aumento para 25.443 do número de turistas atendidos nos diversos canais de acolhimento não presencial, pelos 641.708 acessos ao Portal de Turismo, em quase 2 milhões de páginas visualizadas, e 494.200 pessoas contactadas pela primeira vez, pela execução de planos de ação, de Acolhimento e Promoção Turística, de Qualificação do Acolhimento Turístico, de vendas do Porto Card e de *merchandising*, que aumentam 20,5% e 72%, respetivamente.

O apoio do Município do Porto aos segmentos negócios, científico e educação, permitiu atingir 45.945 pessoas em 252 congressos, eventos ou reuniões, maioritariamente internacionais, do setor da tecnologia e da ciência. Produziram-se 605,5 mil exemplares de material de informação e promoção turística, editaram-se 9 novos suportes de informação e divulgação turística e abasteceu-se o setor de turismo com 669.036 mapas turísticos oficiais, mais de 23% face ao ano anterior. Apoiaram-se 103 produções de promoção da cidade nos

meios de comunicação social e cinematográficos com a Porto Film Commission, a edição de 70 guias/publicações turísticas e inseriram-se 2.034 novos conteúdos relacionados com oportunidades, notícias, eventos no Portal de Turismo. O plano de qualificação do acolhimento turístico contou, uma vez mais com o programa Vamos Receber à Moda do Porto que formou 184 novos profissionais.

Em matéria de promoção turística o Município do Porto esteve presente, autonomamente e em parceria com a Associação de Turismo do Porto, em todas as ações previstas no Plano de Marketing do destino Porto e Norte de Portugal. Manteve a Presidência da Direção da Associação de Turismo do Porto, e da Direção da ATC – PortoTours.

## **Segurança**

No programa **Segurança e securitismo dos cidadãos** foram aplicados 2,7 milhões de euros.

No ano de 2014, introduziram-se novas ações de patrulhamento das zonas marginais e espaços verdes com recurso a ciclo patrulhas. Criou-se uma parceria com a PSP, para assegurar a segurança de pessoas que se deslocam para as zonas ribeirinhas e orla marítima da cidade do Porto, durante a época estival, garantindo o sentimento de segurança, ao formar uma patrulha de Agentes com bicicleta. Neste âmbito, para além das 4 bicicletas para o patrulhamento velocipédico da Polícia Municipal, foram doados quatro equipamentos velocipédicos ao Comando Metropolitano da Polícia de Segurança Pública do Porto.

Para uma melhor resposta aos pedidos de emergência, foram adquiridos equipamentos para a integração no Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP) e rede rádio da Polícia Municipal. Ao estar integrado no sistema dos BSB, ficam os dois serviços interligados e capacitados, via rádio, de forma a agirem em conjunto em situações de emergência municipal.

O Batalhão de Sapadores Bombeiros continuou o seu reequipamento plurianual no equipamento individual e coletivo. Os bombeiros foram dotados com equipamento individual para os novos colaboradores. Operacionalizou-se prioritariamente a manutenção dos equipamentos de mergulho e de salvamento em altura, visando o emprego de meios humanos adequados às suas missões. Manteve-se o programa de manutenção preventiva dos equipamentos de socorro e reequipamento/substituição gradual das comunicações com os novos equipamentos.

A Proteção Civil, no âmbito da sua reorganização funcional, procedeu à aquisição de equipamento de proteção individual para os profissionais que operam num quadro de resposta à emergência, bem como reequipou os postos de trabalho com aquisição de mobiliário adequado.

### **Desporto (e Animação)**

No objetivo do Desporto integra-se o programa **Incentivar e dinamizar o Desporto**, onde foram executados 4,2 milhões de euros, na quase totalidade pela empresa municipal Porto Lazer, EM que voltou a assumir um papel determinante na promoção e diversificação de atividades desportivas, tanto a nível interior como exterior, na revitalização e dinamização dos seus equipamentos desportivos e na organização de novos e diferenciadores eventos.

Merecem particular destaque, pelo seu impacto e dimensão internacional, a organização do Campeonato do Mundo Universitário de Voleibol e do Mundial de Sub 19, a Regata Internacional K4, uma prova em que participaram 260 atletas e um total de 65 embarcações, o Meeting Internacional de Natação e a realização do Porto Extreme XL, pontuável para o Campeonato do Mundo de Extreme Enduro, pela primeira vez realizado na Ribeira do Porto, cujo impacto mediático a nível internacional superou as melhores expectativas.

Com uma tradição cada vez mais enraizada, as corridas que se realizaram ao longo do ano registaram novos máximos de participação, com destaque para a Maratona do Porto, Meia-Maratona do Porto, Corrida de São João, São Silvestre do Porto, Corrida do Parque à Noite, Porto a Subir, Volta a Paranhos e, em estreia, a Volta a Campanhã. Com níveis de participação bastante relevantes são ainda de destacar o Meo Urban Trail, e o Porto City Race, uma das mais importantes provas internacionais de orientação pedestre urbana e que juntou 700 competidores de 12 países que percorreram alguns dos locais mais emblemáticos da cidade do Porto.

Porto Open em Ténis, Rali Vinho do Porto, Color Run, Campeonato de Natação Adaptada, Campeonato de Judo da Zona Norte, Campeonato Nacional de Goalball, Encontro Giravolei, Torneio de Boccia Sénior, Torneio de Boxe Olímpico, Dia do Taichi, Pedalar contra o Linfoma, Cycle a Wish, AutoClássico, Scooter Parade, Marcha Sorrir para a Saúde, Passeio Porto Antigo, Caminhada Porto a Sorrir, Passeio das Luzes de Natal, Caminhada dos Ossos Saudáveis, Saúde nos Jardins, Skating Tour, Oporto Dance Sport Festival são outros exemplos de provas realizadas no Porto ao longo de 2014 e que sublinham a diversidade da oferta desportiva na cidade.

Mas 2014 foi também ano de Mundial de Futebol. No decorrer do Campeonato, foram instalados dois miniestádios na Praça D. João I e no Edifício Transparente.

A promoção da prática de atividade física e desportiva voltou a ser uma aposta, com a dinamização de programas para todas as idades e de que são exemplos: No Porto a Vida é Longa, Porto sem Barreiras, Dias com Energia, Porto e Baixa em Boa Forma, Anda Porto e Desporto no Sítio, com iniciativas como Yoga, Tai Chi, Ténis de Mesa, Basquetebol, Ginástica, Tiro com Arco, Caminhadas, Orientação, Corfebol, Judo, Ginástica Acrobática, Taekwondo, Andebol, Danças africanas, Kung-fu, Patinagem, Basquetebol, Ténis e Kuk Sool Won, entre outras. Destaque ainda para o regresso do Porto Anti Stress, aos domingos de manhã, no Parque Oriental, em Campanhã.

Foi igualmente mantida e reforçada a oferta dos Campos de Férias e dos programas direcionados para a população infantil, sénior e com necessidades especiais.

Ao nível dos equipamentos coletivos de desporto deu-se continuidade à oferta de desporto na rede municipal de piscinas, pavilhões e campos, promovendo a diversificação das modalidades desportivas praticadas na cidade e prosseguiu-se com a requalificação das infraestruturas, onde se praticaram mais de 40 modalidades desportivas ou atividades físicas que totalizaram cerca de 400 mil utilizações.

Embora num âmbito diferente, mas também através da empresa municipal Porto Lazer, EM, a animação da cidade teve uma dinâmica e um ritmo comparável aos das grandes capitais europeias. O Porto é uma cidade que ferve de atividade, alegre e contagiante, que quer viver, sentir e celebrar. O sucesso desta estratégia foi visível ao longo de todo o ano, com destaque para a Festa de São João do Porto que viu consolidada a sua afirmação como evento âncora da oferta de animação da cidade, com uma programação que se estendeu por seis semanas, com destaque para os Concertos na Avenida e o espetáculo multimédia De geração em geração, com a Festa no Coração, projetado na fachada da Câmara, que revisitou os símbolos e as tradições da Festa de São João do Porto.

Assumindo-se cada vez mais como um destino de eleição na área da música, quer a nível nacional como internacional, o Porto recebeu a 3ª edição do NOS Primavera Sound, no Parque da Cidade, com mais de 70 mil pessoas, das quais mais de 60 por cento eram estrangeiras.

Ao longo deste ano foram dinamizados vários momentos de animação de maior destaque e dimensão, como o Dia Nacional dos Centros Históricos, A Festa é aqui!, na renovada Rua das Flores, e a inauguração da exposição de Street Art, realizada no edifício AXA. A Festa da Família que inaugurou a programação de Verão levou cerca de 150 mil pessoas ao Parque da Cidade. Voltaram os Concertos na Avenida com a Casa da Música e foi dada continuidade à parceria com festivais de grande tradição e dimensão, como sejam o FITEI – Festival Internacional de Expressão Ibérica e o Serralves em Festa.

As feiras e mercados na cidade conheceram também um forte incremento e dinamismo com novos mercados que, aliados à programação paralela que alguns ofereceram, contribuiu para a revitalização dos locais onde decorreram e para os espaços comerciais próximos.

O ano de 2014, para além de contar com mais de 400 eventos, foi também de consolidação de alguns, como as Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda, os concertos Porto Sounds, a Festa da Criança, Porta Jazz ao Relento, Cinema Fora do Sítio, Festival Varandas, Porto Sunday Sessions, D'Bandada, Natal e Passagem de ano, sendo o NOS em D'Bandada, já considerado o São João da música nesta cidade, com dez horas de música, mais de 60 concertos em 19 palcos espalhados por vários espaços e mais de 150 mil pessoas na Baixa do Porto.

O Natal foi repleto de iniciativas, com destaque para a animação na Avenida dos Aliados, Praça D. João I e Rotunda da Boavista. O ano 2014 terminou com a maior Passagem de Ano de sempre, comemorada na Avenida dos Aliados por mais de 140 mil pessoas, sendo considerado o destino mais procurado para a passagem de ano.

## **Mobilidade e Transportes**

No objetivo da Mobilidade, composto pelo programa **Melhoria da mobilidade e infraestruturas**, foram faturados 10,4 milhões de euros.

Em 2014 manteve-se o objetivo estratégico de melhoria da mobilidade dos cidadãos promovendo os sistemas de transporte urbanos mais sustentáveis, para além da intervenção corrente na via pública em diferentes níveis.

No domínio da intervenção e promoção da mobilidade urbana sustentável, destacou-se a aposta na definição de estratégias no âmbito da mobilidade e transportes.

Realizou-se o estudo das ligações mecanizadas de apoio aos percursos pedonais entre a cota baixa e a cota alta no centro da cidade do Porto, que permitirá a melhoria da mobilidade dos residentes na encosta entre as pontes da Arrábida e de D. Luís I, e um saldo económico positivo, decorrente da distribuição dos fluxos turísticos por um território alargado pela mecanização da acessibilidade pedonal ascendente.

Em curso estão, a definição da rede estruturante rodoviária do concelho do Porto, a organização das redes rodoviária, pedonal e ciclável para a freguesia de Campanhã e a definição da política de gestão do sistema de estacionamento público da cidade.

Tendo sido decidida a circulação de ciclomotores e motociclos em 25% dos atuais corredores BUS, o impacto da medida está a ser monitorizado para alargamento da sua implementação.

Como medidas de apoio ao transporte público rodoviário destaca-se a retoma do Protocolo Via Livre, com a Polícia Municipal e STCP, com implementação de pequenos projetos de melhoria. A intervenção em 5 locais críticos revelou melhorias na velocidade média dos autocarros na ordem dos 9%.

Foram ainda inauguradas extensões da rede de corredor BUS, nomeadamente nas ruas de S. Roque da Lameira, D. Manuel II e Dr. Tiago de Almeida.

Através do projeto europeu ENTER.HUB promoveu-se o papel das estações ferroviárias/interfaces multimodais enquanto motores para um desenvolvimento urbano e económico integrado, e para a regeneração social e cultural, por forma a tornar a cidade mais competitiva, a atrair a população e a economia. Ao nível da segurança rodoviária foram instalados dispositivos Led em 13 passeadeiras da cidade e implementadas medidas de reforço em 10 locais críticos.

No âmbito da gestão da construção e da manutenção das infraestruturas viárias, procedeu-se à beneficiação de 21.953 m<sup>2</sup> de pavimentos, com intervenções nas faixas de rodagem, nos passeios e arranjos marginais. Realizou-se o assentamento de 3.526 m de lancis e 1.770 intervenções reativas. Procedeu-se à reparação e colocação na via pública de 898 equipamentos urbanos (parcómetros, condicionadores de trânsito, resguardos e calotes).

Foram acompanhadas 6.897 intervenções de obras, de ocupação de sub solo, de pavimentação e urbanização e de avarias. Foram intervencionadas 132 passeadeiras e procedeu-se ao levantamento e colocação de 43 rampas.

No que se refere à promoção da eficiência e diversificação energética, assegurou-se o acompanhamento e a coordenação do contrato de concessão de energia elétrica de baixa tensão e as intervenções de iluminação decorativa. Iniciou-se o procedimento de abertura ao mercado livre da concessão de energia elétrica.

Recorreu-se a financiamento comunitário para substituição de 2.483 luminárias de iluminação pública e para substituição total das atuais luminárias do Parque de Estacionamento Municipal da Trindade, por luminárias de tecnologia led.

Foram elaborados projetos e executadas obras de requalificação do espaço público com reformulação da iluminação pública, nomeadamente na utilização de luminárias de tecnologia Led com regulação de fluxo e possibilidade de telegestão.

Foram executadas obras de iluminação pública com maior eficiência energética na Av. da Boavista, Ruas de Agramonte, Tareija Vaz de Altaro e no eixo Mouzinho/Flores.

No que respeita à iluminação cénica, foram implementadas medidas de eficiência energética nas obras do Palácio da Bolsa, Mercado Ferreira Borges, Igreja da Misericórdia, Fonte Monumental de Mouzinho da Silveira, Teatro Nacional de S. João e Torre dos Clérigos.

No âmbito da gestão e manutenção de equipamentos, manteve-se a gestão dos parques de estacionamento da Trindade, Alfândega, Duque de Loulé, Caminhos do Romântico, Viela do Anjo e Campo 24 de Agosto, com uma receita mensal por lugar de estacionamento superior à de 2013 em 19%. Dos 1.035 lugares de estacionamento 28,9% representam avenças para moradores e equiparados.

Aprovou-se o procedimento de concurso para a celebração de um contrato de gestão, exploração, manutenção e fiscalização em regime de concessão de serviço público, dos atuais e futuros lugares públicos de estacionamento pagos na via pública na cidade do Porto.

No âmbito do sistema de gestão de tráfego destaca-se a implementação de instalações de sinais luminosos nas interseções da rua da Constituição com a rua de Pedro Hispano e da rua de Camões com a rua de São Brás, e, a criação da passagem de peões protegida por sinalização luminosa em ilha separadora na Av. de França com a Praça Mouzinho de Albuquerque.

Foram instalados sistemas de controlo automático de acessos nas ruas das Flores, Sousa Viterbo, Caldeireiros, Ferraz e Largo dos Lóios. Procedeu-se ainda à instalação de equipamentos desta tipologia no Terreiro da Sé e na rua dos Clérigos, para criação de zonas pedonais de referência.

No que respeita à manutenção de sinalização vertical e horizontal, em 2014, foram efetuadas reparações em 3.070 sinais de trânsito, mais 24% que em 2013. Na sinalização horizontal foram efetuadas pinturas e repinturas, de marcas rodoviárias, num total de 30.296 m<sup>2</sup>, com um aumento de 16% relativamente a 2013.

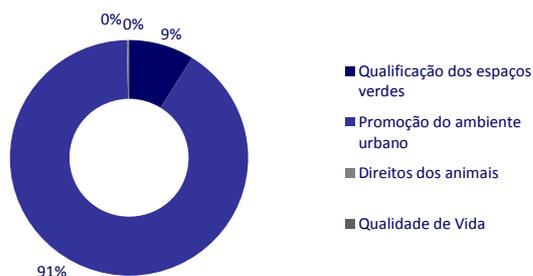
No que compete à emissão de licenças e outros títulos no espaço público foram recebidos 2.021 pedidos de licença de ocupação da via pública, 1.298 pedidos de licença para execução de obras no domínio público municipal e 1.531 pedidos de licença/solicitações para ocupação do espaço público com mobiliário urbano (licenciamento zero) e publicidade, verificando-se aqui um acréscimo de mais 42% relativamente a 2013. Receberam-se 597 pedidos de cancelamento de licenças por força da isenção prevista no licenciamento zero.

Através da empresa municipal GOP, EM, é de realçar a conclusão das empreitadas de reabilitação urbana do eixo viário Mouzinho da Silveira – Flores, a beneficiação do pavimento da Av. do Dr. Antunes Guimarães e Av. Sidónio Pais e a execução das

empreitadas de requalificação da Av. da Boavista (troço nascente) e áreas adjacentes e do Túnel da Ribeira.

## Ambiente e Qualidade de Vida

F.5 – Ambiente e Qualidade de Vida



O Ambiente e Qualidade de Vida integra os programas de Qualificação dos espaços verdes com 2,2 milhões de euros, Promoção do ambiente urbano com 22,8 milhões de euros, Direitos dos animais com 68,1 mil euros e Qualidade de vida com 5,6 mil euros.

No âmbito da Qualificação dos espaços verdes, o Município do Porto investiu na preservação do património natural público e privado. Os jardins do Passeio Alegre e Av. D. Carlos, bem como da Av. Montevideu e Homem do Leme tiveram intervenções de valorização e requalificação. No Viveiro Municipal foram produzidas cerca de 308.330 plantas, destacando-se aqui a parceria com o projeto FUTURO - projeto das 100.000 árvores, com o objetivo de criar florestas urbanas nativas na AMP.

Os parques urbanos foram visitados por aproximadamente 500.000 pessoas. Foram reconstruídos os muros dos Jardins do Palácio de Cristal, do Parque de S. Roque e do Jardim das Virtudes e requalificado o Parque Infantil dos Jardins do Palácio de Cristal.

No Parque da Cidade, foram requalificados os caminhos, encontra-se em reconstrução o Celeiro do Núcleo Rural e foram instalados condicionadores de trânsito. Foi realizada a 1ª auditoria de acompanhamento à renovação da Certificação em Gestão Ambiental pela Norma NP EN ISO 14001:2012, que foi concluída com sucesso. Tendo em vista a redução de custos, foi alterada integralmente a iluminação exterior, e procedeu-se à alteração do quadro elétrico e reformulação da Central de Bombagem.

Em termos da **Promoção do ambiente urbano** deu-se continuação à limpeza de fachadas em 652 arruamentos.

Em 2014, o Município do Porto encaminhou para valorização 12.799 toneladas da recolha seletiva multimaterial (papel, embalagens e vidro), que representa um rácio de 53,9

Kg/habitante/ano, tendo ultrapassado o valor exigido para o ano de 2020 (PERSU 2020), ou seja, 50 Kg/habitante/ano. Os resíduos orgânicos e verdes foram encaminhados para a LIPOR e atingiram 9.651 toneladas e os resíduos da recolha indiferenciada, aumentaram relativamente ao ano de 2013, para 109.386 toneladas, o que equivale a uma produção de 1,26 kg/habitante/dia.

Foi dada continuidade ao programa de controlo de ruído na zona da Movidá, com a instalação, calibração e selagem de 43 limitadores que permitem o controlo diário e a deteção de infrações, em tempo real, de cerca de 80 estabelecimentos. Ainda no contexto da gestão do ruído urbano o Município viu novamente reconhecido pelo IPAC a manutenção da acreditação do seu Laboratório de Ruído segundo a norma NP EN ISO/IEC 17025 - Laboratórios de Acústica.

Em 2014, a temática do combate e adaptação às alterações climáticas foi uma prioridade, tendo sido desenvolvidas iniciativas para um primeiro diagnóstico para levar a cabo a partilha de dados sobre emissões de gases com efeito de estufa entre cidades e empresas de todo o mundo, análise de riscos e oportunidades, comparando ainda estratégias e desempenho. Participou no projeto ClimAdaPT.Local, que reúne várias Universidades de renome no país e venceu o concurso Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas, lançado pela Agência Portuguesa do Ambiente e apoiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu 2009-2014.

Foi dada continuidade à estratégia municipal de educação ambiental, cujo programa se destaca pela capacidade de garantir uma oferta pedagógica consistente para promover a mudança de comportamentos e transformar os mais jovens em adultos ambientalmente responsáveis e solidários, dinamizando cerca de 20 oficinas ambientais, que abordam as temáticas mais prementes e são dinamizadas, diariamente e em regime totalmente gratuito, nos 6 centros de educação ambiental do Município. Procurou-se ainda comunicar e interagir de forma distinta com os restantes segmentos-alvo (famílias, população universitária, população sénior, população com necessidades especiais, etc.), destacando-se em 2014 a conceção e preparação do programa O Ambiente em Família, que visa abrir a rede de centros às famílias ao fim de semana, em colaboração com docentes e investigadores da Universidade do Porto. No último ano letivo registaram-se 58.584 participantes nas atividades de educação ambiental de iniciativa municipal, com um crescimento de 12% relativamente a 2013.

Nos cemitérios foram alienados 3 jazigos e, no cemitério do Prado de Repouso, registou-se um aumento de 7% no número de cremações, comparativamente a 2013. No âmbito cultural, foram organizadas 3 visitas guiadas com aproximadamente 120 participantes.

No domínio das águas, a empresa municipal Águas do Porto, EM arrancou com a obra de substituição do troço central do Intercetor Douro Marginal e com a empreitada de reabilitação da galeria da Avenida dos Aliados.

Dando seguimento ao Projeto Ribeiras do Porto, assinala-se o estudo para o desentubamento e reabilitação do troço do IPO, na ribeira da Asprela, e a obra de reabilitação da estrutura da galeria da ribeira da Granja, para repor as condições de segurança e circulação na zona do Clube Fluvial Portuense.

No âmbito do Plano de Estrutura para a Frente Marítima do Porto projetou-se a construção de uma galeria pluvial visitável, desde a Praça Gonçalves Zarco até à foz do rio Douro, e de duas estações elevatórias, para garantir a qualidade das águas balneares do Homem do Leme, da Foz e de Gondarém e permitir a melhoria da qualidade da água nas restantes zonas balneares da cidade.

No ano de 2014 são ainda de realçar os avanços alcançados na concretização do Plano de Segurança da Água, destinado a assegurar um abastecimento de água para consumo humano mais seguro e de excelência, e do Projeto Smart Water Grids na Bacia de Aldoar, que assenta na gestão das redes de água, saneamento e águas pluviais e na monitorização da qualidade da água da ribeira em tempo real, cruzando vários projetos setoriais, com o intuito de garantir, a médio prazo, a atribuição da Bandeira Azul à zona banear do Castelo do Queijo.

Quanto à gestão operacional, os resultados mais significativos prendem-se com a redução da água não faturada, de 23,5% em 2013 para 21,5% em 2014, como consequência do aprofundamento da setorização da rede, do controlo ativo de perdas, da reparação rápida e eficaz de roturas e avarias e da substituição de condutas e contadores.

Os resultados das 47.417 análises à água apontam para 99,7% em conformidade com os valores paramétricos definidos, registando-se, assim, um desempenho excelente no que respeita ao indicador Água Segura.

No que concerne ao Projeto Porto 100% Saneamento, para além da infraestruturização através da instalação de coletores e ramais, verificou-se a ligação de mais 609 prédios à rede pública de águas residuais, conduzindo à subida da adesão da população a este serviço para 96,9%.

Em 2014, a Águas do Porto, EM, foi nomeada para o prémio Qualidade do serviço de abastecimento público de água e recebeu o selo de Qualidade de Serviço de Abastecimento Público de Água.

No âmbito dos **Direitos dos animais**, o Município do Porto concluiu a Estratégia municipal de controlo e bem-estar animal, que corporiza um plano programático supra mandato, que se espera venha a ultrapassar as carências infraestruturais do atual canil municipal, que se encontra obsoleto e conta com 80 anos, e a fomentar uma adoção responsável por parte da população, através da construção de um novo Centro Oficial de Recolha, da oferta do serviço de esterilização a todos os animais entregues para adoção, da maximização das valências do sítio da internet da CMP para divulgação da adoção, da sociabilização dos cães candidatos a adoção e da capacitação das famílias adotantes para evitar o seu abandono ou devolução, da aplicação do método CED em contextos devidamente autorizados pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária, da formação e dignificação da imagem dos funcionários do Canil e pela criação de sinergias com as Associações zoófilas - com quem esta estratégia vai ser amplamente discutida.

O programa **Qualidade de vida** é assegurado essencialmente pela Provedoria dos cidadãos com deficiência.

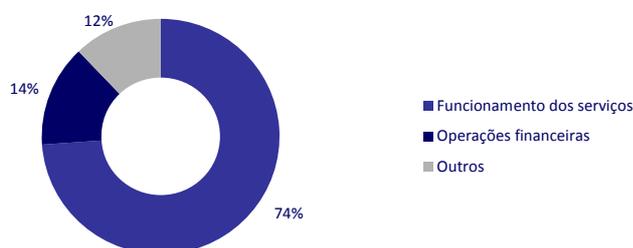
Em 2014, a capacidade de ação deste gabinete adquiriu uma vertente mais ampla. Para além da colaboração interna, iniciou e consolidou parcerias com entidades externas, com destaque para as efetuadas com a Provedoria de Justiça, a Associação Regional de Proteção do Património Cultural e Natural, a Ordem dos Arquitetos Secção Regional Norte, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e a integração na Comissão de Conselho Consultivo da Associação Pais em Rede.

No âmbito da sociedade civil e das acessibilidades e defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tem participado em programas de debate televisivos, tertúlias, seminários, congressos e eventos diversificados.

Com o objetivo de promover a inclusão e a defesa dos direitos para pessoas com deficiência e suas famílias, tem vindo a desenvolver ações capazes de responder mais eficazmente a esse desafio nomeadamente ações de divulgação de boas práticas sobre desporto adaptado, turismo acessível, inclusão em contexto escolar e sensibilização para a diferença, mediação em pedidos de apoio a projeto de empreendedorismo social e na identificação e classificação de locais públicos acessíveis, nomeadamente de restauração, hotelaria e cultura.

## Governância da Câmara

F.6 – Governância da Câmara



A Governância da Câmara engloba os programas de Funcionamento dos serviços com 68,6 milhões de euros, Operações financeiras com 13 milhões de euros e Outros com 11,3 milhões de euros.

No âmbito do **Funcionamento dos serviços** o Município do Porto manteve as ações de fiscalização integrada aos estabelecimentos de restauração e bebidas da baixa da cidade, garantindo igualmente a necessidade de compatibilização do dinamismo económico desta zona da cidade com o direito ao descanso dos residentes.

Para além das ações de fiscalização decorrentes de queixas/denúncias dos munícipes, continuou a privilegiar a função fiscalizadora na vertente preventiva na área da ocupação do espaço público e publicidade, que teve lugar em 177 arruamentos. Identificadas zonas críticas em matéria de limpeza urbana intensificou a fiscalização em matéria ambiental.

No tocante à fiscalização no domínio urbanístico, incrementou a verificação das condições de segurança e salubridade de prédios habitacionais, mantendo a dinâmica aleatória da fiscalização de obras particulares.

No domínio da gestão do pessoal, em 2014 a Autarquia prosseguiu com as políticas e medidas centradas na racionalização e otimização dos recursos humanos, em termos de mobilidade, controlo e acompanhamento do absentismo e limitação das admissões, que resultaram no cumprimento da meta estabelecida de redução de pessoal, em 2%, imposta pela Lei do Orçamento de Estado. Destaca-se ainda, que a Autarquia reintegrou 155 trabalhadores que se encontravam em regime de cedência de interesse público nas concessionárias de limpeza urbana Invicta Ambiente e Suma.

No âmbito do plano bienal de formação, que envolve os anos de 2014 e 2015, registou uma taxa de realização de 96%. A Câmara Municipal do Porto, reforçou, as atividades no domínio da responsabilidade social, ao promover iniciativas de capacitação para a empregabilidade, das quais se destacam o Fórum Empregabilidade, os workshops Recrutamento online: Movimenta-te nas Redes Sociais e Passaporte para o Emprego,

direcionados aos cidadãos que colaboram com a Autarquia no âmbito dos estágios curriculares, estágios profissionais da medida Impulso Jovem e Contrato de Emprego e Inserção +. Estas atividades tiveram como objetivo central promover a empregabilidade junto do público-alvo referido, dotando o mesmo de competências pessoais e profissionais de forma a potenciar uma bem-sucedida integração no mercado de trabalho.

Assinalando os 10 anos de funcionamento do Gabinete do Município foi criado o Serviço de Atendimento Digital Assistido que, entre outros objetivos, potenciou a utilização dos serviços digitais disponibilizados pela autarquia aos cidadãos. Aumentou a quota de utilização dos canais telefónico e online, e a consulta de processos digitais ou desmaterializados passou a realizar-se exclusivamente em suporte digital. Como experiência piloto, o município disponibilizou atendimento mediado em matérias no âmbito do Alojamento Local e continuou a apostar no aumento da submissão de processos online e numa crescente desmaterialização de processos submetidos no atendimento presencial. Estas melhorias traduziram-se na redução dos tempos médios de espera de atendimento e do tempo de tratamento/encaminhamento dos 38.166 pedidos dirigidos à autarquia.

No âmbito das auditorias internas e externas assinalam-se, como atividades mais relevantes, o Apuramento das Condições de Constituição e Funcionamento do Invesurb – Fundo do Aleixo, a auditoria à Contratação Pública do Município do Porto e o acompanhamento de auditoria externa a investimentos com financiamento comunitário nas escolas do 1.º ciclo.

Com o enfoque na melhoria do funcionamento e no aumento da eficiência da atuação dos órgãos municipais, designadamente da Assembleia Municipal, implementou-se o sistema de votação eletrónica e o sistema eletrónico de contagem de tempos de intervenção e aprofundou-se a implementação do Portal da Assembleia Municipal, concretizando-se a desmaterialização integral do procedimento associado à preparação das sessões do órgão deliberativo. No âmbito da colaboração solicitada pelos Juízos Cíveis do Porto, providenciou-se a tramitação do procedimento eleitoral para o Parlamento Europeu 2014, assegurando-se toda a colaboração à Assembleia de Apuramento Intermédio, necessária ao desenvolvimento dos trabalhos de forma célere e eficaz.

A criação de uma nova marca para a cidade “Porto.” marcou a atividade realizada na área da comunicação. Foi em simultâneo realizada a construção de um novo *site* de notícias, onde munícipes e órgãos de comunicação social são informados das atividades realizadas na autarquia e na cidade. No âmbito da alteração da estratégia comunicacional da autarquia o *facebook* tornou-se a principal fonte de acesso ao *site* de notícias, sendo o canal primário de divulgação da atividade do município. O *site* institucional foi reformulado e adaptado à nova imagem, sendo a porta de entrada para os *sites* das empresas municipais, que

passaram todas elas a ter também os seus próprios *sites* autónomos.

A divulgação de temáticas europeias junto da sociedade civil foi assegurada pelo Europe Direct Porto, através da realização de 130 ações de formação e comunicação. No respeitante ao desenvolvimento e aproximação às comunidades portuguesas destaca-se o apoio concedido à implementação de um programa de saúde oral na Guiné Bissau e o reforço dos trabalhos bilaterais com Timor, que culminou com a assinatura de um acordo com vista ao apoio da instalação do novo município de Baucau e à criação e apetrechamento de uma biblioteca municipal. Ao nível da diplomacia económica e cultural, baseada na cooperação descentralizada e no intercâmbio de boas práticas, estabeleceram-se e aprofundaram-se relações mais estreitas com cidades, das quais há a destacar Macau, na China e Jena, na Alemanha. Foi reforçado o papel institucional protocolar nomeadamente na intervenção de determinadas iniciativas/eventos, como a instituição de medalhas municipais, as receções de diversa índole, o apoio logístico, o planeamento e a organização e condução de sessões, independentemente da sua natureza interna ou externa.

Tendo em vista a melhoria e otimização dos processos implementou-se, em 2014, uma solução eletrónica de gestão integrada das compras municipais que concentra 4 fases do processo de compras, planeamento, formação, execução do contrato e avaliação de fornecedores, avaliação esta que foi alargada a todos os fornecedores e a todos os contratos, no momento da receção da encomenda. Conseguiram-se ganhos significativos de produtividade, na eliminação de tarefas e documentos, bem como na redução do tempo de execução dos procedimentos e na melhoria da fiabilidade e acesso à informação.

No exercício de 2014 e no âmbito da Águas do Porto, EM, merecem destaque o acordo com a Caixa de Reformas, que culminou na sua extinção e na restituição de 6 milhões de euros aos 679 pensionistas e aos 383 colaboradores no ativo, e a medida excecional de regularização de dívidas que resultou na celebração de 2.103 planos de pagamento em prestações, correspondentes a 1,8 milhões de euros, e no encaixe imediato de 570 mil euros de processos em execução fiscal.



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Relatório Financeiro



### III – RELATÓRIO FINANCEIRO

#### ANÁLISE ORÇAMENTAL

##### 1. Principais destaques

###### Q.2 – Indicadores

Indicador	2011	2012	2013	2014
<b>Receita</b>				
Varição da receita total	-2,0%	-11,0%	20,4%	-2,9%
Receitas correntes / Receitas totais	85,3%	89,4%	74,7%	81,5%
Varição das receitas correntes	-4,4%	-6,8%	0,7%	5,9%
Receitas fiscais / Receitas correntes	63,2%	61,3%	63,6%	66,9%
Receitas correntes cobradas / Receitas correntes orçadas	97,2%	96,2%	97,6%	112,4%
<b>Despesa</b>				
Varição da despesa total	-4,6%	-16,8%	17,9%	-15,2%
Despesas correntes / Despesa total	69,8%	76,2%	66,7%	78,2%
Varição das despesas correntes	3,9%	-9,2%	3,2%	-0,6%
Despesas com pessoal / Despesas correntes	44,9%	42,9%	46,9%	46,6%
Despesas correntes executadas / Despesas correntes orçadas	88,8%	83,7%	91,4%	83,4%
<b>Equilíbrio orçamental e Dívida</b>				
Saldo corrente / Receitas correntes	20,9%	22,9%	21,0%	25,8%
Serviço da dívida / Receitas correntes	9,7%	8,7%	8,8%	8,0%

Os rácios orçamentais registam, em 2014, valores que demonstram que se continuou a manter um efetivo controlo do orçamento.

A receita total regista, em 2014, um decréscimo de 6 milhões de euros que decorre da diminuição das receitas de capital, excluindo as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo da gerência anterior, em 22,2 milhões de euros, compensada por um aumento inferior das receitas correntes e do saldo de gerência, de 9,1 milhões de euros e 7,3 milhões de euros, respetivamente.

As receitas fiscais, que continuam a ser as receitas com peso mais significativo nas receitas correntes do Município do Porto, revelam-se as receitas que mais contribuíram para o aumento das receitas correntes, quando comparadas com o ano de 2013.

Ao nível das despesas totais do Município do Porto verifica-se, no ano em apreço, um decréscimo de 15,2%, por força da redução de 698 mil euros das despesas correntes e de 27 milhões de euros nas despesas de capital.

O decréscimo verificado nas despesas correntes ocorre em todas as rubricas, com exceção dos subsídios. Neste ano, as despesas com pessoal registam um ligeiro decréscimo face a 2013, quer em termos absolutos quer em termos relativos, reduzindo o seu peso nas despesas correntes em 0,3 p.p.

Por força da redução muito significativa das despesas de capital, em resultado do pagamento, em 2013, do acordo do Parque Urbano da Cidade – 2ª fase, e pela redução menos expressiva das despesas correntes, o peso destas despesas relativamente às despesas totais aumentou para um nível próximo ao de 2012.

A taxa de execução da receita corrente do Município, bem como a taxa de execução da despesa corrente, são demonstrativas do princípio de rigor e prudência nos pressupostos enunciados na preparação do orçamento.

O acréscimo do saldo corrente em 2014, superior ao aumento verificado das receitas correntes, faz com que o rácio que lhe está associado aumente face ao ano anterior.

A redução do serviço da dívida associada ao aumento das receitas correntes justifica uma descida de 0,8 p.p. no respetivo rácio.

## 2. Equilíbrio Orçamental

### 2.1. Equilíbrio Corrente

#### Q.3 – Poupança corrente do exercício

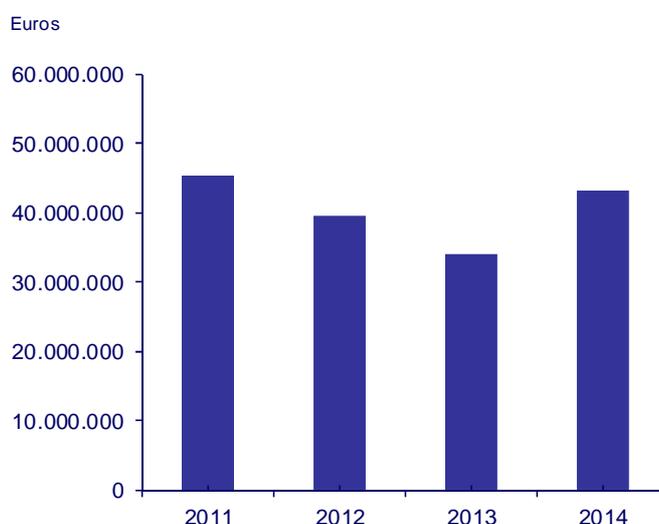
Designação	2014	2013	Varição
	€	€	13-14
Receita corrente cobrada	163.018.248	153.872.163	5,9%
Despesa corrente executada	120.928.827	121.626.846	-0,6%
<b>Poupança corrente executada</b>	<b>42.089.421</b>	<b>32.245.316</b>	<b>30,5%</b>
Dívida corrente transitada da gerência anterior	1.765.886	1.903.244	-7,2%
Dívida corrente transitada para a gerência seguinte	(1.406.956)	(1.765.886)	-20,3%
Receita corrente liquidada e não cobrada do exercício	827.430	1.523.516	-45,7%
<b>Poupança corrente do exercício</b>	<b>43.275.781</b>	<b>33.906.190</b>	<b>27,6%</b>

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no ponto 3.1.1 do POCAL, estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. A execução do orçamento do Município do Porto cumpre este princípio orçamental, com a formação da poupança corrente a financiar as despesas de capital.

O orçamento inicial do Município do Porto previa uma poupança corrente bruta de cerca de 10,5 milhões de euros. A poupança corrente executada foi de 42,1 milhões de euros, superior em 31,6 milhões de euros relativamente ao previsto. Esta poupança suporta a totalidade da despesa de capital.

A poupança corrente acrescida dos movimentos das dívidas correntes transitadas e a transitar bem como da receita corrente liquidada e não cobrada no exercício, permite-nos quantificar a poupança corrente do exercício que, em 2014, é de 43,3 milhões de euros.

F.7 – Evolução da poupança corrente do exercício



A evolução da poupança corrente do exercício ao longo do último quadriénio permite verificar o bom desempenho financeiro do Município com uma significativa libertação de meios para aplicar em investimento e amortização da dívida. O aumento da receita corrente no ano de 2014, conjugado com um decréscimo pouco significativo das despesas correntes, possibilita o incremento do valor da poupança corrente.

Q.4 – Regra do equilíbrio orçamental

Descrição	Valor
Receitas correntes cobradas brutas	163.018.248
Despesas correntes pagas	120.928.827
Saldo corrente	42.089.421
Amortização média dos EMLP	15.066.938
<b>Excedente anual</b>	<b>27.022.483</b>

Sem prejuízo do princípio do equilíbrio orçamental considerado no POCAL, o novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, publicado através da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, determina ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes, acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Para além do bom desempenho financeiro do Município do Porto evidenciado pela poupança corrente do exercício, destaca-se ainda, em 2014, o excedente de 27 milhões de euros obtidos através do apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações.

## 2.2. Equilíbrio Efetivo

Na elaboração do orçamento de 2014 procurou-se respeitar o equilíbrio efetivo, sustentando todas as despesas efetivas (despesas excluídas dos ativos e dos passivos financeiros) por receitas efetivas (receitas com exclusão de ativos e passivos financeiros), em obediência à regra da boa gestão financeira e da proteção dos ativos patrimoniais.

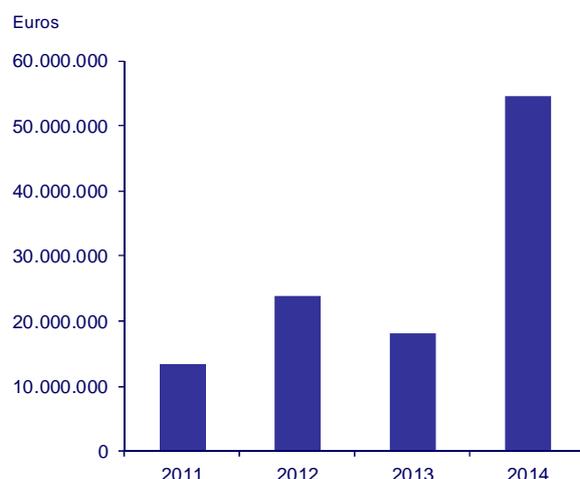
### Q.5 – Saldo global efetivo

Designação	2014	2013	Variação
	€	€	13-14
Receitas correntes	163.018.248	153.872.163	5,9%
Receitas de capital (efetivas)*	35.961.118	36.558.095	-1,6%
<b>Receita efetiva</b>	<b>198.979.366</b>	<b>190.430.257</b>	<b>4,5%</b>
Despesas correntes	120.928.827	121.626.846	-0,6%
Despesas de capital (efetivas)	23.459.754	50.581.375	-53,6%
<b>Despesa efetiva</b>	<b>144.388.581</b>	<b>172.208.222</b>	<b>-16,2%</b>
Saldo corrente	42.089.421	32.245.316	30,5%
Saldo de capital	12.501.364	(14.023.280)	189,1%
<b>Saldo global efetivo</b>	<b>54.590.785</b>	<b>18.222.036</b>	<b>199,6%</b>

\* inclui saldo da gerência anterior

Ao apresentar-se no início do ano económico de 2014 uma previsão de receita efetiva de 178,8 milhões de euros e uma despesa efetiva de 171,3 milhões de euros estava a estimar-se um saldo global efetivo de 7,5 milhões de euros. No final do ano o saldo global efetivo foi de 54,6 milhões de euros.

### F.8 - Evolução do saldo global efetivo



A evolução do saldo global efetivo ao longo dos últimos quatro anos, evidencia a capacidade de poupança do Município, que com grande esforço de contenção das despesas, a que acresce em 2014 o comportamento positivo da receita municipal permitiu, de forma sustentada, manter e melhorar o equilíbrio das finanças municipais.

## 3. Análise da Despesa

### 3.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Despesa

#### Q.6 – Alterações e revisões orçamentais segundo a natureza

Designação	Dotação Inicial	Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor €	Reforços €	Deduções €	Valor €	Peso %	€	%
Despesas com pessoal	65.315.532	1.734.851	1.403.840	65.646.543	32,5%	331.011	0,5%
Aquisição de bens e serviços	53.320.445	7.927.173	4.681.805	56.565.813	28,0%	3.245.368	6,1%
Juros e outros encargos	3.659.100	18.269	18.269	3.659.100	1,8%	0	0,0%
Transferências correntes	6.047.059	1.476.832	353.183	7.170.708	3,6%	1.123.649	18,6%
Subsídios	5.706.173	2.016.398	113.293	7.609.278	3,8%	1.903.105	33,4%
Outras despesas correntes	2.782.607	1.896.077	404.107	4.274.577	2,1%	1.491.970	53,6%
<b>Despesas correntes</b>	<b>136.830.916</b>	<b>15.069.600</b>	<b>6.974.497</b>	<b>144.926.018</b>	<b>71,8%</b>	<b>8.095.102</b>	<b>5,9%</b>
Aquisição de bens de capital	32.110.095	11.878.504	16.929.901	27.058.698	13,4%	-5.051.397	-15,7%
Transferências de capital	2.162.548	125.251	0	2.287.799	1,1%	125.251	5,8%
Ativos financeiros	200	0	0	200	0,0%	0	0,0%
Passivos financeiros	13.246.241	6.000	406.000	12.846.241	6,4%	-400.000	-3,0%
Outras despesas de capital	150.000	16.494.851	2.046.398	14.598.453	7,2%	14.448.453	9632,3%
<b>Despesas de capital</b>	<b>47.669.084</b>	<b>28.504.606</b>	<b>19.382.299</b>	<b>56.791.391</b>	<b>28,2%</b>	<b>9.122.307</b>	<b>19,1%</b>
<b>Total</b>	<b>184.500.000</b>	<b>43.574.206</b>	<b>26.356.797</b>	<b>201.717.409</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.217.409</b>	<b>9,3%</b>

No decurso do ano de 2014, registaram-se oito modificações orçamentais, sendo seis alterações e duas revisões, que, no seu conjunto, determinaram um aumento do valor global do orçamento de 17,2 milhões de euros.

A variação líquida do orçamento da despesa resultou da 1ª revisão e da 3ª alteração ao orçamento de 2014, que se traduziram em aumentos globais das dotações de 15,3 milhões de euros e 1,9 milhões de euros, respetivamente. Estes reforços ao orçamento inicial da despesa permitiram acomodar, entre outros, o reforço das despesas com pessoal por efeito da revisão dos contratos de concessão da limpeza urbana, o reforço do contrato de prestação de serviços com a DomusSocial, EM, no âmbito do programa Reabilitar para Arrendar, e o acordo extrajudicial com a Soares da Costa.

As modificações ao orçamento não alteraram a sua estrutura, pese embora a redução de 2,3 % do peso das despesas correntes por aumento das despesas de capital no orçamento final face ao inicial.

Das rubricas cujas dotações foram reduzidas destaca-se, a Aquisição de bens de capital, essencialmente, em resultado do reajustamento no final do ano das dotações afetas ao contrato de gestão de empreendimentos da GOP, EM e ao contrato de manutenção de equipamentos, edifícios e infraestruturas da DomusSocial, EM.

De entre as rubricas cujas dotações foram reforçadas é de destacar, nas despesas correntes, a aquisição de bens e serviços, nomeadamente, para encargos de instalação, para estudos, pareceres, projetos e consultadoria para projetos estruturantes na área da mobilidade e da requalificação urbana e para o Mercado do Bolhão, e também para a deposição de resíduos sólidos urbanos na Lipor. Em transferências correntes o reforço decorreu essencialmente da celebração de protocolo de parceria com a Associação de Turismo do Porto e Norte, AR (ATP) e do reforço da dotação do Fundo de Desenvolvimento Social, no âmbito do projeto Porto Solidário. Em subsídios o reforço de dotação ocorreu pela cobertura de prejuízos dos anos de 2012 e 2013, da Sociedade de Reabilitação Urbana Porto Vivo, SRU. Nas Outras despesas correntes acomodaram-se os encargos com restituições.

O reforço mais significativo, nas despesas de capital, verifica-se em outras despesas de capital, nomeadamente, na rubrica de indemnizações por força, sobretudo, do acordo extrajudicial com a Soares da Costa.

Q.7 – Alterações e revisões orçamentais por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Inicial Valor €	Alterações / Revisões		Orçamento Final		Variação	
		Reforços €	Deduções €	Valor €	Peso %	€	%
Assembleia municipal	94.092	3.250	4.250	93.092	0,0%	-1.000	-1,1%
EM	3.983.137	799.934	238.552	4.544.519	2,3%	561.382	14,1%
DMP	1.526.324	111.480	113.930	1.523.875	0,8%	-2.449	-0,2%
DMFP	43.778.170	32.144.268	18.477.481	57.444.958	28,5%	13.666.788	31,2%
DMRH	65.945.555	1.864.597	1.501.602	66.308.551	32,9%	362.996	0,6%
DMC	3.341.745	747.986	567.933	3.521.798	1,7%	180.053	5,4%
DMPCASU	25.284.102	5.675.466	3.640.341	27.319.227	13,5%	2.035.125	8,0%
DMGVP	7.841.572	965.595	712.266	8.094.902	4,0%	253.330	3,2%
DMU	520.300	135.959	68.326	587.933	0,3%	67.633	13,0%
DMSI	4.292.195	211.683	85.400	4.418.478	2,2%	126.283	2,9%
PM	3.109.650	145.954	152.069	3.103.534	1,5%	-6.116	-0,2%
BSB	543.003	230.617	90.185	683.436	0,3%	140.433	25,9%
DMJC	413.355	281	281	413.355	0,2%	0	0,0%
DME	6.132.565	302.565	195.631	6.239.498	3,1%	106.933	1,7%
DMT	507.287	198.282	72.264	633.305	0,3%	126.018	24,8%
DMF	281.407	12.018	12.018	281.407	0,1%	0	0,0%
Operações financeiras	16.905.541	24.269	424.269	16.505.541	8,2%	-400.000	-2,4%
<b>Total</b>	<b>184.500.000</b>	<b>43.574.206</b>	<b>26.356.797</b>	<b>201.717.409</b>	<b>100,0%</b>	<b>17.217.409</b>	<b>9,3%</b>

Com exceção dos Departamentos Municipais Jurídico e de Contencioso e de Fiscalização que mantiveram o orçamento ao longo do ano, todos os outros Serviços Responsáveis tiveram variações, verificando-se acréscimos na generalidade dos Serviços.

Em termos de reforços orçamentais, destacam-se a Direção Municipal de Finanças e Património, com 13,7 milhões de euros, para acomodar, entre outros, o programa Reabilitar para Arrendar, o Fundo da ex-FDZHP, o Fundo de Desenvolvimento Social, a cobertura de 40% dos prejuízos da Porto Vivo, SRU e as indemnizações, nomeadamente com o acordo extrajudicial com a Soares da Costa, e a Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos, com 2 milhões de euros, para assegurar dotações, fundamentalmente, para os encargos com a deposição de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana da cidade.

### 3.2. Execução Orçamental da Despesa

#### Q.8 – Despesa por classificação económica

Designação	Despesa Orçada	Despesa Comprometida	Despesa Faturada	Despesa Paga	Desvio	Taxa de Execução	Despesa faturada e não paga
	€	€	€	€	€	%	€
	1	2	3	4	5=4-1	6=4/1	7=3-4
Despesas com pessoal	65.646.543	56.467.937	56.357.046	56.303.553	-9.342.990	85,8%	53.493
Aquisição de bens e serviços	56.565.812	51.060.774	48.023.667	46.679.683	-9.886.129	82,5%	1.343.984
Juros e outros encargos	3.659.100	2.722.498	2.722.486	2.722.486	-936.614	74,4%	0
Transferências correntes	7.170.708	5.520.350	5.409.284	5.406.207	-1.764.501	75,4%	3.077
Subsídios	7.609.278	7.608.777	7.494.915	7.494.915	-114.363	98,5%	0
Outras despesas correntes	4.274.577	2.443.447	2.328.385	2.321.982	-1.952.594	54,3%	6.402
<b>Despesas correntes</b>	<b>144.926.018</b>	<b>125.823.783</b>	<b>122.335.783</b>	<b>120.928.827</b>	<b>-23.997.191</b>	<b>83,4%</b>	<b>1.406.956</b>
Aquisição de bens de capital	27.058.698	14.049.857	13.326.409	13.132.540	-13.926.157	48,5%	193.869
Transferências de capital	2.287.799	2.139.242	2.139.242	1.986.722	-301.077	86,8%	152.520
Ativos financeiros	200	0	0	0	-200	0,0%	0
Passivos financeiros	12.846.241	10.266.282	10.266.274	10.266.274	-2.579.967	79,9%	0
Outras despesas de capital	14.598.453	8.370.846	8.370.840	8.340.491	-6.257.962	57,1%	30.348
<b>Despesas de capital</b>	<b>56.791.391</b>	<b>34.826.227</b>	<b>34.102.765</b>	<b>33.726.028</b>	<b>-23.065.363</b>	<b>59,4%</b>	<b>376.737</b>
<b>Total</b>	<b>201.717.409</b>	<b>160.650.010</b>	<b>156.438.548</b>	<b>154.654.855</b>	<b>-47.062.554</b>	<b>76,7%</b>	<b>1.783.693</b>

O orçamento de 2014 teve compromissos que representaram 79,6% do orçamento e uma faturação de 77,6%.

Por sua vez, as despesas correntes pagas representaram 78,2% do total executado e as despesas de capital 21,8%.

Nas despesas correntes são as despesas com pessoal que têm maior peso e as aquisições de bens e serviços as que, em termos absolutos, apresentam o maior desvio relativamente ao valor orçado. Em aquisição de bens e serviços, o desvio negativo de 5,5 milhões de euros no que respeita aos compromissos assumidos face ao previsto espelha o esforço de contenção das despesas ao longo do ano, em resultado nomeadamente das economias de escala fruto da maior eficiência quer pela utilização da Plataforma de Compras Eletrónica, quer pelo papel mais ativo desta área na reorganização do processo aquisitivo. A despesa faturada inclui a dívida transitada de 2013 que, neste agrupamento económico, foi de 1,7 milhões de euros. Em contrapartida, a dívida a transitar para 2015 é de 1,3 milhões de euros e corresponde, genericamente, a faturas de novembro e dezembro cujo prazo de pagamento não se tinha vencido em 31 de dezembro.

As despesas de capital comprometidas, que ascendem a 61,3% do orçamento respetivo, registam uma faturação de 60%. Em termos de execução, os desvios mais significativos são registados nas rubricas de aquisição de bens de capital e outras despesas de capital no montante de 13,9 milhões de euros e 6,3 milhões de euros e, dentro destas, nas rubricas de

terrenos, habitações – reparação e beneficiação e equipamento básico e na de indemnizações, respetivamente.

O investimento global do Município do Porto, inicialmente previsto com 32,1 milhões de euros na rubrica de aquisição de bens de capital, teve uma redução em sede de modificações orçamentais e uma taxa de execução de 48,5%, para o que contribuíram os edifícios, nomeadamente as escolas, com 94,8%, as construções diversas, com destaque para as efetuadas em viadutos, arruamentos e obras complementares, com 89,4% e o hardware e software informáticos com 52,9% e 50,1%, respetivamente.

#### Q.9 – Despesa por classificação orgânica e serviço responsável

Orgânica / Serviço Responsável	Orçamento Final		Despesa Faturada			Despesa Paga		
	€	%	€	%	Taxa de Execução (3) = (2)/(1)	€	%	Taxa de Execução (5) = (4)/(2)
	(1)		(2)			(4)		
Assembleia municipal	93.092	0,0%	65.946	0,0%	70,8%	65.946	0,0%	100,0%
EM	4.544.519	2,3%	3.926.731	2,5%	86,4%	3.892.938	2,5%	99,1%
DMP	1.523.875	0,8%	777.834	0,5%	51,0%	745.145	0,5%	95,8%
DMFP	57.444.958	28,5%	36.169.613	23,1%	63,0%	36.087.074	23,3%	99,8%
DMRH	66.308.551	32,9%	56.688.648	36,2%	85,5%	56.624.245	36,6%	99,9%
DMC	3.521.798	1,7%	2.932.770	1,9%	83,3%	2.793.696	1,8%	95,3%
DMPCASU	27.319.227	13,5%	24.891.534	15,9%	91,1%	24.113.740	15,6%	96,9%
DMGVP	8.094.902	4,0%	6.650.561	4,3%	82,2%	6.557.077	4,2%	98,6%
DMU	587.933	0,3%	159.128	0,1%	27,1%	158.536	0,1%	99,6%
DMSI	4.418.478	2,2%	2.056.757	1,3%	46,5%	1.920.150	1,2%	93,4%
PM	3.103.534	1,5%	2.755.895	1,8%	88,8%	2.581.114	1,7%	93,7%
BSB	683.436	0,3%	529.203	0,3%	77,4%	506.447	0,3%	95,7%
DMJC	413.355	0,2%	244.909	0,2%	59,2%	240.953	0,2%	98,4%
DME	6.239.498	3,1%	4.768.236	3,0%	76,4%	4.550.704	2,9%	95,4%
DMT	633.305	0,3%	591.764	0,4%	93,4%	588.070	0,4%	99,4%
DMF	281.407	0,1%	240.258	0,2%	85,4%	240.258	0,2%	100,0%
Operações financeiras	16.505.541	8,2%	12.988.760	8,3%	78,7%	12.988.760	8,4%	100,0%
<b>Total</b>	<b>201.717.409</b>	<b>100,0%</b>	<b>156.438.548</b>	<b>100,0%</b>	<b>77,6%</b>	<b>154.654.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>98,9%</b>

Quanto à despesa por Serviço Responsável verifica-se que em 2014 a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) é a direção com o segundo maior peso, tanto em termos previsionais como em sede de realização de despesas, ao agregar as transferências para as empresas municipais e outras entidades participadas bem como algumas despesas de funcionamento transversais, de que se destacam os seguros e as indemnizações.

Por outro lado, todas as despesas com pessoal estão concentradas na Direção Municipal de Recursos Humanos (DMRH), sendo este serviço municipal o que apresenta o maior peso no orçamento.

A Direção Municipal de Proteção Civil, Ambiente e Serviços Urbanos (DMPCASU) tem um orçamento significativo por força das despesas com a manutenção e construção de parques e jardins, com a recolha de resíduos sólidos e a gestão da frota do Município, logo seguida da Direção Municipal de Gestão da Via Pública (DMGVP) que gere a rede viária, o estacionamento e o tráfego urbanos.

As taxas de execução dos pagamentos face aos valores faturados são superiores a 93,4% em todas as direções municipais. Em termos absolutos a DMPCASU é a que finaliza o ano com maior volume de encargos por pagar (777,8 mil euros), logo seguida do Departamento Municipal de Educação (217,5 mil euros). Na DMPCASU respeita aos encargos com a recolha de resíduos sólidos e limpeza pública que, nos termos do contrato, se encontram dentro do prazo de pagamento, e no DME o valor corresponde essencialmente a faturas relativas às refeições escolares.

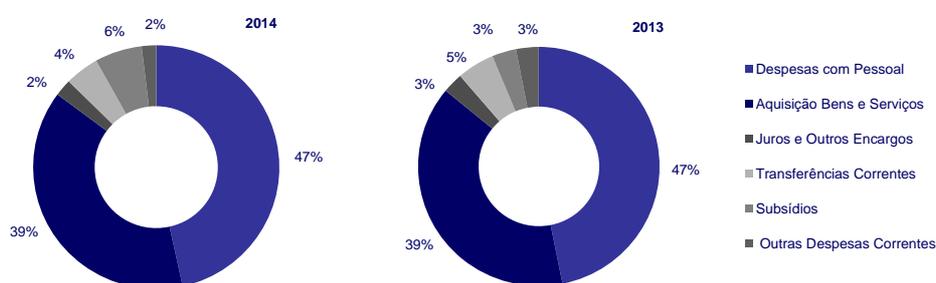
### 3.3. Evolução da Despesa

Q.10 – Evolução da despesa global faturada e paga

Designação	Pago 2014		Faturado 2014		Pago 2013			Faturado 2013		
	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Variação	Valor	Peso	Variação
	€	%	€	%	€	%	13-14	€	%	13-14
Despesas com pessoal	56.303.553	36,4%	56.357.046	36,0%	56.993.588	31,3%	-1,2%	56.995.382	30,9%	-1,1%
Aquisição de bens e serviços	46.679.683	30,2%	48.023.667	30,7%	47.549.064	26,1%	-1,8%	49.243.877	26,7%	-2,5%
Juros e outros encargos	2.722.486	1,8%	2.722.486	1,7%	3.351.356	1,8%	-18,8%	3.351.356	1,8%	-18,8%
Transferências correntes	5.406.207	3,5%	5.409.284	3,5%	6.092.146	3,3%	-11,3%	6.110.096	3,3%	-11,5%
Subsídios	7.494.915	4,8%	7.494.915	4,8%	3.937.709	2,2%	90,3%	3.937.709	2,1%	90,3%
Outras despesas correntes	2.321.982	1,5%	2.328.385	1,5%	3.702.984	2,0%	-37,3%	3.754.313	2,0%	-38,0%
<b>Despesas correntes</b>	<b>120.928.827</b>	<b>78,2%</b>	<b>122.335.783</b>	<b>78,2%</b>	<b>121.626.846</b>	<b>66,7%</b>	<b>-0,6%</b>	<b>123.392.733</b>	<b>66,9%</b>	<b>-0,9%</b>
Aquisição de bens de capital	13.132.540	8,5%	13.326.409	8,5%	46.653.378	25,6%	-71,9%	46.837.672	25,4%	-71,5%
Transferências de capital	1.986.722	1,3%	2.139.242	1,4%	1.844.202	1,0%	7,7%	1.991.330	1,1%	7,4%
Ativos financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Passivos financeiros	10.266.274	6,6%	10.266.274	6,6%	10.144.116	5,6%	1,2%	10.144.116	5,5%	1,2%
Outras despesas de capital	8.340.491	5,4%	8.370.840	5,4%	2.083.795	1,1%	300,3%	2.083.795	1,1%	301,7%
<b>Despesas de capital</b>	<b>33.726.028</b>	<b>21,8%</b>	<b>34.102.765</b>	<b>21,8%</b>	<b>60.725.491</b>	<b>33,3%</b>	<b>-44,5%</b>	<b>61.056.912</b>	<b>33,1%</b>	<b>-44,1%</b>
<b>Total</b>	<b>154.654.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>156.438.548</b>	<b>100,0%</b>	<b>182.352.337</b>	<b>100,0%</b>	<b>-15,2%</b>	<b>184.449.645</b>	<b>100,0%</b>	<b>-15,2%</b>

Em 2014 a despesa faturada decresceu 28 milhões de euros e a despesa paga diminuiu 27,7 milhões de euros face ao ano anterior. Da diferença entre a despesa faturada e a despesa paga em 2014 resulta uma dívida total a transitar para o ano de 2015 de 1,8 milhões de euros.

### F.9 - Evolução da estrutura da despesa corrente



As despesas correntes orçamentadas para 2014 (144,9 milhões de euros) foram superiores às de 2013 (133,1 milhões de euros) em cerca de 8,9%. Por sua vez, os valores faturados e os valores pagos reduziram 0,9% e 0,6%, respetivamente.

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das despesas com pessoal, que representam 45,3% na despesa corrente orçada e 46,6% na despesa corrente paga, com uma taxa de execução de pagamentos muito próxima dos 100% da despesa faturada. Este agrupamento, em conjunto com o das aquisições de bens e serviços, representam 85,2% da despesa corrente paga.

No que respeita às despesas correntes é ainda de referir que, nos juros e outros encargos, estão incluídos juros das despesas com os empréstimos de médio e longo prazo, bem como os encargos financeiros com contratos de aquisição em *leasing*, cuja variação, de -18,8%, é justificada pela redução do capital em dívida e das taxas de juros no ano económico em apreço.

Assinala-se ainda, neste ano, o aumento do peso do agrupamento dos subsídios que decorre, essencialmente, da cobertura de 40% dos prejuízos respeitantes aos anos de 2012 e 2013 da Porto Vivo, SRU, da responsabilidade do Município, e das transferências efetuadas às empresas municipais no âmbito dos contratos-programa.

Q.11 – Evolução das despesas com pessoal

Despesas com Pessoal	2014		2013		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	13-14	
	€	%	€	%	€	%
<b>Remunerações certas e permanentes:</b>	<b>39.731.996</b>	<b>70,6%</b>	<b>41.140.384</b>	<b>72,2%</b>	<b>-1.408.388</b>	<b>-3,4%</b>
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	238.793	0,4%	278.508	0,5%	-39.715	-14,3%
Pessoal dos quadros-Reg. cont. indivi. de trabalho	27.736.090	49,3%	28.792.851	50,5%	-1.056.762	-3,7%
Pessoal contratado a termo	0	0,0%	32.859	0,1%	-32.859	-100,0%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	248.185	0,4%	132.107	0,2%	116.078	87,9%
Pessoal aguardando aposentação	214.099	0,4%	190.791	0,3%	23.308	12,2%
Pessoal em qualquer outra situação	2.358.170	4,2%	2.600.167	4,6%	-241.997	-9,3%
Representação	283.609	0,5%	286.813	0,5%	-3.204	-1,1%
Suplementos e prémios	299.816	0,5%	325.455	0,6%	-25.638	-7,9%
Subsídio de refeição	2.321.253	4,1%	2.377.703	4,2%	-56.450	-2,4%
Subsídio de férias e de Natal	5.385.533	9,6%	5.558.471	9,8%	-172.938	-3,1%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	646.447	1,1%	564.660	1,0%	81.788	14,5%
<b>Abonos variáveis ou eventuais:</b>	<b>1.991.390</b>	<b>3,5%</b>	<b>2.009.825</b>	<b>3,5%</b>	<b>-18.435</b>	<b>-0,9%</b>
Gratificações variáveis ou eventuais	196.214	0,3%	212.455	0,4%	-16.241	-7,6%
Horas extraordinárias	139.647	0,2%	213.728	0,4%	-74.081	-34,7%
Ajudas de custo	18.159	0,0%	14.439	0,0%	3.719	25,8%
Abono para falhas	20.661	0,0%	19.226	0,0%	1.435	7,5%
Formação	2.877	0,0%	18.559	0,0%	-15.682	-84,5%
Subsídio de trabalho noturno	215.541	0,4%	226.083	0,4%	-10.543	-4,7%
Subsídio de turno	1.063.204	1,9%	1.039.127	1,8%	24.077	2,3%
Indemnizações por cessação de funções	85.413	0,2%	26.564	0,0%	58.849	221,5%
Outros suplementos e prémios	121.211	0,2%	92.293	0,2%	28.918	31,3%
Outros abonos em numerário ou espécie	128.463	0,2%	147.349	0,3%	-18.887	-12,8%
<b>Segurança social:</b>	<b>14.580.167</b>	<b>25,9%</b>	<b>13.843.379</b>	<b>24,3%</b>	<b>736.788</b>	<b>5,3%</b>
Encargos com a saúde	2.114.385	3,8%	2.253.850	4,0%	-139.465	-6,2%
Outros encargos com a saúde	402.753	0,7%	420.103	0,7%	-17.350	-4,1%
Subsídio familiar a criança e jovens	269.937	0,5%	266.020	0,5%	3.917	1,5%
Outras prestações familiares	175.893	0,3%	170.887	0,3%	5.007	2,9%
Contribuições para a segurança social	9.104.674	16,2%	8.011.673	14,1%	1.093.001	13,6%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	14.038	0,0%	12.839	0,0%	1.199	9,3%
Outras pensões	2.029.909	3,6%	2.200.936	3,9%	-171.027	-7,8%
Seguros	341.112	0,6%	357.298	0,6%	-16.186	-4,5%
Outras despesas de segurança social	127.466	0,2%	149.774	0,3%	-22.307	-14,9%
<b>Total</b>	<b>56.303.553</b>	<b>100,0%</b>	<b>56.993.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>-690.034</b>	<b>-1,2%</b>

As despesas com pessoal apresentam, em 2014, uma variação negativa de 690 mil euros relativamente ao ano anterior. À semelhança dos últimos anos, o ano de 2014 continuou a ser marcado por profundas alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos, designadamente impostas pela Lei do Orçamento do Estado. As

remunerações totais ilíquidas mensais de valor superior a 675 euros e até 2.000 euros foram reduzidas de acordo com uma taxa progressiva que variou entre 2,5% e os 12%, e de 12% para as remunerações de valor superior a 2.000 euros. Face à inconstitucionalidade da medida, os cortes salariais foram repostos até publicação da legislação que repôs a medida constante da Lei do Orçamento do Estado dos dois anos anteriores, ou seja, a manutenção das reduções de vencimentos das pessoas com remunerações totais ilíquidas mensais superiores a 1.500 euros. De igual forma continuaram suspensas as valorizações remuneratórias e os prémios de desempenho. Acrescem ainda as alterações ao nível da atribuição das ajudas de custo, de trabalho extraordinário e descanso obrigatório, bem como as alterações em matéria de prestações sociais e a obrigatoriedade de redução do número de trabalhadores. Neste ano, o subsídio de Natal voltou a ser pago mensalmente, por duodécimos. O subsídio de férias, em face de declaração de inconstitucionalidade dos cortes salariais por parte do Tribunal Constitucional e por à data não ter sido publicado novo diploma, foi pago sem redução remuneratória.

No final de 2013 o número de efetivos era de 2.513, e em 31 de dezembro 2014 foi de 2.595. Pese embora o aumento verificado, tal deve-se ao regresso de 155 trabalhadores, das concessionárias Invicta e Suma, durante os meses de setembro a dezembro de 2014. Releva-se que, o Município do Porto cumpriu a redução dos 2%, imposta pela Lei do Orçamento do Estado, dado que o número de trabalhadores regressados das concessionárias não foi considerado para o cálculo da taxa de redução, conforme autorização prévia, do Senhor Secretário de Estado da Administração Local, fundamentada no cumprimento de uma obrigação legal.

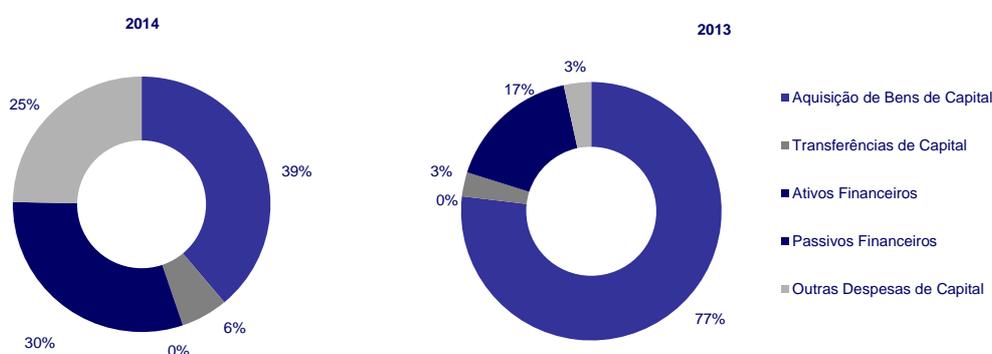
A variação negativa dos encargos com pessoal reflete-se com maior relevo no subagrupamento de remunerações certas e permanentes em resultado das medidas de limitação e redução das admissões de funcionários e da redução dos vencimentos. Neste subagrupamento, sobressai a despesa com pessoal dos quadros – regime de contrato individual de trabalho, com um peso de 49,3% nas despesas com pessoal e que reduz 1,1 milhões de euros face a 2013. Destacam-se ainda as despesas com pessoal em qualquer outra situação e o subsídio de férias e de Natal que reduzem, 9,3% e 3,1%, respetivamente. Em sentido contrário, o pessoal em regime de tarefa ou avença aumenta, pela limitação da Lei do Orçamento do Estado às contratações e em resultado da internalização da Fundação Ciência e Desenvolvimento e da necessidade de assegurar funções específicas no âmbito das atividades dos Teatros Municipais Rivoli e Campo Alegre.

Nas despesas relacionadas com abonos variáveis ou eventuais, que reduzem relativamente a 2013, salientam-se as diminuições nas horas extraordinárias, em outros abonos em numerário ou espécie e em gratificações variáveis ou eventuais, de 34,7%, 12,8% e 7,6%,

respetivamente. Por força do alargamento do horário de trabalho, os encargos com subsídio de turno aumentam.

Apesar da redução da generalidade dos encargos do subagrupamento segurança social, verifica-se, em termos globais um aumento de 736,8 mil euros que resulta do aumento das contribuições para os subsistemas de segurança social, nomeadamente, para a Caixa Geral de Aposentações, que passou para uma contribuição de 23,75%, ou seja, teve um acréscimo de 3,75 p.p relativamente ao ano anterior. O aumento dos encargos para a Segurança Social resultam ainda da integração do pessoal que estava afeto à Fundação Ciência e Desenvolvimento.

F.10 - Evolução da estrutura da despesa de capital



As despesas de capital, orçadas para 2014 (56,8 milhões de euros), foram inferiores às de 2013 (76,7 milhões de euros) em 26%. Para este decréscimo concorreu, a dotação inscrita em 2013, na rubrica de aquisição de bens de capital, para pagamento de 24,5 milhões de euros no âmbito do acordo do Parque Urbano da Cidade – 2ª fase.

Já no tocante às despesas pagas, e expurgado o pagamento, em 2013, de 24,5 milhões de euros no âmbito do acordo do Parque Urbano da Cidade – 2ª fase, a variação foi de -6,9% para o que contribuiu a redução do investimento realizado pelas empresas municipais, inferior ao inicialmente previsto por obtenção tardia do visto do Tribunal de Contas aos contratos outorgados com o Município.

No que respeita ao investimento releva-se que os investimentos indiretos constituídos pelos bens imóveis construídos ou recuperados pelas empresas municipais por delegação do Município fazem parte do seu imobilizado e estão refletidos no Balanço do Município.

Q.12 – Evolução das despesas de investimento total

Rubricas	2014			Total	2013		
	CMP	Empresas Municipais			Valor	Variação	
		DomusSocial	GOP			13-14	%
	€	€	€	€	€	%	
Terrenos (expropriações)	63.067			63.067	26.810.227	-26.747.160	-99,8%
<b>Total por domínio</b>	<b>63.067</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>63.067</b>	<b>26.810.227</b>	<b>-26.747.160</b>	<b>-99,8%</b>
Habitação							
Aquisição					116.395	-116.395	-100,0%
Reparação e beneficiação:							
Bairros municipais	556.341	2.262.004		2.818.345	6.122.095	-3.303.750	-54,0%
<b>Total por domínio</b>	<b>556.341</b>	<b>2.262.004</b>	<b>0</b>	<b>2.818.345</b>	<b>6.238.490</b>	<b>-3.420.145</b>	<b>-54,8%</b>
Edifícios							
Instalação de serviços	588.205	785.260	120.339	1.493.804	2.011.283	-517.479	-25,7%
Instalações desp. e recreativas			133.442	133.442		133.442	
Escolas		1.096.504	25.398	1.121.903	1.732.238	-610.336	-35,2%
Mercados					375.195	-375.195	-100,0%
<b>Total por domínio</b>	<b>588.205</b>	<b>1.881.765</b>	<b>279.179</b>	<b>2.749.149</b>	<b>4.118.716</b>	<b>-1.369.568</b>	<b>-33,3%</b>
Construções diversas							
Viadutos, arruamentos e obras compl.	202.810		4.216.479	4.419.289	6.325.413	-1.906.124	-30,1%
Parques e jardins	433.095		178.838	611.933	276.120	335.812	121,6%
Sinalização e trânsito			76.851	76.851	899.812	-822.961	-91,5%
<b>Total por domínio</b>	<b>635.905</b>	<b>0</b>	<b>4.472.168</b>	<b>5.108.073</b>	<b>7.501.346</b>	<b>-2.393.274</b>	<b>-31,9%</b>
Material de transporte	5.580			5.580	5.434	146	2,7%
<b>Total por domínio</b>	<b>5.580</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5.580</b>	<b>5.434</b>	<b>146</b>	<b>2,7%</b>
Maquinaria e equipamento	77.240			77.240	24.968	52.272	209,4%
<b>Total por domínio</b>	<b>77.240</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>77.240</b>	<b>24.968</b>	<b>52.272</b>	<b>209,4%</b>
Outros investimentos	2.471.223		33.732	2.504.956	2.138.490	366.466	17,1%
<b>Total por domínio</b>	<b>2.471.223</b>	<b>0</b>	<b>33.732</b>	<b>2.504.956</b>	<b>2.138.490</b>	<b>366.466</b>	<b>17,1%</b>
<b>Total</b>	<b>4.397.561</b>	<b>4.143.769</b>	<b>4.785.079</b>	<b>13.326.409</b>	<b>46.837.672</b>	<b>-33.511.263</b>	<b>-71,5%</b>

Nota: valores faturados

Em termos do investimento global, o valor realizado atingiu o montante de 13,3 milhões de euros, que representa um decréscimo de 33,5 milhões de euros face a 2013, e resulta, quer do pagamento, em 2013, de 24,5 milhões de euros no âmbito do acordo do Parque Urbano da Cidade – 2ª fase, quer da redução do valor dos contratos outorgados com as empresas municipais em 2014, entre outros, por força do atraso do visto do Tribunal de Contas aos contratos programa, que obrigou ao arranque tardio das obras.

As ações desenvolvidas pelas empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM que estão refletidas no orçamento do Município do Porto, encontram-se em anexo ao relatório.

Q.13 – Fontes de financiamento do investimento global do Município do Porto

Designação	2014		2013	
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>1.047.940</b>	<b>8,0%</b>	<b>5.569.972</b>	<b>11,9%</b>
<b>Transferências de capital</b>	<b>1.984.445</b>	<b>15,1%</b>	<b>6.749.546</b>	<b>14,5%</b>
- Fundos comunitários	1.705.299	13,0%	6.473.223	13,9%
- Contratos de participação / Protocolos	279.146	2,1%	276.323	0,6%
<b>Receitas próprias</b>	<b>10.100.155</b>	<b>76,9%</b>	<b>34.333.860</b>	<b>73,6%</b>
<b>Total</b>	<b>13.132.540</b>	<b>100%</b>	<b>46.653.378</b>	<b>100%</b>

A principal fonte de financiamento do investimento autárquico é a receita própria (76,9%) resultante da poupança corrente. Em 2014 recorreu-se ainda à utilização de dois empréstimos bancários destinados a investimentos. Neste âmbito, foram utilizados 564,4 mil euros do empréstimo de 6 milhões de euros, contratualizado com o IHRU, e destinado à reabilitação da habitação social, com contrato visado pelo Tribunal de Contas em 2012, e 483,6 mil euros do empréstimo, no valor de 3 milhões de euros, contratualizado em 2013, para financiamento de investimentos realizados pela GOP, EM, na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – Fases I e II.

A transição entre quadros comunitários e o atraso na publicação dos regulamentos do Portugal 2020 justificam a quebra das transferências de capital no âmbito dos fundos comunitários.

No que respeita aos contratos de participação, o valor recebido no ano em análise respeita ao apoio financeiro do Instituto de Turismo de Portugal à candidatura Grau 2 FIA – Circuito da Boavista.

Q.14 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

Objetivo	Orçado	Faturado		Pago	
	Valor € (1)	Valor € (2)	Taxa de execução % (3)=(2)/(1)	Valor € (4)	Taxa de execução % (5)=(4)/(2)
Coesão Social	2.572.746	2.262.250	87,9%	2.262.115	100,0%
Economia e Emprego	50.010	0	0,0%	0	0,0%
Inovação	546.751	122.610	22,4%	122.610	100,0%
Cultura	109.075	70.178	64,3%	69.519	99,1%
Urbanismo e Reabilitação Urbana	11.192.634	1.371.484	12,3%	1.336.484	97,4%
Educação	1.241.074	1.226.440	98,8%	1.226.440	100,0%
Segurança	111.817	68.959	61,7%	60.086	87,1%
Desporto	133.442	133.442	100,0%	133.442	100,0%
Mobilidade e Transportes	5.164.853	4.071.307	78,8%	4.068.923	99,9%
Ambiente e Qualidade de Vida	1.448.450	697.008	48,1%	663.357	95,2%
Governância da Câmara	4.487.845	3.302.732	73,6%	3.189.564	96,6%
<b>Total</b>	<b>27.058.698</b>	<b>13.326.409</b>	<b>49,3%</b>	<b>13.132.540</b>	<b>98,5%</b>

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) agrega o investimento em aquisição de bens de capital, executado pelos serviços do Município do Porto e empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM.

Tendo como referência os principais investimentos integrados na classificação por objetivos, verifica-se que a Mobilidade e Transportes, a Governância da Câmara e a Coesão Social, no seu conjunto, absorveram 9,6 milhões de euros, equivalente a 72,3% do investimento total. Na Mobilidade e Transportes foram aplicados 4,1 milhões de euros para melhorar os níveis de mobilidade na cidade e as suas infraestruturas viárias através de intervenções ao nível interno e da empresa municipal GOP, EM, e dos 3,3 milhões de euros afetos à Governância da Câmara, 2,7 milhões de euros foram para o programa funcionamento dos serviços, onde se relevam as obras efetuadas no património municipal, pelas empresas municipais DomusSocial, EM e GOP, EM, as despesas com a aquisição de hardware e software informático no âmbito das infraestruturas de suporte e manutenção dos sistemas de informação e a aquisição de diverso equipamento administrativo.

Na Coesão Social, a quase totalidade dos cerca de 2,3 milhões de euros foram aplicados na grande reabilitação da habitação social através da empresa municipal DomusSocial, EM. Se a este montante se acrescentarem 5,4 milhões de euros por afetação das rendas à habitação social, o investimento na coesão social sobe para 7,7 milhões de euros, evidenciando este objetivo como uma das prioridades do Município do Porto.

Dos 1,4 milhões de euros investidos no Urbanismo e reabilitação urbana, 689,1 mil euros foram realizados através da empresa municipal GOP,EM na reabilitação/ requalificação urbana, nomeadamente na consolidação da Escarpa das Fontainhas.

Na Educação, o investimento de 1,2 milhões de euros destinou-se à requalificação de escolas através da intervenção das empresas municipais no montante de 1,1 milhões de euros, tendo sido aplicados cerca de 100 mil euros na aquisição de equipamentos para as escolas e jardins-de-infância.

No Ambiente e Qualidade de Vida, com um investimento de 697 mil euros preservou-se o património natural público e privado. Houve intervenções de valorização e requalificação de espaços verdes e parques urbanos e adquiriu-se equipamento diverso, nomeadamente para os parques e jardins e no âmbito da modernização dos sistemas de recolha de resíduos sólidos urbanos e limpeza da cidade.

Para o programa Incentivar e dinamizar o desporto foram investidos 133,4 mil euros na melhoria de instalações desportivas através da empresa municipal GOP,EM.

Em Inovação e no âmbito do programa Fomentar a aplicação de novas tecnologias foram adquiridos equipamentos informáticos através das ações financiadas Cap@cidade : Inovar para o Cidadão e Cid@ta: informação para todos.

Para o programa Dinamização da cultura foram adquiridos equipamentos básicos para os Teatros Municipais Rivoli e Campo Alegre e efetuadas intervenções pela GOP,EM em espaços e equipamentos culturais.

A Segurança foi reforçada com equipamento básico e ferramentas e utensílios.

### 3.4. Evolução da Despesa com Transferências, Subsídios e Outras formas de apoio concedidos pelo Município do Porto

Q.15 – Estrutura das transferências

Designação	2014		Pago		2013	
	Faturado €	%	€	%	Faturado €	%
<b>Transferências correntes / subsídios</b>	<b>12.904.199</b>	<b>85,8%</b>	<b>12.901.122</b>	<b>86,7%</b>	<b>10.047.805</b>	<b>83,5%</b>
Freguesias	3.280.085	21,8%	3.280.085	22,0%	3.444.058	28,6%
Empresas municipais	4.479.018	29,8%	4.479.018	30,1%	3.937.709	32,7%
Outros	5.145.097	34,2%	5.142.020	34,5%	2.666.038	22,1%
<b>Transferências capital</b>	<b>2.139.242</b>	<b>14,2%</b>	<b>1.986.722</b>	<b>13,3%</b>	<b>1.991.330</b>	<b>16,5%</b>
Outros	2.139.242	14,2%	1.986.722	13,3%	1.991.330	16,5%
<b>Total</b>	<b>15.043.441</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.887.844</b>	<b>100,0%</b>	<b>12.039.135</b>	<b>100,0%</b>

As transferências apresentam, relativamente aos valores faturados do ano anterior, um acréscimo de 3 milhões de euros. Para esta variação concorrem a cobertura de 40% dos prejuízos da Porto Vivo, SRU, relativos aos anos de 2012 e 2013, e o subsídio à exploração à Domus Social, EM, para além do efeito da extinção da Fundação Ciência e Desenvolvimento com transferências em 2013.

As transferências correntes para as empresas municipais, respeitantes a fluxos não reembolsáveis que, em termos orçamentais, são classificados como subsídios, aumentam igualmente, pelo efeito do acréscimo dos subsídios à exploração transferidos para as empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM com a redução da transferência para a Porto Lazer, EM.

As transferências para as Juntas de Freguesia, com um decréscimo relativamente ao ano de 2013, decorrem dos contratos interadministrativos de delegação de competências para promover os serviços públicos e as competências que haviam sido delegadas no ano anterior, dos acordos de execução das competências que foram legalmente delegadas nas

juntas de freguesia, e de contratos de delegação de competências e interadministrativos de delegação de competências no âmbito do programa de atividades de enriquecimento curricular.

Q.16 – Outras transferências (excluindo Freguesias e Empresas Municipais)

Finalidade	2014		2013		Variação 13-14	
	€	%	€	%	€	%
Ações de interesse cultural e turístico	921.395	22,4%	620.520	13,8%	300.875	48,5%
Ação científica e educativa	0	0,0%	578.614	12,9%	-578.614	-100,0%
Ação social	165.015	4,0%	165.000	3,7%	15	0,0%
Proteção civil e luta contra incêndios	1.500	0,0%	0	0,0%	1.500	
Ação na área ambiental	1.845.116	44,9%	1.809.644	40,3%	35.472	2,0%
Outros	1.179.820	28,7%	1.318.512	29,4%	-138.692	-10,5%
<b>Total</b>	<b>4.112.845</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.492.290</b>	<b>100,0%</b>	<b>-379.445</b>	<b>-8,4%</b>

Através das ações de interesse cultural e turístico continuaram a apoiar-se a Fundação Casa da Música, a Fundação de Serralves e a Associação do Turismo do Porto, entre outros, procurando-se, desta forma, fomentar e difundir as atividades culturais e formativas na área das artes e da música, nomeadamente a nível educativo, formativo e de integração social, bem como desenvolver e promover externamente o Porto e Norte de Portugal como destino turístico. Assinala-se ainda, no âmbito das comemorações dos 250 anos da Torre dos Clérigos, o apoio de 150 mil euros atribuído à Irmandade dos Clérigos.

No contexto das ações científica e educativa, não se verificaram transferências em 2014, por efeito da extinção da Fundação Ciência e Desenvolvimento.

Para a área social continuou a ser concedido o apoio ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal do Porto (CCD).

Na área do ambiente destacam-se as transferências para a LIPOR, relativas à comparticipação para o investimento no âmbito do tratamento dos resíduos sólidos.

Em Outros evidenciam-se designadamente as transferências para os agrupamentos escolares e as realizadas no âmbito da ação social escolar, as quotas para diversas instituições da União Europeia e outras organizações internacionais, para além das indemnizações a particulares.

### 3.5. Classificação Funcional da Despesa

As atividades desenvolvidas pelas direções municipais são imputadas às áreas de intervenção, de acordo com a classificação funcional da despesa.

Q.17 – Classificação funcional da despesa

	PPI	Ações Relevantes	Total	%
	€	€	€	
<b>1 Funções Gerais</b>	<b>3.204.525</b>	<b>37.093.968</b>	<b>40.298.492</b>	<b>26,1%</b>
<b>1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública</b>	<b>3.144.439</b>	<b>24.125.609</b>	<b>27.270.048</b>	<b>17,6%</b>
1.1.1 Administração geral	3.144.439	24.125.609	27.270.048	17,6%
<b>1.2.0 Segurança e Ordem Públicas</b>	<b>60.086</b>	<b>12.968.359</b>	<b>13.028.445</b>	<b>8,4%</b>
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	47.168	6.473.830	6.520.998	4,2%
1.2.2 Polícia Municipal	12.918	6.494.529	6.507.447	4,2%
<b>2 Funções Sociais</b>	<b>5.830.691</b>	<b>63.558.788</b>	<b>69.389.479</b>	<b>44,9%</b>
<b>2.1.0 Educação</b>	<b>1.227.329</b>	<b>8.071.942</b>	<b>9.299.271</b>	<b>6,0%</b>
2.1.1 Ensino não superior	1.227.329	8.071.942	9.299.271	6,0%
<b>2.3.0 Segurança e Ação Sociais</b>	<b>111</b>	<b>2.010.062</b>	<b>2.010.173</b>	<b>1,3%</b>
2.3.2 Ação social	111	2.010.062	2.010.173	1,3%
<b>2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos</b>	<b>4.233.443</b>	<b>40.493.930</b>	<b>44.727.373</b>	<b>28,9%</b>
2.4.1 Habitação	2.818.345	4.211.372	7.029.716	4,5%
2.4.2 Ordenamento do território	62.947	1.621.888	1.684.834	1,1%
2.4.5 Resíduos sólidos	18.368	25.215.831	25.234.200	16,3%
2.4.6 Proteção do meio ambiente	1.333.783	9.444.839	10.778.623	7,0%
<b>2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos</b>	<b>369.808</b>	<b>12.982.854</b>	<b>13.352.662</b>	<b>8,6%</b>
2.5.1 Cultura	236.366	8.578.975	8.815.341	5,7%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	133.442	4.403.879	4.537.321	2,9%
<b>3 Funções Económicas</b>	<b>4.097.325</b>	<b>13.078.831</b>	<b>17.176.156</b>	<b>11,1%</b>
<b>3.2.0 Indústria e Energia</b>	<b>0</b>	<b>662.602</b>	<b>662.602</b>	<b>0,4%</b>
<b>3.3.0 Transportes e Comunicações</b>	<b>4.096.990</b>	<b>11.093.631</b>	<b>15.190.621</b>	<b>9,8%</b>
3.3.1 Transportes rodoviários	4.096.990	11.093.631	15.190.621	9,8%
<b>3.4.0 Comércio e Turismo</b>	<b>335</b>	<b>1.205.305</b>	<b>1.205.640</b>	<b>0,8%</b>
3.4.1 Mercados e feiras	335	78.166	78.502	0,1%
3.4.2 Turismo	0	1.127.139	1.127.139	0,7%
<b>3.5.0 Outras funções económicas</b>	<b>0</b>	<b>117.292</b>	<b>117.292</b>	<b>0,1%</b>
<b>4 Outras Funções</b>	<b>0</b>	<b>27.790.728</b>	<b>27.790.728</b>	<b>18,0%</b>
<b>4.1.0 Operações da dívida autárquica</b>	<b>0</b>	<b>12.988.760</b>	<b>12.988.760</b>	<b>8,4%</b>
<b>4.2.0 Transferências entre administrações</b>	<b>0</b>	<b>4.642.721</b>	<b>4.642.721</b>	<b>3,0%</b>
<b>4.3.0 Diversas não especificadas</b>	<b>0</b>	<b>10.159.246</b>	<b>10.159.246</b>	<b>6,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.132.540</b>	<b>141.522.315</b>	<b>154.654.855</b>	<b>100,0%</b>

Nesta ótica de classificação funcional, as despesas de funcionamento dos órgãos municipais e dos serviços transversais, nomeadamente, os Órgãos da Autarquia, as Direções Municipais da Presidência, de Finanças e Património, de Recursos Humanos, do Urbanismo e de Sistemas de Informação, e os Departamentos Municipais de Jurídico e Contencioso e de Fiscalização, foram imputadas à subfunção Administração Geral.

As atividades desenvolvidas pelas restantes direções foram imputadas às respetivas subfunções de acordo com a finalidade da despesa. De igual forma, as despesas com pessoal de cada serviço responsável são imputadas às respetivas subfunções afetas às diversas atividades desenvolvidas por cada um destes serviços.

As transferências para as empresas municipais foram distribuídas pelas diferentes

subfunções conforme a execução do seu plano de investimento.

A aplicação dos recursos financeiros do Município do Porto, agrupados de acordo com a classificação funcional, permite concluir que:

1 - A Função Social, ao absorver 69,4 milhões de euros e 44,9% do orçamento global surge como a função prioritária no Município do Porto. Nela destacam-se as áreas de intervenção em serviços que atendem à satisfação de necessidades no âmbito da habitação com 7 milhões de euros, dos resíduos sólidos e proteção do meio ambiente, onde, em conjunto, se aplicaram 23,3% do orçamento com um valor global de 36 milhões de euros e da cultura com uma execução de 8,8 milhões de euros, correspondente a 5,7% do orçamento.

As áreas de intervenção da Educação e do Desporto absorveram, respetivamente, 9,3 milhões de euros e 4,5 milhões de euros.

2 - As Funções Gerais, com um peso de 26,1% no orçamento, abrangem as atividades de âmbito geral da administração do Município do Porto integrando as despesas inerentes ao funcionamento, modernização e equipamento dos serviços bem como o investimento em aplicativos informáticos inerentes à gestão financeira, modernização de processos administrativos, organização interna de fluxos de informação, entre outros de igual relevo.

3 - A Função Económica representa 11,1% da despesa global, e absorveu 17,2 milhões de euros. Compreende, entre outras, as despesas com transportes e comunicações com um valor de 15,2 milhões de euros, correspondentes a 9,8% do total executado pelo Município.

4 – O serviço da dívida, incluindo os juros e as amortizações dos empréstimos bancários, absorveu cerca de 13 milhões de euros, refletidos em Operações da dívida autárquica.

#### 4. Análise da Receita

##### 4.1. Alterações e Revisões Orçamentais da Receita

Q.18 – Alteração e origem do acréscimo da dotação

Designação	Orçamento Inicial	Modificações	Orçamento Final
	€	€	€
Receitas correntes	147.303.296	-2.323.754	144.979.542
Receitas de capital	37.196.704	-4.106.730	33.089.974
Saldo da gerência anterior		23.647.892	23.647.892
<b>Total</b>	<b>184.500.000</b>	<b>17.217.409</b>	<b>201.717.409</b>

A incorporação do saldo de gerência, a redução da receita prevista, quer com alienação do património municipal quer por efeito de receitas cobradas ainda em 2013, e ainda a inscrição da receita proveniente do contrato de financiamento celebrado com o IHRU no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, determinaram o reforço ao orçamento inicial.

Assinala-se que o saldo da gerência anterior é acrescido às receitas de capital.

## 4.2. Execução Orçamental da Receita

Q.19 – Receita orçada, liquidada e cobrada por classificação económica

Designação	Orçada € (1)	Liquidada € (2)	Cobrada € (3)	Desvio € (4) = (3) - (1)	Taxa de Execução (5) = (3) / (1)
Impostos diretos	79.109.620	96.699.613	96.699.613	17.589.993	122,2%
Impostos indiretos	7.989.870	10.949.438	7.145.465	-844.405	89,4%
Taxas, multas e outras penalidades	5.025.297	5.560.413	5.278.565	253.268	105,0%
Rendimentos de propriedade	7.669.009	8.245.548	7.359.265	-309.744	96,0%
Transferências correntes	28.948.489	30.512.994	30.410.424	1.461.935	105,1%
Venda de bens e serviços correntes	15.102.967	22.085.614	15.121.137	18.170	100,1%
Outras receitas correntes	1.134.290	1.308.881	1.003.780	-130.510	88,5%
<b>Receitas correntes</b>	<b>144.979.542</b>	<b>175.362.501</b>	<b>163.018.248</b>	<b>18.038.706</b>	<b>112,4%</b>
Venda de bens de investimento*	22.527.414	7.580.792	9.009.247	-13.518.167	40,0%
Transferências de capital	4.213.689	2.318.272	2.258.754	-1.954.935	53,6%
Ativos financeiros	30	0	0	-30	0,0%
Passivos financeiros	5.663.088	1.047.940	1.047.940	-4.615.148	18,5%
Outras receitas de capital	20	40.049	40.049	40.029	200245,3%
<b>Receitas de capital</b>	<b>32.404.241</b>	<b>10.987.054</b>	<b>12.355.991</b>	<b>-20.048.251</b>	<b>38,1%</b>
<b>Reposições n/abatidas nos pagamentos</b>	<b>685.733</b>	<b>2.757.995</b>	<b>1.005.175</b>	<b>319.442</b>	<b>146,6%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>23.647.892</b>	<b>23.647.892</b>	<b>23.647.892</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>201.717.409</b>	<b>212.755.442</b>	<b>200.027.306</b>	<b>-1.690.102</b>	<b>99,2%</b>

\* Os valores cobrados consideram os adiantamentos de vendas. A liquidação ocorre aquando da realização da escritura.

Em termos globais, as receitas correntes liquidadas ultrapassaram as previsões em 30,4 milhões de euros. Todas as rubricas aumentaram, com especial destaque para os impostos diretos e para a venda de bens e serviços correntes, essencialmente, em resultado do aumento da receita do IMT e dos resíduos sólidos, respetivamente.

No que respeita aos valores cobrados, o grau de execução da receita corrente foi de 112,4%. O desvio positivo de 18 milhões de euros resulta, fundamentalmente, do aumento da receita cobrada em impostos diretos, nomeadamente, do IMT/SISA em 11,9 milhões de euros e do IMI/CA e da Derrama em 2,4 e 2,3 milhões de euros, respetivamente, em grande parte por efeito da medida excecional de regularização de dívidas fiscais do final de 2013.

Nos impostos indiretos, a redução resulta, entre outros, da diminuição da receita relacionada com as taxas com loteamentos e obras e com ocupação da via pública. Estas receitas continuam a revelar-se as receitas municipais próprias com maior expressão nos impostos indiretos, representando, no final do ano de 2014, 67,8% da receita total destes impostos.

Nas taxas, multas e outras penalidades o valor cobrado em multas e outras penalidades contribuiu para que a taxa de execução fosse superior a 100%, e compensasse o decréscimo verificado na generalidade das restantes rubricas deste agregado.

Nos rendimentos de propriedade, o decréscimo face ao valor orçado resulta da receita proveniente das rendas, nomeadamente no âmbito da concessão de jazigos que ficou aquém do previsto.

As transferências correntes contemplam, entre outras, as transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente, Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação Fixa no IRS, as comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados e outras transferências de que se destacam as provenientes dos contratos-programa assinados com a Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) para apoio aos programas de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares e de Atividades de Enriquecimento Curricular. Para o desvio positivo de 1,5 milhões de euros contribuiu a integração da receita da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP), conjugada com as transferências da DGEstE e das que têm origem em projetos cofinanciados, fundamentalmente as provenientes do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

O desvio da venda de bens e serviços correntes, face ao valor orçado, resulta, do acréscimo dos serviços prestados pela Autarquia, nomeadamente no âmbito de aluguer de espaços e equipamentos e dos parques de estacionamento.

As receitas de capital ficaram aquém do previsto com a generalidade das rubricas a apresentarem desvios negativos. Para a venda de bens de investimento contribuíram as vendas de ativos municipais bem como a contabilização do terreno inerente ao acordo extrajudicial assinado entre o Município do Porto e o Grupo Soares da Costa.

O atraso na execução de candidaturas objeto de financiamento por motivo de obras ou outros, bem como a transição entre quadros comunitários, nomeadamente no que se refere ao atraso na publicação de regulamentos do Portugal 2020, justificam a variação negativa da rubrica transferências de capital, fundamentalmente na que suporta as candidaturas ao abrigo do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), no âmbito dos Eixos 3 e 4, Valorização e Qualificação Ambiental Territorial e Qualificação do Sistema Urbano, respetivamente, bem como dos Programas Operacionais Valorização Território (POVT) e Fatores Competitividade (POFC).

Já para os passivos financeiros, a execução inferior à prevista em sede de orçamento decorre, por um lado da não contratualização do empréstimo de curto prazo, e por outro, da não utilização, em 2014, do empréstimo celebrado com o IHRU no âmbito do Programa Reabilitar para Arrendar, nomeadamente por atraso na obtenção do visto do Tribunal de Contas.

Q.20 – Receita liquidada e não cobrada

<b>Descrição</b>	<b>Valor</b> <b>Milhões de €</b>
Receita orçada	201,7
Receita liquidada *	215,0
Receita cobrada	200,0
<b>Receita liquidada e não cobrada</b>	<b>14,9</b>

*\* Considerando os adiantamentos da venda de bens de investimento*

A receita liquidada a terceiros e não cobrada ascende a 14,9 milhões de euros<sup>5</sup>. Nestas receitas estão refletidos, entre outros, os montantes liquidados no ano e a aguardar cobrança, os montantes em execução fiscal com destaque para as receitas com ocupação da via pública e publicidade, de resíduos sólidos e de rendas das habitações sociais.

---

<sup>5</sup> No quadro 19 deste relatório e no mapa “Posição do Orçamento da Receita 2014”, da prestação de contas, a receita liquidada e não cobrada é de 12,7 milhões de euros. À receita liquidada acrescentou-se o valor dos adiantamentos.

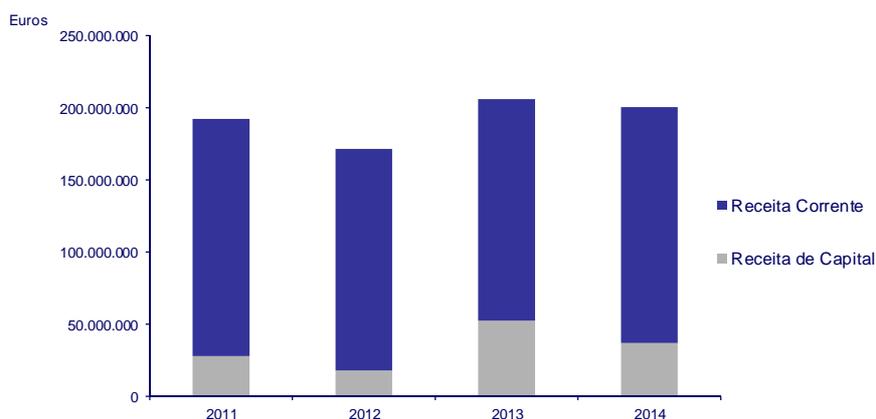
### 4.3. Evolução da Receita

#### Q.21 – Evolução da receita global cobrada

Designação	2014	Peso	2013	Varição
	€	%	€	13-14
Impostos diretos	96.699.613	48,3%	84.694.841	14,2%
Impostos indiretos	7.145.465	3,6%	7.177.980	-0,5%
Taxas, multas e outras penalidades	5.278.565	2,6%	5.997.741	-12,0%
Rendimentos de propriedade	7.359.265	3,7%	7.768.359	-5,3%
Transferências correntes	30.410.424	15,2%	29.194.450	4,2%
Venda de bens e serviços correntes	15.121.137	7,6%	15.490.779	-2,4%
Outras receitas correntes	1.003.780	0,5%	3.548.012	-71,7%
<b>Receitas correntes</b>	<b>163.018.248</b>	<b>81,5%</b>	<b>153.872.163</b>	<b>5,9%</b>
Venda de bens de investimento	9.009.247	4,5%	11.609.308	-22,4%
Transferências de capital	2.258.754	1,1%	7.243.822	-68,8%
Ativos financeiros	0	0,0%	10.000.000	-100,0%
Passivos financeiros	1.047.940	0,5%	5.569.972	-81,2%
Outras receitas de capital	40.049	0,0%	159.436	-74,9%
<b>Receitas de capital</b>	<b>12.355.991</b>	<b>6,2%</b>	<b>34.582.538</b>	<b>-64,3%</b>
<b>Total das receitas s/ reposições</b>	<b>175.374.239</b>	<b>87,7%</b>	<b>188.454.700</b>	<b>-6,9%</b>
Reposições não abatidas nos pagamentos	1.005.175	0,5%	1.159.386	-13,3%
<b>Total das receitas com reposições</b>	<b>176.379.414</b>	<b>88,2%</b>	<b>189.614.087</b>	<b>-7,0%</b>
Saldo da gerência anterior incorporado	23.647.892	11,8%	16.386.143	44,3%
<b>Total</b>	<b>200.027.306</b>	<b>100,0%</b>	<b>206.000.230</b>	<b>-2,9%</b>

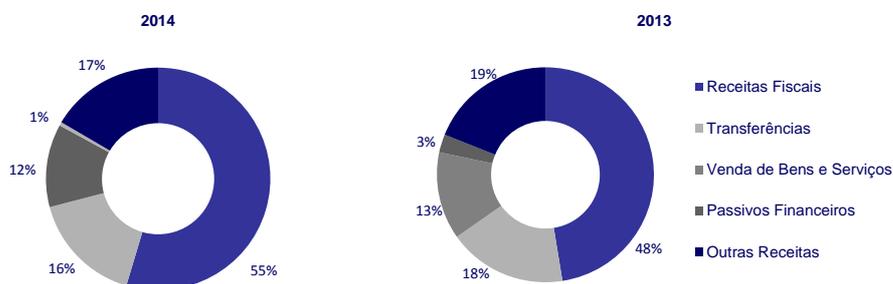
No ano de 2014 a receita cobrada diminuiu 6 milhões de euros, face ao ano de 2013. Esta diminuição, verificada em termos globais, decorre do efeito conjugado do aumento da receita corrente, nomeadamente dos impostos diretos, com a redução das receitas de capital, em todos os seus agrupamentos, e de forma mais significativa nas transferências de capital, nos ativos e nos passivos financeiros. Os ativos financeiros em 2013 espelham a redução do capital social das Águas do Porto, EM.

F.11 - Evolução das receitas executadas



Em termos globais, e apesar do decréscimo verificado no ano 2012 e de forma menos significativa em 2014, as receitas municipais apresentam uma tendência crescente, tendo-se verificado, neste ano, um acréscimo de 29 milhões de euros face a 2012 e de 7,8 milhões de euros quando comparado com o ano de 2011.

F.12 - Distribuição das principais receitas



Neste ano as receitas correntes crescem 9,1 milhões de euros, e as receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) diminuem 22,2 milhões de euros.

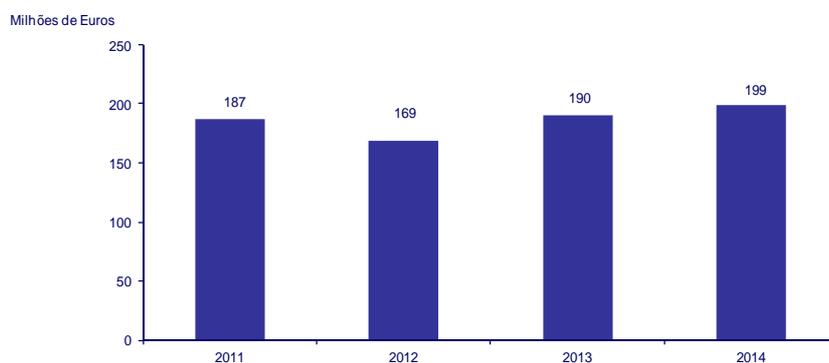
As receitas fiscais mantêm-se como principal fonte de receita e aumentam 11,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Para este resultado contribui o acréscimo dos impostos diretos, com uma variação positiva de 12 milhões de euros, ou seja, 14,2%.

Por sua vez, as transferências registam um decréscimo relativamente ao ano de 2013, pelo efeito conjugado da diminuição das transferências de capital, com destaque para as provenientes de projetos cofinanciados, com o aumento das transferências correntes, por efeito da integração no Município do Porto do Fundo da ex- FDZHP.

Para a variação negativa de 3 milhões de euros da venda de bens e serviços contribuiu o decréscimo quer a venda de bens e serviços correntes quer a venda de bens de investimento.

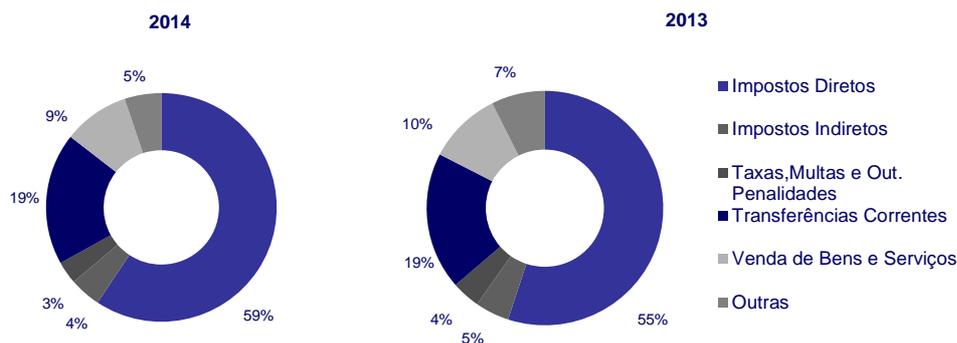
Para a variação dos passivos concorrem as utilizações dos empréstimos contratualizados, um no âmbito do Prohabita 2011/2012 e outro para fazer face aos investimentos na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – fase I e II.

F.13 - Evolução da receita efetiva



Com uma subida de 4,5%, a receita efetiva, ou seja, a receita expurgada dos ativos e passivos financeiros, é superior à verificada no ano de 2013 em 9 milhões de euros.

F.14 - Evolução da receita corrente



As receitas fiscais merecem um destaque especial pelo seu peso relativo (66,9%) neste agregado.

Os impostos diretos continuam a ser a principal receita do município. Neste ano, com um aumento do peso relativo sobre a receita corrente, que passou de 55% em 2013 para 59,3% em 2014, têm um acréscimo de 12 milhões de euros em termos absolutos.

Com um comportamento contrário estão os impostos indiretos e as taxas multas e outras penalidades, que continuaram em queda, embora menos acentuada que nos anos anteriores, reduzindo o peso relativo sobre a receita corrente de 4,7% para 4,4%, e de 3,9% para 3,2%, respetivamente, bem como a generalidade das receitas correntes. Excetuam-se as transferências correntes que aumentam por efeito da extinção da FDZHP.

#### Q.22 – Evolução da estrutura da receita fiscal

Designação	2014				2013	
	Orçada €	Cobrada €	Desvio	Taxa de € execução	Cobrada €	Varição 13-14
Imp.mun.sobre imóveis (IMI) / Contribuição autárquica	41.271.359	43.712.404	2.441.045	105,9%	42.070.264	3,9%
Imposto único de circulação (IUC) / IMV	5.317.629	6.279.793	962.164	118,1%	6.489.216	-3,2%
Imp.mun.sobre transm. onerosas imóveis (IMT)/ SISA	19.732.261	31.637.983	11.905.722	160,3%	19.450.048	62,7%
Derrama	12.788.351	15.069.432	2.281.081	117,8%	16.654.349	-9,5%
Impostos abolidos	10	0	-10	0,0%	0	0,0%
Impostos diretos diversos	10	0	-10	0,0%	30.963	-100,0%
<b>Impostos diretos</b>	<b>79.109.620</b>	<b>96.699.613</b>	<b>17.589.993</b>	<b>122,2%</b>	<b>84.694.841</b>	<b>14,2%</b>
Mercados e feiras	24.731	18.680	-6.051	75,5%	18.742	-0,3%
Loteamentos e obras	2.942.368	2.174.202	-768.166	73,9%	1.594.822	36,3%
Ocupação da via pública	2.966.217	2.667.973	-298.244	89,9%	2.866.148	-6,9%
Publicidade	1.232.200	1.506.120	273.920	122,2%	1.893.066	-20,4%
Outros	824.354	778.490	-45.864	94,4%	805.200	-3,3%
<b>Impostos indiretos</b>	<b>7.989.870</b>	<b>7.145.465</b>	<b>-844.405</b>	<b>89,4%</b>	<b>7.177.980</b>	<b>-0,5%</b>
Mercados e feiras	328.816	239.616	-89.200	72,9%	279.936	-14,4%
Loteamentos e obras	961.283	670.067	-291.216	69,7%	1.995.960	-66,4%
Ocupação da via pública	601.466	598.201	-3.265	99,5%	619.449	-3,4%
Caça, uso e porte de arma	10	0	-10	0,0%	0	0,0%
Outras	363.212	286.604	-76.608	78,9%	407.165	-29,6%
Multas e outras penalidades	2.770.510	3.484.077	713.567	125,8%	2.695.231	29,3%
<b>Taxas, multas e outras penalidades</b>	<b>5.025.297</b>	<b>5.278.565</b>	<b>253.268</b>	<b>105,0%</b>	<b>5.997.741</b>	<b>-12,0%</b>
<b>Total</b>	<b>92.124.787</b>	<b>109.123.642</b>	<b>16.998.855</b>	<b>118,5%</b>	<b>97.870.562</b>	<b>11,5%</b>

As receitas fiscais, englobando os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, constituem a parcela mais representativa da receita corrente e da receita total cobrada ao longo dos anos, tendo crescido 11,5% em 2014 face ao ano anterior.

Entre as receitas fiscais destacam-se os impostos diretos cujo valor arrecadado foi superior ao orçado e que, em 2014, tiveram uma evolução positiva de 12 milhões de euros relativamente ao ano transato.

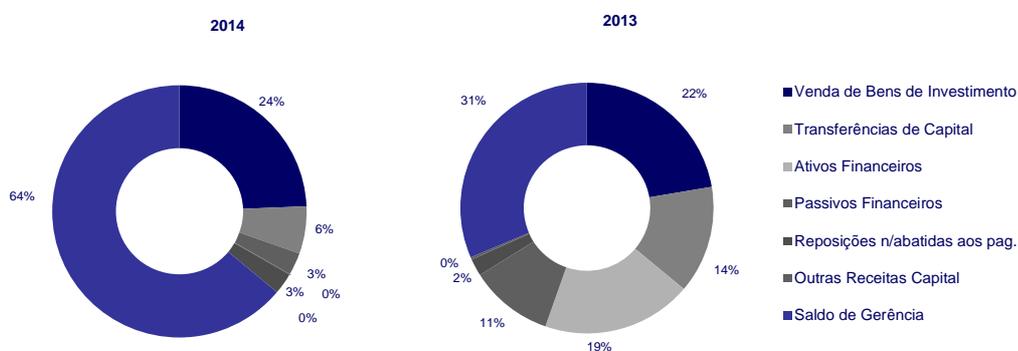
Nos impostos diretos, com uma execução acima do valor previsto, em 17,6 milhões de euros, releva-se o IMT que, em termos comparativos, teve uma execução superior à orçada em 11,9 milhões de euros, e um aumento de 12,2 milhões de euros (62,7%) face a 2013. Dos restantes impostos diretos, destaca-se o aumento do IMI, com uma execução superior ao previsto em 2,4 milhões de euros e um aumento de 1,6 milhões de euros quando

comparado com o ano de 2013. O IUC e a derrama também apresentaram taxas de execução superiores a 100%, embora os valores cobrados tenham ficado aquém do verificado no ano transato. Este comportamento positivo da receita fiscal está muito influenciado pelo regime excepcional de regularização de dívidas fiscais que o Estado pôs à disposição dos devedores no final de 2013 e cujo efeito ainda se fez sentir na cobrança de impostos de janeiro de 2014.

Os impostos indiretos, com uma taxa de execução de 89,4% são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com a ocupação da via pública e com os loteamentos e obras de urbanização que, em 2014, registaram uma cobrança inferior em 1,1 milhões de euros face ao valor orçado. Quando comparados com o valor executado de 2013, os impostos indiretos tiveram um ligeiro decréscimo, de 0,5%, ou seja, 32,5 mil euros.

As taxas, multas e outras penalidades, com uma execução superior ao orçado, em 253,3 mil euros, decrescem 12% face a 2013, essencialmente pelo comportamento das receitas com os loteamentos e obras.

F.15 - Evolução da receita de capital



As receitas de capital (sem reposições e saldo de gerência) registaram, em 2014, um decréscimo de 64,3% relativamente a 2013, ou seja, menos 22,2 milhões de euros, pelo decréscimo de todas as suas componentes.

A venda de bens de investimento resultou, entre outros, da alienação de prédios sitos na rua Clube Fluvial Portuense, rua S. João e rua dos Mercadores, para além da contabilização da dação em cumprimento referente ao acordo extra judicial assinado com a Soares da Costa.

Nas transferências de capital, para além da transferência do Estado no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro, são contabilizadas as receitas provenientes das participações a fundo perdido, nomeadamente de contratos com fundos comunitários e de contratos com

fundos autónomos. No âmbito das comparticipações comunitárias a projetos cofinanciados, a variação negativa resulta das transferências ao nível do QREN, nomeadamente do Eixo 3 – Valorização e Qualificação Ambiental Territorial, pela requalificação e ampliação do parque escolar, do Eixo 4 - Qualificação do Sistema Urbano, pelas obras de reabilitação Urbana do Eixo Mouzinho/Flores. No âmbito dos contratos com fundos autónomos recebeu-se apenas o apoio financeiro do Instituto de Turismo de Portugal no âmbito da candidatura Grau 2 FIA – Circuito da Boavista.

No que respeita aos passivos financeiros foram utilizados 483,6 mil euros de um empréstimo de 3 milhões de euros, contratualizado em 2013, para financiar os empreendimentos EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista-fase I e II. Acresce ainda a última utilização de 564,4 mil euros, relativa ao empréstimo, de 6 milhões de euros, celebrado com o IHRU, no âmbito do Prohabita 2011/2012.

Q.23 – Estrutura e execução das receitas de capital

Designação	Orçada		Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	Peso	Valor	Peso		
	€	%	€	%	€	
Terrenos	19.096.043	33,7%	7.232.093	19,5%	-11.863.950	37,9%
Edifícios e outras construções	3.431.341	6,0%	1.776.035	4,8%	-1.655.306	51,8%
Outros bens de investimento	30	0,0%	1.119	0,0%	1.089	3730,0%
<b>Venda de bens de investimento</b>	<b>22.527.414</b>	<b>39,7%</b>	<b>9.009.247</b>	<b>24,3%</b>	<b>-13.518.167</b>	<b>40,0%</b>
Fundo de equilíbrio financeiro	274.309	0,5%	274.309	0,7%	0	100,0%
Contratos programa	279.166	0,5%	279.146	0,8%	-20	100,0%
IHRU	10	0,0%	0	0,0%	-10	0,0%
FEDER	3.357.635	5,9%	1.605.967	4,3%	-1.751.668	47,8%
Outras	302.569	0,5%	99.332	0,3%	-203.237	32,8%
<b>Transferências de capital</b>	<b>4.213.689</b>	<b>7,4%</b>	<b>2.258.754</b>	<b>6,1%</b>	<b>-1.954.935</b>	<b>53,6%</b>
<b>Ativos financeiros</b>	<b>30</b>	<b>0,0%</b>	<b>0</b>	<b>0,0%</b>	<b>-30</b>	<b>0,0%</b>
Empréstimos a curto prazo	2.500.000	4,4%	0	0,0%	-2.500.000	0,0%
Empréstimos a médio e longo prazos	3.163.088	5,6%	1.047.940	2,8%	-2.115.148	33,1%
<b>Passivos financeiros</b>	<b>5.663.088</b>	<b>10,0%</b>	<b>1.047.940</b>	<b>2,8%</b>	<b>-4.615.148</b>	<b>18,5%</b>
<b>Outras receitas de capital</b>	<b>20</b>	<b>0,0%</b>	<b>40.049</b>	<b>0,1%</b>	<b>40.029</b>	<b>200245,3%</b>
<b>Reposições n/abatidas aos pagamentos</b>	<b>685.733</b>	<b>1,2%</b>	<b>1.005.175</b>	<b>2,7%</b>	<b>319.442</b>	<b>146,6%</b>
<b>Saldo da gerência anterior</b>	<b>23.647.892</b>	<b>41,7%</b>	<b>23.647.892</b>	<b>63,9%</b>	<b>0</b>	<b>100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>56.737.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>37.009.058</b>	<b>100,0%</b>	<b>-19.728.808</b>	<b>65,2%</b>

Com um desvio negativo de 13,5 milhões de euros relativamente ao valor orçado, a venda de bens de investimento foi em 2014 a componente com maior peso no total da receita de capital, excluído o saldo da gerência anterior integrado neste grupo de receitas.

No que se reporta às transferências de capital que englobam, entre outras, as transferências do Estado (FEF), as participações dos fundos comunitários e do IHRU, a variação é negativa, de 2 milhões de euros, face ao valor orçado. Para além do ano de 2014 coincidir com a transição entre quadros comunitários e de não terem sido publicados regulamentos no âmbito do Portugal 2020, este desvio deve-se ainda ao atraso na execução de candidaturas objeto de financiamento no quadro comunitário anterior. Estas variações negativas na execução são mais significativas nas candidaturas ao QREN, no âmbito dos Eixos 3 e 4, Valorização e Qualificação Ambiental Territorial e Qualificação do Sistema Urbano, respetivamente, bem como dos Programas Operacionais Valorização Território e Fatores Competitividade.

No recurso ao endividamento regista-se que o Município utilizou 1 milhão de euros dos empréstimos contratualizados em 2012 e 2013 e, mais uma vez, não recorreu à contratualização do empréstimo de curto prazo previsto em orçamento.

#### 4.4. Passivos Financeiros – Evolução das Receitas Creditícias

Q.24 – Evolução das receitas creditícias

Designação	2014 €	2013 €	Varição 13-14
Empréstimos internos	1.047.940	5.569.972	-81,2%
Receitas de capital	37.009.058	52.128.067	-29,0%
<b>Peso dos empréstimos nas receitas de capital</b>	<b>2,8%</b>	<b>10,7%</b>	

No ano em apreço a reabilitação da habitação social continuou a ser um dos programas prioritários do atual executivo.

Para fazer face à reabilitação da habitação social e na sequência do acordo de colaboração celebrado com o IHRU, no âmbito do Prohabita 2011/2012, o Município utilizou um valor de 564,4 mil euros do empréstimo bonificado de 6 milhões de euros, dando como encerrada a fase de utilização do referido financiamento.

Em 2014 recorreu-se ainda à utilização de 483,6 mil euros de um empréstimo contratualizado em 2013 com o Banco Santander Totta, no valor de 3 milhões de euros,

para financiamento de investimentos realizados pela GOP, EM, na EB Paulo da Gama, Consolidação das Fontainhas e Requalificação da Avenida da Boavista – Fases I e II.

#### 4.5. Transferências e Subsídios Obtidos

##### Q.25 – Receita proveniente de transferências

Transferências	2014		2013		Variação 13-14
	Valor €	Peso %	Valor €	Peso %	
<b>FEF / FSM / Participação fixa no IRS</b>	<b>23.871.093</b>	<b>73,1%</b>	<b>25.206.686</b>	<b>69,2%</b>	<b>-5,3%</b>
Correntes	23.596.784	72,2%	24.712.410	67,8%	-4,5%
Capital	274.309	0,8%	494.276	1,4%	-44,5%
<b>Fundos comunitários</b>	<b>2.102.015</b>	<b>6,4%</b>	<b>6.620.205</b>	<b>18,2%</b>	<b>-68,2%</b>
Correntes	398.331	1,2%	146.982	0,4%	171,0%
Capital	1.703.684	5,2%	6.473.223	17,8%	-73,7%
<b>Contratos programa / Protocolos / Outros</b>	<b>6.696.070</b>	<b>20,5%</b>	<b>4.611.380</b>	<b>12,7%</b>	<b>45,2%</b>
Correntes	6.415.309	19,6%	4.335.058	11,9%	48,0%
Capital	280.761	0,9%	276.323	0,8%	1,6%
<b>Transferências</b>					
Correntes	30.410.424	93,1%	29.194.450	80,1%	4,2%
Capital	2.258.754	6,9%	7.243.822	19,9%	-68,8%
<b>Total</b>	<b>32.669.178</b>	<b>100,0%</b>	<b>36.438.271</b>	<b>100,0%</b>	<b>-10,3%</b>

As transferências obtidas são inferiores em 3,8 milhões de euros às recebidas em 2013. Esta variação resulta do efeito conjugado do decréscimo das transferências provenientes do Estado e dos fundos comunitários, nomeadamente de capital, com o acréscimo de outras transferências, de que se destaca a receita oriunda da extinção da Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (FDZHP) no montante de 2,8 milhões de euros.

#### 5. Movimentos de Tesouraria

O valor das importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos ocorridos no exercício, quer se reportem à execução orçamental, quer a operações de tesouraria, acrescido dos correspondentes saldos da gerência anterior, permitem obter o valor do saldo a transitar para a gerência seguinte.

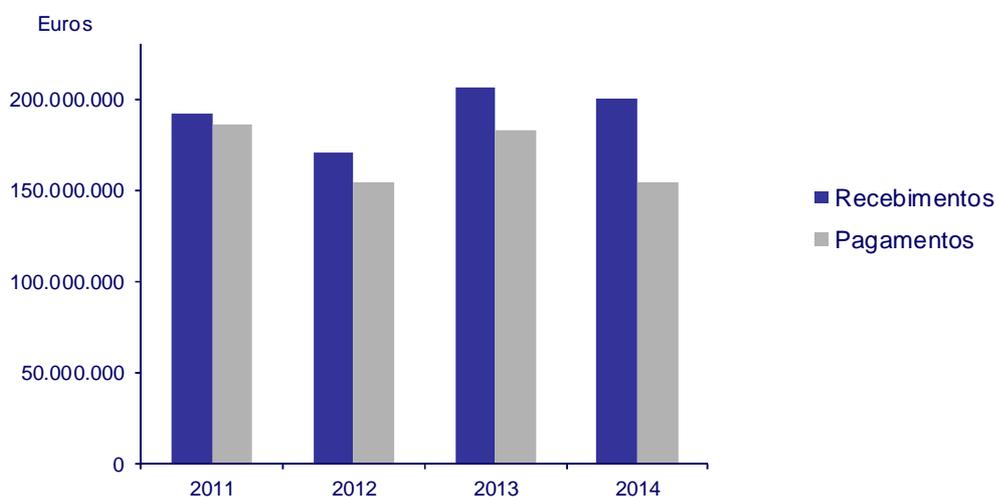
Q.26 – Resumo da conta de gerência

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
	€	€	€
Saldo transitado de 2013	23.647.892	2.325.257	25.973.150
Receitas arrecadadas	176.379.414	13.246.755	189.626.169
Despesas pagas	154.654.855	13.431.845	168.086.700
<b>Saldo a transitar para 2015</b>	<b>45.372.451</b>	<b>2.140.167</b>	<b>47.512.619</b>

O saldo transitado para a gerência seguinte é de 47,5 milhões de euros, que se decompõe em 45,4 milhões de euros de saldo de operações orçamentais e 2,1 milhões de euros de saldo de operações de tesouraria.

Esta informação é complementada com os fluxos de caixa que, através de mapa constante dos documentos de Prestação de Contas, discrimina a natureza e a origem e aplicações de fundos.

F.16 - Evolução dos pagamentos e recebimentos orçamentais



A evolução dos recebimentos e pagamentos, no último quadriénio, permite-nos verificar um decréscimo no ano de 2012, logo seguido de acréscimo em 2013, nos recebimentos e nos pagamentos, estes influenciados pelo pagamento do acordo do Parque Urbano da Cidade – 2ª fase em 24,5 milhões de euros. Em 2014, os recebimentos são ligeiramente inferiores aos do ano transato e os pagamentos, significativamente inferiores, situam-se em níveis próximos dos registados em 2012, originando um saldo de tesouraria expressivo.

Q.27 – Operações de tesouraria

Designação	Saldo Inicial	Entrada	Saída	Saldo Final
	€	€	€	€
Cobranças para o Estado	475.212	5.881.130	5.881.926	474.416
Cobranças para instituições da previd.e assistência	341.375	5.403.455	5.395.315	349.515
Cobrança para outras entidades	261.190	1.878.316	2.091.187	48.319
Cauções e depósitos de garantias	1.247.480	83.854	63.418	1.267.917
<b>Total</b>	<b>2.325.257</b>	<b>13.246.755</b>	<b>13.431.845</b>	<b>2.140.167</b>

O fluxo financeiro das operações de tesouraria evidencia as cobranças que os serviços do Município do Porto realizaram para terceiros, ou seja, os valores entrados em cofre e destinados a outras entidades.

As operações de tesouraria desenvolvidas e movimentadas em contas correntes, por entidade e por natureza, são devidamente documentadas à entrada e saída de fundos, conforme mapa que integra a Conta de Gerência.

Q.28 – Garantias e cauções

Descrição	Total
	€
Saldo inicial	51.135.566
Cauções rececionadas	4.723.086
Cauções devolvidas	(17.280.587)
Cauções acionadas	(1.262)
<b>Saldo para a gerência seguinte</b>	<b>38.576.803</b>

Com a contabilidade patrimonial é dispensável a virtualização da receita, pelo que o Município do Porto não debita ao tesoureiro os documentos de cobrança, não movimentando, assim, os recibos de cobrança em contas de ordem. Estas contas refletem, para além das garantias e cauções tituladas por papel, as retenções em numerário e depósitos bancários, estando desagregadas em fornecedores e fornecedores de imobilizado e arquivadas por entidade de origem. Refira-se que, no ano de 2014, o valor das cauções prestadas ao Município do Porto sofreu uma redução de 39,4%, relativamente ao ano anterior.

O mapa de controlo e prestação desta informação consta dos anexos às demonstrações financeiras e da prestação de contas, a enviar ao Tribunal de Contas.

## SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

### 6. Análise do Balanço

O Balanço e o Sistema Contabilístico adequam-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), espelhando a situação patrimonial da Autarquia a 31 de dezembro de 2014.

#### Q.29 – Balanço sintético

Descrição	2014		2013		Variação 13-14	
	Valor	Peso	Valor	Peso	€	%
	€	%	€	%		
Imobilizado	1.337.010.318	90,4%	1.279.079.282	95,5%	57.931.036	4,5%
Existências	1.270.014	0,1%	13.787.592	1,0%	-12.517.578	-90,8%
Dívidas de terceiros - médio e longo prazo	0	0,0%	40.049	0,0%	-40.049	-100,0%
Dívidas de terceiros - curto prazo	4.737.686	0,3%	3.160.890	0,2%	1.576.796	49,9%
Disponibilidades	47.512.619	3,2%	25.973.150	1,9%	21.539.469	82,9%
Acréscimos e diferimentos	88.640.083	6,0%	17.694.904	1,3%	70.945.179	400,9%
<b>Ativo líquido</b>	<b>1.479.170.720</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.339.735.867</b>	<b>100,0%</b>	<b>139.434.853</b>	<b>10,4%</b>
Património	921.908.817	80,1%	834.381.862	82,5%	87.526.955	10,5%
Ajustamentos em partes de capital	336.781	0,0%	336.781	0,0%	0	0,0%
Reservas	85.016.489	7,4%	84.920.270	8,4%	96.219	0,1%
Subsídios	101.456	0,0%	101.456	0,0%	0	0,0%
Doações	10.243.369	0,9%	157.922	0,0%	10.085.447	6386,4%
Regularizações	60.227.112	5,2%	60.227.112	6,0%	0	0,0%
Resultados	72.527.176	6,3%	31.007.971	3,1%	41.519.205	133,9%
<b>Fundos próprios</b>	<b>1.150.361.199</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.011.133.374</b>	<b>100,0%</b>	<b>139.227.825</b>	<b>13,8%</b>
Provisões para riscos e encargos	38.429.002	11,7%	31.078.615	9,5%	7.350.387	23,7%
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo	82.052.323	25,0%	85.752.085	26,1%	-3.699.762	-4,3%
Dívidas a terceiros - curto prazo	18.888.176	5,7%	18.304.836	5,6%	583.340	3,2%
Acréscimos e diferimentos	189.440.020	57,6%	193.466.957	58,9%	-4.026.937	-2,1%
<b>Passivo</b>	<b>328.809.521</b>	<b>100,0%</b>	<b>328.602.493</b>	<b>100,0%</b>	<b>207.027</b>	<b>0,1%</b>

O crescimento de 10,4% do ativo líquido deve-se ao efeito conjugado do crescimento do imobilizado líquido (57,9 milhões de euros), das disponibilidades (21,5 milhões de euros), dos acréscimos e diferimentos (70,9 milhões de euros) e das dívidas de terceiros de curto prazo (1,6 milhões de euros) com a diminuição das existências (-12,5 milhões de euros) e das dívidas de terceiros de médio e longo prazo (-40 mil euros).

No que respeita ao imobilizado registam-se ao longo do ano de 2014 variações positivas, realçando-se a incorporação de 87,5 milhões de euros no património por acréscimo ao balanço inicial do Município do Porto e os investimentos executados por via das empresas

municipais, GOP, EM e DomusSocial, EM, e em terrenos, edifícios, equipamento básico e administrativo e outras construções e infraestruturas, nomeadamente.

A reclassificação contabilística das frações habitacionais do Bairro da Pasteleira que, em 2014, passaram a integrar a rubrica de imobilizado, originou uma redução das existências. Desde 2001 que estas frações constavam desta rubrica, considerando a intenção inicial de alienação das mesmas o que não veio a verificar-se.

A dívida de terceiros de médio e longo prazo, respeitante a um crédito do Município do Porto sobre as Águas do Porto, EM ficou regularizada em 2014.

Em termos globais as dívidas de terceiros de curto prazo aumentaram 1,6 milhões de euros, destacando-se o acréscimo de outros devedores respeitante ao crédito do Município do Porto sobre as empresas municipais GOP, EM e DomusSocial, EM, no montante de 283,8 mil euros e 1,6 milhões de euros respetivamente, no âmbito do projeto de otimização do IVA.

Do valor bruto das dívidas de terceiros de curto prazo (16,1 milhões de euros), 14,9 milhões de euros têm reflexos em operações orçamentais e destes 10 milhões de euros respeitam a exercícios anteriores.

Realça-se o aumento das disponibilidades, em relação ao ano anterior, no montante de 21,5 milhões de euros.

Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, o Município do Porto alterou o seu procedimento no registo dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, Derrama e à participação fixa de IRS que anteriormente eram reconhecidos apenas aquando do seu efetivo recebimento e não no exercício a que dizem respeito. Deste modo efetuou-se uma estimativa, com base no Orçamento do Município do Porto para 2015, dos montantes relativos aos proveitos acima discriminados e que apenas serão recebidos durante o ano de 2015. Esta estimativa está refletida nos acréscimos de proveitos, no montante de 83,1 milhões de euros.

Os fundos próprios aumentam, essencialmente, em resultado da incorporação de património não registado no balanço inicial.

Conforme determinado pelo POCAL e deliberado pela Assembleia Municipal, o resultado líquido de 2013 foi transferido para resultados transitados (1,8 milhões de euros) e procedeu-se ao reforço das reservas legais (96,2 mil euros).

O aumento das provisões para riscos e encargos (7,4 milhões de euros) e das dívidas a terceiros de curto prazo (583,3 mil euros), conjugado com a redução das dívidas a terceiros de médio e longo prazo (-3,7 milhões de euros) e dos acréscimos e diferimentos (-4 milhões

de euros) contribuíram para um aumento do passivo em 207 mil euros. Este aumento do passivo, embora pouco significativo, resulta do efeito da contabilização do Fundo de Apoio Municipal, no montante de 6,7 milhões de euros, de acordo com orientações da DGAL.

Assinala-se que as provisões para riscos e encargos compreendem, entre outros, os processos judiciais em curso a aguardar decisão dos Tribunais.

Os acréscimos de custos que incorporam os custos do exercício, a liquidar em exercícios futuros, em obediência ao princípio da especialização do exercício, registam um decréscimo de 442,6 mil euros.

#### Q.30 – Indicadores económico-financeiros

Indicadores	2014	2013
<b>Estrutura do ativo</b>		
Ativo fixo / Ativo total	90,4%	95,5%
Ativo circulante / Ativo total	9,6%	4,5%
Ativo fixo / Ativo circulante	940,5%	2110,2%
<b>Estrutura do passivo</b>		
Recursos permanentes / Passivo	432,4%	392,7%
Passivo longo prazo / Passivo exigível	72,8%	73,8%
Passivo curto prazo / Passivo exigível	27,2%	26,2%
Passivo curto prazo / Passivo longo prazo	37,3%	35,5%
<b>Análise do ativo fixo</b>		
Ativo fixo / Endividamento a médio longo prazo	1629,5%	1491,6%
Amortizações exercício / Variação imobilizado	33,5%	22,3%
<b>Análise do passivo exigível</b>		
<b>- Coeficiente de endividamento</b>		
Passivo exigível / Fundos próprios	9,8%	11,5%
<b>- Coeficiente de endividamento a curto prazo</b>		
Exigível a curto prazo / Fundos próprios	2,7%	3,0%
<b>- Coeficiente de endividamento a longo prazo</b>		
Exigível a médio longo prazo / Fundos próprios	7,1%	8,5%
Exigível a médio longo prazo / Imobilizado corpóreo	9,5%	10,8%
<b>Grau de autonomia</b>		
Fundos próprios/Ativo	77,8%	75,5%
<b>Índice de liquidez imediata</b>		
Disponibilidades / Exigível a curto prazo	1,6	0,9
<b>Índice de solvência</b>		
Ativo/ Passivo exigível	13,1	11,5

Os indicadores económico-financeiros têm, na generalidade, uma evolução que evidencia um desempenho financeiro positivo do Município do Porto em 2014.

A estrutura do ativo mantém-se, com alterações pouco significativas, relativamente a 2013. Estas alterações, em termos globais, resultam da variação positiva do ativo circulante, essencialmente por efeito do aumento das disponibilidades e dos acréscimos de proveitos, ser superior à variação do ativo fixo.

A posição confortável da estrutura do passivo comparativamente com o ano 2013 deve-se à diminuição do passivo exigível, em resultado da redução do passivo de longo prazo, registando-se ainda uma melhoria dos recursos permanentes.

O acréscimo registado no ativo fixo, conjugado com a redução do endividamento de médio e longo prazo, reflete-se na melhoria das garantias do Município do Porto perante as entidades financiadoras.

O acréscimo verificado no indicador amortizações do exercício/variação do imobilizado deve-se ao facto do decréscimo da variação do imobilizado bruto ser mais expressivo que a redução das amortizações.

Os indicadores relativos ao passivo exigível evidenciam uma evolução positiva da independência financeira do Município. A redução dos coeficientes de endividamento a curto e longo prazo resultam da variação conjugada das dívidas de curto e de médio e longo prazos com o aumento dos fundos próprios e do imobilizado corpóreo.

O grau de autonomia, com um aumento em 2014, continua a evidenciar a capacidade do Município financiar o seu ativo através de capitais próprios sem ter que recorrer a empréstimos de médio e longo prazo.

O índice de liquidez imediata, que quase duplica relativamente ao ano anterior, resulta do aumento acentuado das disponibilidades conjugado com o acréscimo pouco significativo do exigível a curto prazo.

A capacidade do Município em cumprir os seus compromissos, medida através do índice de solvência, apresentou uma melhoria relativamente ao ano de 2013, ao passar de 11,5% para 13,1%.

## **7. Análise da Demonstração de Resultados**

A Demonstração de Resultados por natureza adequa-se ao previsto no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), apresentando os resultados das operações económicas (custos e proveitos) da Autarquia durante o ano de 2014.

Q.31 – Demonstração dos resultados por natureza

Designação	2014		2013		Variação	
	Valor	Peso	Valor	Peso	13-14	
	€	%	€	%	€	%
Custos e perdas						
Custos merc.vend.e das mat. consumidas	1.628.080	0,9%	1.858.724	1,1%	-230.643	-12,4%
Fornecimentos e serviços externos	44.068.700	25,4%	44.832.859	26,2%	-764.159	-1,7%
Pessoal	57.397.157	33,1%	57.075.647	33,3%	321.511	0,6%
Transf. e subsídios correntes concedidos	9.856.520	5,7%	9.748.486	5,7%	108.034	1,1%
Amortizações do exercício	40.147.428	23,1%	41.270.276	24,1%	-1.122.848	-2,7%
Provisões do exercício	3.453.078	2,0%	2.953.456	1,7%	499.622	16,9%
Custos e perdas financeiros	3.302.148	1,9%	3.871.933	2,3%	-569.785	-14,7%
Outros custos	13.728.786	7,9%	9.832.300	5,7%	3.896.486	39,6%
<b>Total</b>	<b>173.581.899</b>	<b>100,0%</b>	<b>171.443.681</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.138.218</b>	<b>1,2%</b>
Proveitos e ganhos						
Vendas e prestações de serviços	14.473.449	8,1%	15.276.766	8,8%	-803.318	-5,3%
Impostos e taxas	95.890.490	53,4%	103.578.717	59,7%	-7.688.227	-7,4%
Variação da produção	-96.375	-0,1%	-127.149	-0,1%	30.773	-24,2%
Transferências e subsídios correntes	31.029.076	17,3%	30.063.854	17,3%	965.222	3,2%
Proveitos financeiros	7.539.604	4,2%	7.375.305	4,3%	164.299	2,2%
Outros	30.619.997	17,1%	17.200.562	9,9%	13.419.435	78,0%
<b>Total</b>	<b>179.456.240</b>	<b>100,0%</b>	<b>173.368.056</b>	<b>100,0%</b>	<b>6.088.185</b>	<b>3,5%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>5.874.341</b>		<b>1.924.374</b>		<b>3.949.967</b>	<b>205,3%</b>

Os custos e perdas reconhecidos no exercício de 2014 apresentam, no seu conjunto, um crescimento de 2,1 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Os custos com pessoal representam 33,1% dos custos da autarquia. O ligeiro acréscimo face ao ano anterior é, justificado pelo regresso, entre setembro e dezembro de 2014, de 155 trabalhadores, das concessionárias Suma e Invicta Ambiente. Tendo em conta que estes trabalhadores integraram o Município com todos os direitos adquiridos anteriormente, os encargos inerentes estão refletidos nos custos com o pessoal, nomeadamente no que se refere aos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2015.

Para o aumento significativo da rubrica outros custos, concorre o registo do acordo extra judicial assinado com a Soares da Costa.

Contribuem ainda para o aumento dos custos, as provisões do exercício cujo acréscimo decorre essencialmente de dívidas de clientes, contribuintes e utentes relativas aos anos de 2013 e 2014, cuja cobrança se apresenta duvidosa.

Em sentido contrário, estão as amortizações do exercício, os fornecimentos e serviços externos e os custos e perdas financeiras, que apresentam reduções quando comparadas com o ano anterior.

O aumento dos proveitos e ganhos em 6,1 milhões de euros deve-se, essencialmente, à variação positiva ocorrida em outros proveitos e transferências e subsídios correntes conjugada com a redução nas vendas e prestação de serviços e nos impostos e taxas.

Sendo a variação de outros proveitos explicada, em larga medida, pela redução de provisões por efeito, fundamentalmente, do processo Soares da Costa, a variação negativa nos impostos e taxas resulta da alteração de procedimentos relativamente a especialização dos impostos diretos, em particular, o IMI, a Derrama e a Participação Fixa no IRS, na medida em que, a partir de 2014, o seu reconhecimento passou a ser efetuado com base nos valores que, previsivelmente, serão recebidos em 2015.

Do balanceamento entre os custos e proveitos resulta um resultado líquido do exercício de 5,9 milhões de euros, superior ao do ano transato em 3,9 milhões de euros.

## 8. Dívida

### 8.1. Dívida global

A gestão da dívida tem-se pautado por princípios de rigor e forte controlo, por opção do Município, não obstante as restrições impostas pela Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e pela Lei do Orçamento de Estado.

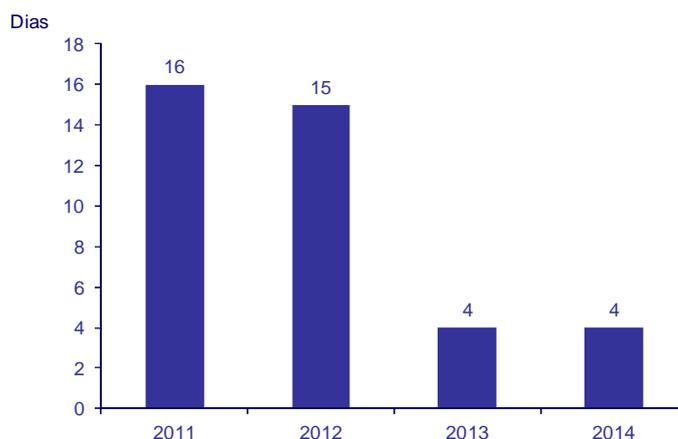
Q.32 – Evolução da dívida bancária

Dívida bancária	Capital em dívida 31/12/2014	Capital em dívida 31/12/2013	Variação 13-14	
			€	%
<b>Médio Longo Prazo*</b>				
MLP excluídos os empréstimos do Euro 2004	63.829.220	71.283.857	-7.454.637	-10,5%
MLP com os empréstimos do Euro 2004	23.457.565	25.809.466	-2.351.901	-9,1%
<b>Total</b>	<b>87.286.785</b>	<b>97.093.323</b>	<b>-9.806.538</b>	<b>-10,1%</b>

(\*) Incluindo Leasing

A dívida bancária de médio e longo prazo integra os empréstimos e a dívida de locação financeira. No final do ano de 2014 a dívida bancária de médio e longo prazo ascendia a 87,3 milhões de euros, registando uma diminuição de 9,8 milhões de euros face a 2013.

F.17 – Prazo médio de pagamentos a fornecedores



A dívida a fornecedores, que continua a manter-se a níveis muito reduzidos, foi de 1,8 milhões de euros em 2014. Este resultado permitiu que o prazo médio de pagamento a fornecedores se fixasse, em dezembro de 2014, em 4 dias, o que se revela um comportamento exemplar na regularização dos compromissos. Saliente-se que esta dívida diz exclusivamente respeito a dívida não vencida e que o Município do Porto não tem pagamentos em atraso aos seus fornecedores.

Desde a publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa de redução de prazos de pagamento a fornecedores de bens e serviços, e uniformizou a metodologia de cálculo do prazo médio de pagamento a fornecedores, que este indicador é monitorizado e publicitado pela DGAL. A dívida a fornecedores, com identificação dos montantes por prazo, para além de comunicada à DGAL e IGF, é também divulgada na página eletrónica da Autarquia.

## 8.2. Serviço da dívida

Q.33 – Evolução do serviço da dívida

Serviço da dívida (MLP)*	2014 €	2013 €	Varição 13-14
Juros	2.722.486	3.351.356	-18,8%
Amortização	10.854.479	10.719.612	1,3%
<b>Total</b>	<b>13.576.965</b>	<b>14.070.968</b>	<b>-3,5%</b>

\* incluindo Leasing

O total do serviço da dívida, no montante de 13,6 milhões de euros, diminuiu, em 2014,

cerca de 494 mil euros relativamente ao ano anterior, pelo efeito conjugado do decréscimo dos juros com o aumento das amortizações.

O decréscimo do valor global dos juros, registado durante a presente gerência, resulta da contínua descida das taxas de juro de curto prazo e da redução do montante em dívida.

### 8.3. Dívida Líquida

Q.34 - Dívida líquida de curto prazo

Designação	2014	2013
	Milhões de €	Milhões de €
(1) Despesa realizada	156,4	184,4
(2) Despesa paga	154,7	182,4
(3) Receita liquidada *	215,0	218,9
(4) Receita cobrada	200,0	206,0
<b>(5) Saldo bruto da dívida (1) – (2)</b>	<b>1,8</b>	<b>2,1</b>
(6) Receita por cobrar, afeta à despesa em dívida (3) - (4)	14,9	12,9
(7) Disponibilidades de tesouraria em 31.12	45,4	23,6
<b>(8) Dívida líquida (5) - (6) - (7)</b>	<b>-58,5</b>	<b>-34,5</b>

\* Considerando os adiantamentos da venda de bens de investimento

A dívida líquida de curto prazo, analisada numa ótica orçamental, registou uma redução muito significativa. Em dezembro de 2014, os créditos do Município do Porto para com terceiros superam o valor da dívida bruta, o que, adicionado das disponibilidades, permite a verificação de uma dívida líquida negativa de 58,5 milhões de euros. Para além das disponibilidades de tesouraria, o Município tem mais a receber (14,9 milhões de euros) do que a pagar (1,8 milhões de euros).

### 8.4. Endividamento

Com a entrada em vigor do novo regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, que substitui a anterior Lei das Finanças Locais, os conceitos de endividamento municipal são alterados. Os municípios passaram a estar sujeitos a um limite para a dívida total que engloba a totalidade dos empréstimos, incluindo aberturas de crédito, os contratos de locação financeira e qualquer outras formas de endividamento.

Esta Lei define no n.º 1 do artigo 52.º, que a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31

de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De acordo com o artigo 54º, as entidades relevantes para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite do município são os serviços municipalizados e intermunicipalizados, as entidades intermunicipais e entidades associativas municipais, as empresas locais e participadas, as cooperativas e fundações, bem como as entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo por parte do município e, ainda, as associações participadas não exclusivamente por municípios que tenham por objeto a prossecução das atribuições e competências destes.

Q.35 – Limite da dívida total

milhões de €

Limite	Dívida total *		Margem utilizável	Variação da dívida (%)	Margem utilizada em 2014
	início	final			
(1)	(2)	(3)	(4) = [(1)-(2)]*20%	(5)=[(3)-(2)]/(2)	(6)
235,3	135,8	122,8	19,9	-9,6%	0,0

\* Exclui operações não orçamentais

No início de 2014, o limite à dívida total ascendeu a 235,3 milhões de euros. Considerando que a dívida total no início do ano (135,8 milhões de euros) se encontrava dentro daquele limite, o Município podia aumentar a sua dívida em 20% da margem disponível, ou seja, até 19,9 milhões de euros.

No final do ano, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades que relevam para este efeito, reduziu 9,6%, sendo de apenas 122,8 milhões de euros, valor para o qual contribuíram, 94,2 milhões de euros do Município do Porto<sup>6</sup> (dos quais se excluem 2,2 milhões de euros de operações não orçamentais) e 30,8 milhões de euros das outras entidades que relevam para efeitos de apuramento<sup>7</sup>.

A política financeira do Município do Porto continuou, assim, no sentido de uma redução programada e gradual do endividamento, independentemente da margem disponível para a utilização de empréstimos, que no ano em apreço, não foi utilizada.

<sup>6</sup> Conforme Nota Explicativa emitida pelo SATAPOCAL, o montante da contribuição do Município do Porto para o Fundo de Apoio Municipal (6,7 milhões de euros) não releva para o limite da dívida total.

<sup>7</sup> Valores provisórios à data de 31 de março de 2015

## **9. Proposta de aplicação de resultados**

Para cumprimento das condições exigidas no ponto 2.7.3 do POCAL, propõe-se que o Resultado Líquido positivo de 5.874.341,17 euros tenha a seguinte aplicação:

- 293.717,06 euros para Reservas Legais
- 5.580.624,11 euros para Resultados Transitados

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Demonstrações Financeiras e Anexo



Município do Porto

BALANÇO							ANO: 2014 (euros)		
Código das contas POCAL	ATIVO	Exercícios				Código das contas POCAL	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	Exercícios	
		2014			2013			2014	2013
		AB	AP	AL	AL				
	<b>Imobilizado</b>								
	<b>Bens de domínio público</b>								
451	Terenos e recursos naturais	5.475.670,17	0,00	5.475.670,17	4.335.023,40	51	<b>Fundos próprios</b>		
452	Edifícios	12.621.979,70	5.601.366,82	7.020.612,88	7.637.528,91	55	<b>Património</b>	921.908.816,72	834.381.861,82
453	Outras construções e infraestruturas	492.937.007,92	187.080.735,91	305.856.272,01	310.723.370,49		<b>Ajustamento de partes de capital em empresas</b>	336.781,31	336.781,31
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	215.823,08	17.130,97	198.692,11	209.198,07	571	<b>Reservas</b>		
459	Outros bens de domínio público	65.073.716,10	29.251.541,24	35.822.174,86	39.034.425,99	575	Reservas legais	7.947.930,82	7.851.712,11
445	Imobilizações em curso	12.612.413,93	0,00	12.612.413,93	17.644.363,35	576	Subsídios	101.455,96	101.455,96
						577	Doações	10.243.368,95	157.921,75
		588.936.610,90	221.950.774,94	366.985.835,96	379.583.910,21	578	Reservas decorrentes de transferência de ativos	77.068.558,16	77.068.558,16
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>					579	Regularizações de entidades participadas	60.227.111,72	60.227.111,72
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	609.924,19	609.924,19	0,00	0,00	59	<b>Resultados transitados</b>	66.652.834,52	29.083.596,97
433	Propriedade industrial e outros direitos	4.103.608,85	3.558.436,50	545.172,35	395.416,64	88	<b>Resultado líquido do exercício</b>	5.874.341,17	1.924.374,18
		4.713.533,04	4.168.360,69	545.172,35	395.416,64		<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>1.150.361.199,33</b>	<b>1.011.133.373,98</b>
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>								
421	Terenos e recursos naturais	319.404.322,63	0,00	319.404.322,63	312.597.818,91				
422	Edifícios e outras construções	641.527.630,72	226.971.498,92	414.556.131,80	361.177.358,31				
423	Equipamento básico	18.022.894,10	14.289.875,08	3.733.019,02	3.944.670,64				
424	Equipamento de transporte	5.400.515,95	4.983.158,98	417.356,97	527.240,62				
425	Ferramentas e utensílios	665.029,66	635.448,82	29.580,84	20.254,28	292	<b>Passivo</b>		
426	Equipamento administrativo	20.855.191,88	20.143.162,52	712.029,36	789.715,76		<b>Provisões para riscos e encargos</b>	38.429.002,08	31.078.615,37
427	Taras e vasilhame	2.031,52	2.031,52	0,00	0,00		<b>Dividas a terceiros - Médio e longo prazo</b>		
429	Outras imobilizações corpóreas	1.353.011,08	1.178.039,99	174.971,09	30.252,68	2312	Dividas a instituições de crédito	70.646.502,49	79.514.208,38
442	Imobilizações em curso	121.382.394,40	0,00	121.382.394,40	117.340.287,23	26132	Leasing de médio e longo prazo	5.649.871,70	6.237.876,37
		1.128.613.021,94	268.203.215,83	860.409.806,11	796.427.598,43	2684162	Credores das Administrações Públicas - FAM	5.756.148,65	0,00
	<b>Investimentos Financeiros</b>							82.052.322,84	85.752.084,75
411	Partes de capital	91.632.860,98	649.481,58	90.983.379,40	91.155.676,48	269	<b>Dividas a terceiros - Curto prazo</b>		
412	Obrigações e títulos de participação	6.715.506,65	0,00	6.715.506,65	0,00	221	Adiantamentos por conta de vendas	3.000.283,73	2.451.028,23
415	Outras aplicações financeiras	12.046.014,19	675.396,71	11.370.617,48	11.516.680,62	2611	Fornecedores, c/c	1.339.032,90	1.689.749,22
		110.394.381,82	1.324.878,29	109.069.503,53	102.672.357,10	2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	169.753,28	184.607,54
	<b>Circulante</b>					24	Estado e outros entes públicos	842.561,18	927.304,96
	<b>Existências</b>					262 + 263 + 267 + 268	Outros credores	1.586.576,25	1.710.907,70
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	837.679,60	0,00	837.679,60	1.460.496,57	26131	Leasing de curto prazo	595.000,00	595.000,00
33	Produto acabados e intermédios	412.235,19	0,00	412.235,19	12.320.400,87	2312111+23121121	Empréstimos bancários de M/L c/exigibilidade a curto prazo	10.395.610,48	10.746.238,40
32	Mercadorias	20.099,49	0,00	20.099,49	6.694,65	2684161	Credores das Administrações Públicas - FAM	959.359,00	0,00
		1.270.014,28	0,00	1.270.014,28	13.787.592,09			18.888.175,82	18.304.836,05
	<b>Dividas de terceiros - Médio e longo prazo (a)</b>						<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
2647	Administração autárquica	0,00	0,00	0,00	40.049,06	273	Acréscimos de custos	11.714.085,48	12.156.725,30
		0,00	0,00	0,00	40.049,06	274	Proveitos diferidos	177.725.934,39	181.310.231,95
								189.440.019,87	193.466.957,25
	<b>Dividas de terceiros - Curto prazo</b>						<b>Total do passivo</b>	<b>328.809.520,61</b>	<b>328.602.493,42</b>
212	Contribuintes, c/c	400.757,02	0,00	400.757,02	659.985,46				
213	Utentes c/c	177.389,11	0,00	177.389,11	849.557,24				
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	11.418.039,90	11.314.924,56	103.115,34	0,00				
24	Estado e outros entes públicos	195.825,08	0,00	195.825,08	206.286,57				
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores	3.860.599,29	0,00	3.860.599,29	1.445.060,83				
		16.052.610,40	11.314.924,56	4.737.685,84	3.160.890,10				
	<b>Depósitos em instituições financeiras e caixa</b>								
12	Depósitos em instituições financeiras	47.456.005,74	0,00	47.456.005,74	25.948.089,76				
11	Caixa	56.612,88	0,00	56.612,88	25.060,02				
		47.512.618,62	0,00	47.512.618,62	25.973.149,78				
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>								
271	Acréscimos de proveitos	88.504.200,84	0,00	88.504.200,84	17.574.327,17				
272	Custos diferidos	135.882,41	0,00	135.882,41	120.576,82				
		88.640.083,25	0,00	88.640.083,25	17.694.903,99				
	<b>Total de amortizações</b>		494.322.351,46						
	<b>Total de provisões</b>		12.639.802,85						
	<b>Total do ativo</b>	<b>1.986.132.874,25</b>	<b>506.962.154,31</b>	<b>1.479.170.719,94</b>	<b>1.339.735.867,40</b>		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>1.479.170.719,94</b>	<b>1.339.735.867,40</b>

AB = ativo Bruto  
AP = amortizações e provisões acumuladas  
AL = ativo líquido

ÓRGÃO EXECUTIVO

EM.....de.....de.....

.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO

EM.....de.....de.....

.....



**Município do Porto**

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**ANO: 2014**

( euros)

Código das contas POCAL		Exercícios			
		2014		2013	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	0,00		0,00	
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.628.080,48	1.628.080,48	1.858.723,78	1.858.723,78
62	Fornecimentos e serviços externos	44.068.700,46		44.832.859,42	
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	42.617.537,28		43.537.070,85	
643 a 648	Encargos sociais	14.779.620,20	101.465.857,94	13.538.575,76	101.908.506,03
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	9.856.520,17	9.856.520,17	9.748.485,72	9.748.485,72
66	Amortizações do exercício	40.147.428,34		41.270.276,26	
67	Provisões do exercício	3.453.078,13	43.600.506,47	2.953.456,47	44.223.732,73
65	Outros custos e perdas operacionais	396.005,67	396.005,67	536.510,02	536.510,02
	<b>(A)</b> .....		156.946.970,73		158.275.958,28
68	Custos e perdas financeiras	3.302.148,03	3.302.148,03	3.871.933,02	3.871.933,02
	<b>(C)</b> .....		160.249.118,76		162.147.891,30
69	Custos e perdas extraordinárias	13.332.780,50	13.332.780,50	9.295.790,08	9.295.790,08
	<b>(E)</b> .....		173.581.899,26		171.443.681,38
88	Resultado líquido do exercício		5.874.341,17		1.924.374,18
			179.456.240,43		173.368.055,56
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00	
7112+7113	Vendas de produtos	0,00		0,00	
712	Prestações de serviços	12.460.319,08		12.482.448,83	
713	Rendas e alugueres	2.013.129,53	14.473.448,61	2.794.317,54	15.276.766,37
72	Impostos e taxas	95.890.489,63		103.578.716,77	
	Varição da produção	-96.375,28		-127.148,65	
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		0,00	
73	Proveitos suplementares	166.197,21		260.603,20	
74	Transferências e subsídios obtidos	31.029.076,36		30.063.854,29	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.803.086,05	128.792.473,97	1.651.228,90	135.427.254,51
	<b>(B)</b> .....		143.265.922,58		150.704.020,88
78	Proveitos e ganhos financeiros	7.539.604,07	7.539.604,07	7.375.304,70	7.375.304,70
	<b>(D)</b> .....		150.805.526,65		158.079.325,58
79	Proveitos e ganhos extraordinários	28.650.713,78	28.650.713,78	15.288.729,98	15.288.729,98
	<b>(F)</b> .....		179.456.240,43		173.368.055,56

Resumo:

Resultados operacionais: (B)-(A) .....	-13.681.048,15	-7.571.937,40
Resultados financeiros: (D-B)-(C-A) .....	4.237.456,04	3.503.371,68
Resultados correntes: (D)-(C) .....	-9.443.592,11	-4.068.565,72
Resultado líquido do exercício: (F)-(E) .....	5.874.341,17	1.924.374,18

ÓRGÃO EXECUTIVO

EM.....de.....de.....

ÓRGÃO DELIBERATIVO

EM.....de.....de.....



## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Introdução**

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam visam facultar a avaliação da situação financeira e económica do Município do Porto, nos termos do ponto 2.4 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e das resoluções do Tribunal de Contas nº 4/2001, com as alterações introduzidas pela resolução n.º 26/2013, e n.º 4/2014.

Os anexos às demonstrações financeiras compreendem três partes distintas:

- 8.1 - Caracterização da entidade;
- 8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados;
- 8.3 - Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

Dando cumprimento ao ponto 3.2 do POCAL os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram efetuados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, da consistência, da especialização, do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação. De acordo com o princípio da continuidade estabeleceu-se uma correlação entre o Balanço Final de 2013 e o Balanço Final de 2014.

### **8.1 – Caracterização da entidade**

A informação de identificação e caracterização do Município do Porto consta dos documentos de prestação de contas.

### **8.2 – Notas ao balanço e à demonstração de resultados**

#### **8.2.1 – Derrogações ao POCAL**

Um dos objetivos do POCAL é a prática de uma contabilidade pública que incorpore a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, de modo a que as autarquias disponham de um instrumento de apoio à gestão ajustado ao carácter específico da sua atividade.

A contabilidade de custos, reconhecida como ferramenta fundamental de gestão financeira ao permitir o apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas de bens e serviços, facilitadora de um melhor controlo e gestão dos mesmos, tem sido objeto de uma melhoria contínua tendo em vista a sua plena implementação.

Através de critérios pré-estabelecidos (aquando da elaboração do Orçamento e Grandes Opções de Plano), foi possível identificar as despesas efetuadas através do classificador funcional definido no ponto 9.1 do POCAL. Apresenta-se no Relatório de Gestão uma breve análise à distribuição das despesas pelas diversas funções.

De relevar ainda no âmbito deste ponto que o Município encontra-se a reunir a informação necessária para dar cumprimento ao preconizado relativamente aos contratos de cedência do direito de superfície, que implicarão:

- A reclassificação desses ativos para a rubrica de Investimentos em imóveis, na medida em que não estão disponíveis para venda, considerando-se como tal, que a esta conta abrange as edificações urbanas e propriedades rústicas que não estejam afetas à atividade operacional da autarquia, nem sejam considerados bens do domínio público.
- No que concerne ao tratamento contabilístico de uma cedência do direito de superfície, o benefício gerado deverá ser reconhecido ao longo do período do contrato independentemente do momento do recebimento.

Da informação recolhida até ao momento não se estima que estes registos tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Município do Porto.

Acrescente-se por fim que não foram derogadas quaisquer disposições do POCAL que tenham efeitos na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e resultados da autarquia.

**8.2.2** – A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, com exceção das seguintes situações:

- A classe das existências, designadamente, na rubrica produtos acabados e intermédios, procedeu-se à reclassificação patrimonial das frações habitacionais que constituem o Bairro das Pasteleira, no montante de 11.963.040 euros, passando as mesmas a incorporar as rubricas de imobilizações corpóreas, terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções. Tendo em conta que, desde 2004, não ocorreu qualquer concurso para alienação de habitações sociais deste bairro, à luz dos critérios contabilísticos definidos no POCAL, as mesmas devem ser reclassificadas para

imobilizações corpóreas, uma vez que as referidas habitações se encontram disponíveis para uso.

- Em cumprimento do princípio da especialização do exercício, o Município do Porto alterou o seu procedimento no registo dos impostos e transferências provenientes do Orçamento do Estado, nomeadamente no que concerne ao IMI, Derrama e à participação fixa de IRS que anteriormente eram reconhecidos apenas aquando do seu efetivo recebimento e não no exercício a que dizem respeito. Deste modo, efetuou-se uma estimativa do montante relativo aos proveitos acima discriminados e que apenas serão recebidos durante o ano de 2015. Relativamente aos montantes destes impostos e transferências recebidos em 2014, os mesmos foram registados na rubrica de resultados transitados, ascendendo a um montante agregado de 76.743.799 euros.
- Na constituição de provisões para processos judiciais em curso e outros riscos e encargos no montante de 18.978.320 euros, que por estarem relacionadas com situações conhecidas em exercícios anteriores, foram registadas na rubrica de resultados transitados.

**8.2.3** – Os critérios valorimétricos aplicados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados foram os seguintes:

#### **Bens de Domínio Público**

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000 foi usado na avaliação dos bens imóveis o método do custo ou do valor de substituição/reposição, o qual corresponde ao cálculo do montante que seria necessário para construir o imóvel em estado novo, com materiais equivalentes aos que foram utilizados na origem, corrigido da depreciação sofrida até a data de avaliação. Na avaliação dos terrenos subjacentes às frações, fogos habitacionais ou comerciais foi utilizado o método de mercado, que corresponde à avaliação do preço corrente de mercado, ao seu valor atual. Entende-se por valor atual dos bens o seu valor em estado novo, deduzido da depreciação ocorrida à data da avaliação;
- b) Para o imobilizado adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens de domínio público foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

#### **Imobilizações Incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas (propriedade industrial e outros direitos) foram valorizadas ao custo de aquisição.

## **Imobilizações Corpóreas**

- a) Para o imobilizado adquirido até 31 de dezembro de 2000:
  - a.1) A avaliação dos bens imóveis foi realizada de acordo com o método do custo ou do método de mercado (conforme o descrito na alínea a) para os Bens de Domínio Público);
  - a.2) Para os bens móveis, utilizou-se como regra o critério do custo histórico, e, na sua impossibilidade, o método utilizado foi o método comparativo. Este método consistiu em comparar bens já avaliados, com as mesmas características, e assim, reconhecer-lhes o mesmo valor. Nos bens móveis em relação aos quais se pode aplicar os dois métodos anteriores, utilizou-se o método do valor de mercado correspondente ao seu valor atual.
- b) Para o imobilizado corpóreo adquirido após 1 de janeiro de 2001, na valorização dos bens foi utilizado o método do custo de aquisição ou de produção.

Processo de conciliação do cadastro de imobilizado e identificação de bens:

Na sequência da evolução do processo de conciliação do cadastro de imobilizado, que não foi possível ainda concluir na totalidade, quando são identificados bens a considerar como inventariação inicial de ativos é seguida a metodologia acima descrita para imobilizado anterior a 2000, sendo o seu valor bruto registado por contrapartida da rubrica de património e as amortizações acumuladas registadas na rubrica de resultados transitados.

Quando se trate de ativos do imobilizado obtidos a título gratuito considera-se o valor resultante da avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens e seguindo o já referido nesta nota.

Caso este critério não seja exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser objeto de uma grande reparação assumindo então o montante desta. Na impossibilidade de valorização dos bens ou quando estes assumam o valor zero, são identificados neste anexo e justificada essa impossibilidade na nota 8.2.14.

## **Investimentos Financeiros**

Os investimentos financeiros (partes de capital) foram valorizados ao custo de aquisição. No final de cada período, procedeu-se aos ajustamentos nos investimentos financeiros através da constituição de uma provisão pelo montante das diferenças entre o custo de aquisição dos títulos e outras aplicações financeiras e o respetivo preço de mercado, quando este for inferior ao custo.

## **Amortizações**

As amortizações da generalidade dos bens do ativo imobilizado são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com a aplicação das taxas fixadas no classificador CIBE aprovado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (II série), pelo que os bens terminados ou adquiridos no exercício de 2014 sofreram a primeira amortização no presente ano económico através do regime dos duodécimos.

Em virtude do processo de implementação do sistema informático de inventário e cadastro patrimonial, o critério anteriormente exposto não pôde ser aplicado na sua plenitude às seguintes situações:

- a) Para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 2000, as amortizações das rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios foram calculadas de acordo com o valor final à data do exercício de 2001;
- b) Para os bens adquiridos após 1 de janeiro de 2001, nas rubricas Outras Construções e Infraestruturas e Edifícios, quando não foi possível a análise individual de alguns bens não inventariados foi aplicada a taxa mínima de acordo com o classificador CIBE.

Aos bens de imobilizado incorpóreo em que o período de vida útil está previamente estipulado, a taxa de amortização foi calculada de acordo com o período de vida útil predefinido.

## **Existências**

As existências são valorizadas ao custo de aquisição ou ao custo de produção:

- a) Nas matérias-primas, subsidiárias e de consumo foi utilizado o custo de aquisição, tendo sido adotado como método de custeio das saídas o método do custo médio ponderado;
- b) Nos produtos acabados e intermédios foi utilizado o método do contrato terminado para a produção resultante da atividade dos viveiros municipais.

À data de balanço é efetuada uma análise às existências e caso existam situações de obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, ou outros fatores que levem a que o custo de aquisição ou o custo de produção seja superior ao preço de mercado, é registada uma provisão pelo montante dessa diferença.

Entende-se como preço de mercado o custo de reposição ou o valor realizável líquido, conforme se trate de bens adquiridos para a produção ou de bens para venda.

### **Dívidas de e a terceiros**

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam. Quando existe uma dívida de clientes, contribuintes ou utentes cuja cobrança se apresente duvidosa o saldo dessa dívida deve ser transferido para a rubrica clientes de cobrança duvidosa.

### **Disponibilidades**

As disponibilidades de caixa e em depósitos bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### **Provisões**

São constituídas provisões para fazer face a riscos e encargos de natureza provável mas que não correspondam a uma estimativa de um passivo certo, sendo estes últimos registados nas respetivas rubricas de balanço.

Elencam-se como as principais situações que geram a necessidade de registo de provisões as que se relacionam com aplicações de tesouraria, cobranças duvidosas, depreciação de existências, obrigações e encargos derivados de processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais.

1. As provisões para cobrança duvidosas são constituídas para as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

Em conformidade com o ponto 2.7.1 do POCAL, as provisões são calculadas de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 até 12 meses
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses

As dívidas em mora são objeto de acompanhamento e esforço de recuperação pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações.

Não são consideradas de cobrança duvidosa as seguintes dívidas:

- a) Do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais.

- b) As cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

2. As provisões para riscos e encargos são constituídas para registar as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável. As provisões são subsequentemente reduzidas na medida em que se reduzam ou cessem os riscos previstos.

Estas provisões incluem o montante de responsabilidades estimadas como prováveis nos processos judiciais em curso, considerando o montante da indemnização ou encargo que a autarquia prevê suportar relativamente aos processos judiciais cuja resolução pelos Tribunais não tenha ainda ocorrido e os montantes associados a acordos extrajudiciais promovidos pelo município.

### **Acréscimos e Diferimentos**

A autarquia regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

Na rubrica de acréscimo de proveitos são registados os montantes de impostos (IMI e Derrama) e transferências (IRS) relativos ao exercício em relato cujo recebimento apenas ocorrerá em períodos futuros e outros proveitos que a cada data de balanço tenham igualmente sido já obtidos mas que não tenham ainda documentação vinculativa, cuja receita só venha a obter-se em exercício(s) posterior(es).

Na rubrica de acréscimos de custos são registados os custos a reconhecer no exercício, ainda que não tenham documentação vinculativa, cuja despesa só venha a incorrer em exercício(s) posterior(es). Destacam-se neste âmbito os custos relativos a remunerações a liquidar, que compreende a estimativa dos montantes relativos aos direitos adquiridos pelos trabalhadores relativamente a férias e subsídio de férias.

A rubrica de proveitos diferidos a serem reconhecidos nos exercícios seguintes é essencialmente composta por subsídios/transferências para investimento a que o Município do Porto recebeu, nos termos da lei ou de contratos-programa, os quais, estando associados aos ativos, são reconhecidos numa base sistemática na rubrica de proveitos e ganhos extraordinários à medida que forem contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam.

## 8.2.6 – Despesas de Instalação, investigação e de desenvolvimento

A rubrica associada às despesas de investigação e desenvolvimento registou, na sua totalidade, a aquisição de diversas licenças de software informático.

## 8.2.7 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado

Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do ativo imobilizado, constantes do balanço, podem ser resumidos como segue:

### Ativo Bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências	Doações e Transferências de/para Outras Entidades	Abates	Saldo Final	
								€	€
De bens de domínio público									
Terrenos e recursos naturais	4.335.023,40	37.637,00	55.700,00		1.047.309,77				5.475.670,17
Edifícios	12.613.925,87	8.053,83							12.621.979,70
Outras construções e infra estruturas	482.368.229,12	637.912,54	412.306,15		9.518.723,14		163,03		492.937.007,92
Bens do património histórico artístico e cultural	215.276,17		546,91						215.823,08
Outros bens de domínio público	65.034.970,55	38.745,55							65.073.716,10
Imobilizações em curso	17.644.363,35		5.363.716,20		-10.395.665,62				12.612.413,93
Adiantamentos por conta de bens de domínio público									
<b>Sub-total</b>	<b>582.211.788,46</b>	<b>722.348,92</b>	<b>5.832.269,26</b>	<b>0,00</b>	<b>170.367,29</b>	<b>0,00</b>	<b>163,03</b>		<b>588.936.610,90</b>
De imobilizações incorpóreas									
Despesas de instalação	609.924,19								609.924,19
Despesas de investigação e de desenvolvimento	3.838.925,75		264.395,47			287,63			4.103.608,85
Propriedade industrial e outros direitos									
Imobilizações em curso									
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas									
<b>Sub-total</b>	<b>4.448.849,94</b>	<b>0,00</b>	<b>264.395,47</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>287,63</b>	<b>0,00</b>		<b>4.713.533,04</b>
De imobilizações corpóreas									
Terrenos e recursos naturais	312.597.818,91	9.653.180,50	28.067,21	576.060,67	37.637,00	2.512.512,79	4.848.833,11		319.404.322,63
Edifícios e outras construções	547.872.922,94	89.114.465,14	40.344,94	699.677,51	440.112,06	4.759.463,15			641.527.630,72
Equipamento básico	16.598.994,86		1.447.938,83	1.581,04		138.752,05	161.210,60		18.022.894,10
Equipamento de transporte	5.447.553,49		134,54				47.172,08		5.400.515,95
Ferramentas e utensílios	716.323,43		16.040,24				67.334,01		665.029,66
Equipamentos administrativo	20.790.142,64		308.464,44	1.432,44		9.795,07	251.777,83		20.855.191,88
Taras e vasilhame	2.031,52								2.031,52
Outras imobilizações corpóreas	1.193.435,40		157.811,04			18.397,08	16.632,44		1.353.011,08
Imobilizações em curso	117.340.287,23		4.690.223,52		-648.116,35				121.382.394,40
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas									
<b>Sub-total</b>	<b>1.022.559.510,42</b>	<b>98.767.645,64</b>	<b>6.689.024,76</b>	<b>1.278.751,66</b>	<b>-170.367,29</b>	<b>7.438.920,14</b>	<b>5.392.960,07</b>		<b>1.128.613.021,94</b>
De investimentos financeiros									
Partes de capital	91.635.354,98						2.494,00		91.632.860,98
Obrigações e títulos de participação			6.715.506,65						6.715.506,65
Outras aplicações financeiras	12.046.014,19								12.046.014,19
<b>Sub-total</b>	<b>103.681.369,17</b>		<b>6.715.506,65</b>				<b>2.494,00</b>		<b>110.394.381,82</b>
<b>Total</b>	<b>1.712.901.517,99</b>	<b>99.489.994,56</b>	<b>19.501.196,14</b>	<b>1.278.751,66</b>	<b>0,00</b>	<b>7.439.207,77</b>	<b>5.395.617,10</b>		<b>1.832.657.547,70</b>

Durante o exercício de 2014, a rubrica relativa a edifícios e outras construções, registou um ajustamento no montante de 89.114.465 euros. Este ajustamento inclui o processo de conciliação de saldos contabilísticos do imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, cujo total ascende a 84.227.732 euros, não refletidos no balanço inicial. O valor remanescente de 4.886.734 euros resulta da integração do Bairro da Pasteleira, respeitando ao valor da componente de edifícios do montante total referido na nota 8.2.2.

## Mapa das Amortizações e Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Abates, Alienações e Reduções	Regularizações	Saldo Final
	€	€	€	€	€
De bens de domínio público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios	4.976.396,96	619.205,99		5.763,87	5.601.366,82
Outras construções e infra estruturas	171.644.858,63	15.436.040,31	163,03		187.080.735,91
Bens do património histórico artístico e cultural	6.078,10	10.459,71		593,16	17.130,97
Outros bens de domínio público	26.000.544,56	3.250.996,68			29.251.541,24
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de bens de domínio público					
<b>Subtotal</b>	<b>202.627.878,25</b>	<b>19.316.702,69</b>	<b>163,03</b>	<b>6.357,03</b>	<b>221.950.774,94</b>
De imobilizações incorpóreas					
Despesas de instalação					
Despesas de investigação e de desenvolvimento	609.924,19				609.924,19
Propriedade industrial e outros direitos	3.443.509,11	114.927,39			3.558.436,50
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas					
<b>Subtotal</b>	<b>4.053.433,30</b>	<b>114.927,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.168.360,69</b>
De imobilizações corpóreas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	186.695.564,63	18.381.508,86	129.970,56	22.024.395,99	226.971.498,92
Equipamento básico	12.654.324,22	1.794.999,02	159.448,16		14.289.875,08
Equipamento de transporte	4.920.312,87	105.178,54	42.332,43		4.983.158,98
Ferramentas e utensílios	696.069,15	6.713,68	67.334,01		635.448,82
Equipamentos administrativo	20.000.426,88	395.908,45	253.172,81		20.143.162,52
Taras e vasilhame	2.031,52				2.031,52
Outras imobilizações corpóreas	1.163.182,72	31.489,71	16.632,44		1.178.039,99
Imobilizações em curso					
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas					
<b>Subtotal</b>	<b>226.131.911,99</b>	<b>20.715.798,26</b>	<b>668.890,41</b>	<b>22.024.395,99</b>	<b>268.203.215,83</b>
De investimentos financeiros					
Partes de capital	479.678,50	190.135,08	20.332,00		649.481,58
Obrigações e títulos de participação					
Outras aplicações financeiras:					
Outros títulos	529.333,57	344.783,92	198.720,78		675.396,71
<b>Subtotal</b>	<b>1.009.012,07</b>	<b>534.919,00</b>	<b>219.052,78</b>	<b>0,00</b>	<b>1.324.878,29</b>
<b>Total</b>	<b>433.822.235,61</b>	<b>40.682.347,34</b>	<b>888.106,22</b>	<b>22.030.753,02</b>	<b>495.647.229,75</b>

### 8.2.8 – Desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações

O inventário do imobilizado não está concluído. Tendo em conta o volume da informação a tratar, têm sido analisadas contas específicas, trabalho este que permitiu encontrar o detalhe para os bens móveis, incorpóreos e bens de domínio público, no que respeita aos edifícios e outros bens, bem como para os terrenos e recursos naturais. Todavia, ainda não é possível apresentar a informação com o nível de descrição solicitado neste ponto. Nesta medida, a informação constante do mapa síntese dos bens inventariados a remeter ao Tribunal de Contas, inclui, por um lado, todos os bens inventariados até ao final do exercício de 2014, bem como, os restantes bens imóveis que constam, até esta data, das rubricas que ainda estão a ser objeto do processo de inventariação.

### 8.2.12 – Imobilizações corpóreas e em curso em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia, reversíveis e respetivos custos financeiros capitalizados no exercício

A semelhança do referido anteriormente no ponto 8.2.8, ainda não é possível discriminar detalhadamente todos os bens do imobilizado corpóreo e em curso, que se encontram em qualquer uma destas situações, na medida em que ainda não foi possível concluir, patrimonialmente, o inventário municipal.

### 8.2.13 – Bens utilizados em regime de locação financeira

Data do Contrato de Locação	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Encargos do Ano		Amortização Acumulada	Capital em dívida 31/12/2014
			Contratado	Utilizado	Amortização	Juros		
			€	€	€	€	€	€
29-07-99	Edifício dos CTT	Caixaleasing	12.755.434,63	12.746.705,00	588.204,67	21.983,39	6.502.034,35	6.244.671,70

### 8.2.14 – Bens do imobilizado que não foi possível valorizar

Durante o exercício de 2014, foram incorporados no inventário municipal, em Terrenos e Recursos Naturais, diversos bens do imobilizado para os quais não foi possível proceder-se à sua valorização patrimonial e cuja listagem encontra-se em anexo. Em termos gerais, a sua incorporação deve-se, fundamentalmente: *i)* ao registo cadastral dos bens cuja aquisição, por ser demasiada antiga, se desconhecia, *ii)* doações, *iii)* ofertas e, *iv)* cedências gratuitas (no âmbito de alvarás de loteamento). Para os bens discriminados, o seu registo deve-se ao facto de terem sido adquiridos/registados antes do ano de 2001, sem ter sido possível ainda a sua valorização. Todavia, depois de ocorrida a reconciliação patrimonial destes bens, os mesmos serão objeto de avaliação, se a mesma for exequível.

### 8.2.15 – Bens de domínio público que não são objeto de amortização

Tipo de Bem	Valor	
	Aquisição	Atualizado
Outras Construções	42.285,82	49.553,62
Capital Arbóreo	301.353,02	341.295,68
Terrenos	4.249.323,64	5.396.638,97
Infraestruturas - Rede Águas	329.628,66	329.628,66
Outras Infraestruturas	8.063.346,31	8.537.321,09
<b>Total</b>	<b>12.985.937,45</b>	<b>14.654.438,02</b>

As razões que motivam a não amortização destes bens decorre da própria lei (CIBE - Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril), na medida em que, em função das características intrínsecas do próprio bem, estes enquadram-se num determinado Grupo Homogéneo ao qual o CIBE não atribui qualquer taxa de amortização, ou ainda, atendendo à lei que determina que os bens classificados como parcelas de terreno do domínio público não sofrem qualquer amortização. No que respeita à rubrica de outras infraestruturas, o seu registo resulta, na sua maioria, de arranjos urbanísticos realizados nos espaços exteriores dos bairros municipais afetos à habitação social.

## 8.2.16 – Entidades Participadas

Denominação Social	N.P.C.	Cod. Jur.	Capital Próprio	Capital Social		Resultado Líquido		Participação do Município		
				€	€Quantidade	€	Ano	€	Quantidade	%
Primus MGTV - Promoção e Deserv.Regional, S.A.	504 558 161	SA	215.882,17	163.098,00	163.098	14.934,74	2014	499,00	100	0,0%
PORTGAS - Soc.Prod.Distrib.Gas, S.A.	501 991 476	SA	172.940.802,00	7.909.150,00	1.586.000	19.909.331,00	2013	37.425,00	7.500	0,5%
Mercado Abastecedor Porto	501 958 630	SA	11.359.010,49	7.500.000,00	1.500.000	712.451,30	2014	1.147.500,00	382.500	25,5%
Futebol Clube Porto, Futebol SAD	504 076 574	SA	-28.512.038,00	75.000.000,00	15.000.000	-38.394.738,00	2013/2014	247.154,00	49.550	0,3%
APOR - Agência para Modernização Porto, S.A.	504 136 267	SA	1.836.480,53	1.064.825,00	212.965	-86.570,52	2014	368.215,00	73.643	34,6%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	503 537 624	SA	29.815.501,55	20.902.500,00	4.180.500	2.452.397,18	2014	2.781.220,00	556.244	13,3%
Metro do Porto SA	503 278 602	SA	-1.788.576.729,00	7.500.000,00	1.500.000	-47.617.879,00	2014	180.822,08	1	0,0%
Boavista Futebol Clube, Futebol SAD	505 111 780	SA	-25.994.024,00	11.000.000,00	2.200.000	-1.481.167,00	2007/2008	249.350,00	49.870	2,3%
Gestão de Obras Públicas da CMP, EM	505 037 238	EM	1.301.872,71	500.000,00	500.000	1.071,74	2014	500.000,00	500.000	100,0%
CMPH - DomusSocial - Emp. Hab. Man. Município Porto, EM	505 037 700	EM	898.045,61	500.000,00	500.000	13.601,56	2014	500.000,00	500.000	100,0%
Porto Vivo, SRU - Soc. Reab. Urbana Baixa Portuense, S.A.	506 866 432	SA	1.626.158,30	6.000.000,00	6.000	-2.935.102,93	2014	2.400.000,00	2.400	40,0%
CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EM	507 718 666	EM	110.924.805,29	80.000.000,00	80.000.000	3.760.205,87	2014	80.000.000,00		100,0%
CMPL - Emp. Desp.e Lazer do Município do Porto, EM	507 718 640	EM	2.681.575,62	2.200.000,00	2.200.000	62.230,76	2014	2.200.000,00	4.400	100,0%
ADEPORTO - Agência de Energia do Porto	507 886 550	ASU	251.756,00	205.750,00	1.704	15.216,00	2013	70.625,00	565	34,3%
Fundação Casa da Música	507 636 295	FSU	115.710.812,00	5.725.000,00		-782.519,00	2014	200.000,00		3,5%
INEGI - Instituto Engenharia Mecânica Gestão Industrial	501 814 957	NS	8.632.656,33	3.063.560,00		401.427,63	2014	11.830,00		0,4%
Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	503 619 752	FSU	1.612.743,23	364.122,47		-363,26	2014	364.122,47		100,0%
Fundação da Juventude	502 263 342	FSU	5.411.958,18	1.666.105,56		-541.507,58	2013	24.939,90		1,5%
Fundação Portugal África	503 530 409	FCU	11.902.743,00	11.372.599,00		178.251,00	2013	299.278,74		2,6%
Fundação de Serralves	502 266 643	FSU	62.787.160,49	12.610.349,75		77.639,77	2013	49.879,79		0,4%
<b>Total</b>								<b>91.632.860,98</b>		

\* Inclui prestações acessórias na Metro do Porto, SA

Neste particular, importa esclarecer que no valor das participações do município não se encontram refletidos os seguintes ajustamentos contabilísticos, com efeitos na rubrica de investimentos financeiros: i) no Mercado Abastecedor do Porto, o valor contabilístico da participação está registado ao custo de aquisição cujo valor ascende a 1.147.500 euros

## 8.2.18 – Outras aplicações financeiras

Natureza	Entidades	Quantidade	Participação	
			Valor Nominal	Valor Mercado
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto Novo	BANIF	22.029,00	2.076.067,19	1.621.365,24
Fundo de Investimento Imobiliário - Porto D'Ouro	C.G.D	8.400,00	8.400.000,00	8.243.612,16
Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb	BES	1.621,00	1.569.947,00	1.509.604,07
Credores das Administrações Públicas - FAM	FAM	6.715.506,65	6.715.506,65	N.A.
<b>Total</b>			<b>18.761.520,84</b>	<b>11.374.581,47</b>

De referir que o Fundo de Investimento Imobiliário - Invesurb contará, muito em breve, com a entrada de um novo acionista, o qual permitirá, desde logo, que os seus ativos cumpram com o capital mínimo legalmente exigido.

### 8.2.22 – Dívidas de Cobrança Duvidosa

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
	€	€	€	€
<b>Cobranças em litígio</b>				
Impostos Indiretos	3.266.016,49	166.757,88	25.099,21	3.407.675,16
Taxas	172.800,73	111.582,87	8.034,06	276.349,54
Rendas e Alugueres	1.087.162,91	193.492,94	138.482,60	1.142.173,25
Prestação de Serviços	5.579.228,75	722.057,35	93.720,71	6.207.565,39
Outras cobranças duvidosas	377.281,79	26.703,45	19.708,68	384.276,56
<b>Total</b>	<b>10.482.490,67</b>	<b>1.220.594,49</b>	<b>285.045,26</b>	<b>11.418.039,90</b>

A conta 218 – Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa reflete a receita liquidada e não cobrada, em mora há mais de seis meses, incluindo a que já foi transferida para execução fiscal.

O montante em dívida classificada com risco de cobrança, ou seja sem garantia associada, que se encontra a ser acompanhada pela Divisão Municipal de Execuções Fiscais e Contraordenações, e que tem como referência as dívidas de terceiros até 31/12/2012, ascende a 8.557.201 euros.

Acresce ainda referir que nesta rubrica encontram-se registadas as dívidas relativas aos montantes que, nos termos do art. 272º do Código do Processo e Procedimento Tributário (CPPT), foram declarados em falhas e cujo valor global ascende a 1.722.033,25 euros.

Durante o exercício de 2014 foram considerados 1.220.594 euros de dívidas relativas aos anos de 2013 e 2014, cuja cobrança se apresenta duvidosa, não obstante o seu envio para cobrança em sede de execução fiscal. Por outro lado, a autarquia recuperou 285.045 euros de dívidas relativas a processos instaurados em execução fiscal, já consideradas nos exercícios anteriores.

De referir que o montante de dívidas de cobrança duvidosa em mora há mais de seis meses e até doze meses se encontra provisionado numa percentagem de 50% tal como definido no POCAL. Relativamente à dívida remanescente classificada com risco de cobrança, vencida até 30 de Junho de 2014, encontra-se constituída uma provisão correspondente ao montante total destes saldos.

### 8.2.26 – Contas de Ordem

Código e Designação das Contas	Saldo da Gerência Anterior	Movimento Anual		Saldo p/ Gerência Seguinte
		Devedor	Credor	
	€	€	€	€
<b>0932 Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas</b>	<b>51.135.565,91</b>	<b>4.724.036,00</b>	<b>949,96</b>	<b>38.576.802,97</b>
09321 Prestadas por Fornecedores de c/c	50.359.256,53	4.146.237,03	649,96	37.309.686,03
09322 Prestadas por Fornecedores de imobilizado	268.464,44	544.088,17		733.510,55
09323 Prestadas por outros credores	507.844,94	33.710,80	300,00	533.606,39
<b>0933 Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas</b>		<b>107.530,73</b>	<b>17.388.117,75</b>	
09331 Devolvidas a Fornecedores de c/c		107.530,73	17.302.688,30	
09332 Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado			79.042,06	
09333 Devolvidas a Outros Credores			6.387,39	
<b>0934 Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas</b>			<b>1.261,96</b>	
09341 Acionadas a Fornecedores de c/c				
09342 Acionistas a Fornecedores de Imobilizado				
09343 Acionistas a Outros Credores			1.261,96	
<b>Total</b>	<b>51.135.565,91</b>	<b>4.831.566,73</b>	<b>17.390.329,67</b>	<b>38.576.802,97</b>

### 8.2.27 – Provisões Acumuladas

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	€	€	€	€
19 Provisões para Aplicações de Tesouraria	0	0	0	0
291 Provisões para Cobranças Duvidosas	10.482.490,67	1.155.346,20	322.912,31	11.314.924,56
292 Provisões para Riscos e Encargos	31.078.615,37	21.730.054,47	14.379.667,76	38.429.002,08
39 Provisões para Depreciação de Existências	0	0	0	0
49 Provisões para Investimentos Financeiros	1.009.012,07	534.919,00	219.052,78	1.324.878,29
<b>Total</b>	<b>42.570.118,11</b>	<b>23.420.319,67</b>	<b>14.921.632,85</b>	<b>51.068.804,93</b>

Ao nível das provisões para riscos e encargos, destacam-se as reduções do exercício no montante de 8.617.474 euros relativas ao valor da indemnização resultante do acordo extrajudicial realizado entre o Município do Porto e o grupo Soares da Costa. Por sua vez, assinala-se, para os aumentos, o reforço das provisões para processos judiciais em curso e outros riscos e encargos no montante de 21.730.054 euros.

## 8.2.28 – Fundo Patrimonial

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
	€	€	€	€
<b>51 Património</b>	<b>834.381.861,82</b>	<b>87.526.954,90</b>		<b>921.908.816,72</b>
<b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	<b>336.781,31</b>			<b>336.781,31</b>
553 Outras variações nos capitais em empresas	458.117,31			458.117,31
554 Depreciações	-121.336,00			-121.336,00
<b>57 Reservas</b>	<b>145.406.759,70</b>	<b>10.189.265,91</b>	<b>7.600,00</b>	<b>155.588.425,61</b>
571 Reservas legais	7.851.712,11	96.218,71		7.947.930,82
575 Subsídios	101.455,96			101.455,96
576 Doações	157.921,75	10.093.047,20	7.600,00	10.243.368,95
577 Reservas decorrentes da transferência de ativos	77.068.558,16			77.068.558,16
578 Regularizações Entidades Participadas	60.227.111,72			60.227.111,72
<b>59 Resultados transitados</b>	<b>29.083.596,97</b>	<b>78.668.173,12</b>	<b>41.098.935,57</b>	<b>66.652.834,52</b>
<b>Total</b>	<b>1.009.208.999,80</b>	<b>176.384.393,93</b>	<b>41.106.535,57</b>	<b>1.144.486.858,16</b>

Relativamente aos movimentos incorridos no exercício de 2014 em cada uma das contas da classe 5 temos:

### Património

A conta 51 – Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Neste particular, registou-se um aumento de 87.526.954 euros, que na sua grande maioria se justificam pelos 85.260.108 euros resultante do processo de conciliação de saldos contabilísticos do imobilizado face às correspondentes listagens do inventário inicial, realizado pela SIGHT, e não refletidos no balanço inicial bem como pelos 2,2 milhões de euros provenientes do registo de bens, de diversas parcelas de terrenos e prédios municipais que, no momento da sua avaliação, cedência ou venda, não tinham sido objeto de inventariação ao nível do balanço inicial.

### Ajustamentos em partes de capital e empresas

Nesta rubrica encontram-se registadas as diferenças de ajustamentos de partes de capital associada à conta 411 – Investimentos Financeiros.

### Reservas

Estas contas encontram-se desagregadas ao nível do balanço, consoante a natureza das mesmas, designadamente:

571- Reservas legais - O aumento diz respeito ao cumprimento, quanto à aplicação do resultado líquido de 2013, aprovado em assembleia municipal conforme proposta apresentada pelo executivo, do ponto 2.7.3.5 do POCAL, o qual exige a aplicação no mínimo de 5% do resultado líquido de cada exercício como reforço anual das reservas legais.

576 – Doações – Este incremento resulta, quase na sua totalidade, da contabilização da extinção da fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, designadamente pelo reconhecimento do conjunto de bens, em particular, ativos monetários e imobiliários, que traduzem a doação do respetivo acervo.

### **Resultados transitados**

O movimento ocorrido em 2014 na rubrica de resultados transitados resultou dos seguintes efeitos:

- Aplicação do resultado líquido proveniente do exercício anterior, na parte remanescente ao reforço das reservas legais, conforme já referido, no valor de 1.828.155,47 euros.
- De um aumento correspondente à receita arrecadada em 2014 relativa a proveitos de exercícios anteriores, no montante de 76.743.798 euros, associada aos valores dos impostos diretos e Derrama de 2013 e à Participação Fixa no IRS proveniente do Orçamento de Estado. Neste âmbito, implementou-se uma mudança de procedimentos relativamente a especialização destes impostos, na medida em que, a partir de 2014, o seu reconhecimento passou a ser efetuado no próprio ano a que estes impostos e transferências dizem respeito, com base nos valores que se estima virem a ser recebidos

Das seguintes reduções relativas a regularizações não frequentes e de grande significado:

- Pela incorporação do montante de 22.024.395 euros relativo ao valor das amortizações acumuladas, resultante do processo de conciliação de saldos contabilísticos da rubrica do imobilizado de edifícios e outras construções;
- Pelo reforço das provisões para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos no montante de 18.978.320 euros, por estarem relacionadas com situações conhecidas em exercícios anteriores.

### 8.2.29 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias €	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo €
Existências iniciais (1)	6.694,65	1.460.496,57
Compras (2)	0,00	1.642.036,47
Regularização de existências (3)	13.404,84	-636.772,96
Existências finais (4)	20.099,49	837.679,60
<b>Custos no exercício (5) = (1) + (2) + (3) - (4)</b>	<b>0,00</b>	<b>1.628.080,48</b>

O saldo das existências foi obtido através do sistema de inventário permanente implementado desde 2009. Atendendo às especificidades inerentes à implementação deste sistema, e, como complemento do trabalho final de Inventário Geral Anual de 2014, procederam-se a movimentos de regularizações de existências.

### 8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Movimentos	Produtos acabados e intermédios €	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos €	Produtos e trabalhos em curso €
Existências finais (1)	412.235,19	0	0
Regularização de existências (2)	11.811.790,40	0	0
Existências iniciais (3)	12.320.400,87	0	0
<b>Aumento/redução no exercício (4) = (1) + (2) - (3)</b>	<b>-96.375,28</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

A rubrica de regularizações de existências apresenta um saldo de 11.811.790 euros, que se justifica, pela reclassificação patrimonial das frações habitacionais que constituem o Bairro das Pasteleira no montante de 11.963.039 euros, passando as mesmas a incorporar as rubricas de imobilizações corpóreas, terrenos e recursos naturais e edifícios e outras construções, tendo em conta que, desde 2004, não ocorreu qualquer concurso para alienação de habitações sociais deste bairro, pelo que à luz dos critérios contabilísticos definidos no POCAL, as mesmas devem ser reclassificadas para imobilizações corpóreas, uma vez que as referidas habitações se encontram disponíveis para uso, conjugado com outras regularizações de existências negativas, no valor de 151.249 euros.

## 8.2.31 – Demonstração dos Resultados Financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
		€	€			€	€
681	Juros suportados	2.714.771,76	3.302.826,90	781	Juros obtidos	453.586,20	225.971,43
684	Provisões para aplicações financeiras	534.919,00	459.026,99	782	Ganhos em entidades participadas	4.842,74	355.204,31
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	56,42		783	Rendimentos de imóveis	6.531.175,13	6.794.128,96
688	Outros custos e perdas financeiros	52.400,85	110.079,13	784	Rendimentos de participações de capital	550.000,00	
	Resultados Financeiros	4.237.456,04	3.503.371,68	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	-	-
<b>Total</b>		<b>7.539.604,07</b>	<b>7.375.304,70</b>			<b>7.539.604,07</b>	<b>7.375.304,70</b>

O montante de juros suportados é maioritariamente explicado pelos empréstimos contraídos para a construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004 e no âmbito da construção e recuperação de habitações sociais. O detalhe do montante de capital em dívida e encargos associados a cada financiamento pode ser observado no anexo que inclui a nota 8.3.6.1 preconizada no POCAL.

Para os empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infraestruturas no âmbito do EURO 2004 e para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habitação Social, e até à sua maturidade, não ocorrerão variações significativas nos respetivos encargos financeiros.

Em relação aos proveitos com rendimentos de imóveis, os montantes referem-se essencialmente à concessão à EDP Distribuição do exercício dos direitos e poderes do Município do Porto na gestão do serviço público de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão. A concessão confere ao Município o direito a uma renda e à EDP Distribuição o direito a isenções, nomeadamente quanto ao uso dos bens de domínio público municipal, as quais são determinadas por portaria ministerial.

O período de concessão renovou-se em 22 de Dezembro de 2006 e tem a duração de 20 anos, nos termos do Decreto-Lei n.º 341/90, de 30 de Outubro.

Com referência a 31 de Dezembro de 2014 o montante do ativo afeto à concessão não se encontra refletido no ativo imobilizado do Município do Porto.

## 8.2.32 – Demonstração dos Resultados Extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercício		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercício	
		2014	2013			2014	2013
		€	€			€	€
691	Transferências de capital concedidas	2.005.904,87	1.841.832,55	791	Restituições de impostos	40.734,80	
692	Dívidas incobráveis			792	Recuperação de dívidas		
693	Perdas em Existências	176.197,99	206.250,48	793	Ganhos em existências	68.771,61	124.378,22
694	Perdas em imobilizações	1.117.149,63	2.214.507,30	794	Ganhos em imobilizações	982.460,90	1.376.392,62
695	Multas e Penalidades	4.850.672,16	4.682,99	795	Benefícios de penalidades contratuais	870.058,04	1.818.733,11
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	118.392,45	796	Reduções de amortizações e de provisões	14.683.601,90	2.562.857,67
697	Correções relativas a exercícios anteriores	4.054.453,42	2.140.946,63	797	Correções relativas a exercícios anteriores	3.106.820,77	1.227.918,86
698	Outros custos e perdas extraordinários	1.128.402,43	2.769.177,68	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	8.898.265,76	8.178.449,50
	Resultados extraordinários	15.317.933,28	5.992.939,90	799	Reembolsos e Restituições		
	<b>Total</b>	<b>28.650.713,78</b>	<b>15.288.729,98</b>		<b>Total</b>	<b>28.650.713,78</b>	<b>15.288.729,98</b>

## 8.2.33 – Outras informações consideradas relevantes

1. De acordo com o disposto na alínea c) do n.º2 do art.º 63º do Decreto-Lei n.º 498/72 de 9 de dezembro, o Município do Porto e respetivos serviços municipalizados passaram a ser responsáveis pelos montantes dos encargos com a aposentação do seu pessoal subscritor da Caixa Geral de Aposentações, pelo que, face à responsabilidade do pagamento das pensões dos seus funcionários, reteve, como contrapartida, os respetivos descontos. Com a entrada em vigor do art.º 56º da Lei n.º 114/88 de 30 de dezembro, a responsabilidade do pagamento das pensões dos funcionários que se aposentassem a partir de 1 de janeiro de 1989 passou a pertencer àquela entidade.

Por este motivo, subsiste a obrigação de entregar o valor da quota-parte dos funcionários que prestaram serviço durante o período compreendido entre 1 de janeiro de 1973 e 31 de dezembro de 1988.

No exercício de 2014, os custos com o pessoal incorporam cerca de 2 milhões de euros respeitantes ao pagamento à Caixa Geral de Aposentações de pensões, associadas ao regime anteriormente descrito.

O apuramento do valor destes descontos, depende atualmente do cálculo que é realizado pela Caixa Geral de Aposentações, o que implica, nesta data, não nos ser possível ainda concretizar uma estimativa do valor presente das pensões a pagar no futuro, assente num grau de fiabilidade aceitável, que seja passível de ser relevado contabilisticamente. No entanto, a Direção de Recursos Humanos já encetou diligências, no sentido da efetivação desta estimativa.

2. A Metro do Porto S.A., no âmbito de uma Nota Técnica emitida em 30 de setembro de 2010, reclama ao Município do Porto o pagamento do montante de 1.749.692,73 euros relativo a Inserções Urbanas no âmbito da construção do sistema de metro ligeiro. Em

contraposição, o Município reclamou, em 9 de novembro de 2010, o pagamento de 3.557.424,56 euros relativos a licenças emitidas, cedências de terrenos e indemnizações. Na impossibilidade de regularizar esta situação no ano anterior, continuarão a ser tomadas as diligências necessárias à regularização desta divergência em 2015.

3. No âmbito do projeto de otimização de IVA foram emitidos por parte das empresas municipais, GOP, EM e DomusSocial,EM pedidos de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), solicitando a regularização a seu favor do IVA pago em excesso nos anos 2010 e 2011. Em concreto, estas empresas emitiram notas de crédito no montante de 283.882 euros e 1.456.552 euros, respetivamente, corrigindo/anulando o IVA liquidado em excesso nas faturas inicialmente emitidas, constituindo as mesmas, nesta data, dívida ao Município do Porto, pelo facto de ainda se aguardar uma decisão dos tribunais competentes.

4. Na rubrica de acréscimos e diferimentos do Passivo, em particular nas remunerações a liquidar, foi considerado o regresso de 155 trabalhadores das concessionárias Invicta e Suma, durante os meses de setembro a dezembro de 2014. Tendo em conta que estes trabalhadores integraram no Município com todos os direitos adquiridos anteriormente, os encargos inerentes a estes direitos estão refletidos nos encargos com férias e subsídios de férias a liquidar em 2015.

5. Nos termos do número 2 do Artigo 17.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho, deve a Autoridade Tributária e Aduaneira informar as autarquias locais, do valor dos recebimentos em atraso, existentes em 31 de Dezembro do ano anterior, referentes às respetivas receitas fiscais. Neste sentido, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou no portal das finanças os valores em dívida referentes ao Município do Porto a 31 de dezembro de 2014. Os montantes em causa não integram as demonstrações financeiras, sendo relevantes para efeitos de gestão a divulgação dos seus montantes:

<b>Imposto</b>	<b>Pagamentos e Recebimentos em Atraso (Quantia Exequenda)</b>
	€
Contribuição Autárquica (CA)	651.469
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	7.349.751
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	5.168.011
Imposto Único de Circulação (IUC)	1.365.969
SISA	14.620.989
<b>Total</b>	<b>29.156.188</b>

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do Município do Porto na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

#### 6. Divulgação dos processos judiciais em curso sem provisão

O Município do Porto, suportado na informação prestada pelo Departamento Municipal Jurídico e de Contencioso (DMJC) e na análise efetuada aos processos judiciais pendentes, constituiu provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso (ver nota 8.2.27).

No decurso normal da sua atividade, existem ainda diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa e tributária envolvendo o Município do Porto. Estas ações judiciais, administrativas ou outras, envolvem munícipes, empresas, funcionários, autoridades administrativas, fiscais ou outras. Da análise efetuada e da informação prestada pelo DMJC, o risco de perda destas ações não é provável e o desfecho das mesmas não afetará de forma material a posição financeira do Município. Assim, os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados.

### **8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução**

A informação sobre este ponto consta dos mapas que acompanham os documentos de prestação de contas, construídos de acordo com o definido no POCAL, designadamente: modificações do orçamento da receita, modificações do orçamento da despesa e modificações ao plano plurianual de investimentos.

# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Certificação Legal de Contas





**KPMG & Associados – Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Península  
Praça do Bom Sucesso, 127/131  
7º Andar – Sala 701  
4150-146 Porto  
Portugal

Telefone: +351 220 10 23 00  
Fax: +351 220 10 23 12  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras do **Município do Porto**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.479.170.720 euros e um total de fundos próprios de 1.150.361.199 euros, incluindo um resultado líquido de 5.874.341 euros), a Demonstração de Resultados e os Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 154.654.855 euros de despesa paga e um total de 200.027.306 euros de receita cobrada) do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Município do Porto, o resultado das suas operações e o relato da execução orçamental, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

- 4 Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação, numa base de amostragem, da conformidade legal e regularidade financeira das operações efectuadas;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Reservas**

- 7 No âmbito do processo em curso de inventariação e valorização do seu imobilizado, e apesar dos esforços desenvolvidos no decurso de 2014 pelo Município do Porto, à semelhança do verificado em exercícios anteriores, continua a não ser possível executar os procedimentos que consideramos adequados no tocante à inventariação e valorização dos bens que incorporam as imobilizações corpóreas e os bens de domínio público. A fase de acabamento em que o processo de análise se encontra não nos permite avaliar o impacto que a conclusão do mesmo originaria nas demonstrações financeiras do Município do Porto com referência a 31 de Dezembro de 2014 e, conseqüentemente, concluir sobre a razoabilidade dos saldos evidenciados nas contas bens de domínio público, imobilizações corpóreas, amortizações do exercício e acumuladas, património, subsídios, doações, resultados transitados, bem como dos montantes de 136.548.364 euros, 39.401 euros e 982.461 euros, incluídos nas contas proveitos diferidos, custos e perdas extraordinárias, proveitos e ganhos extraordinários (pelo reconhecimento da quota parte dos subsídios ao investimento, abates e vendas de imobilizações), respectivamente, bem como sobre os valores evidenciados nas notas 8.2.7, 8.2.8, 8.2.12, 8.2.14, 8.2.15, 8.2.28 e 8.2.32 do Anexo.
- 8 De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 63º do Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, em conjugação com o disposto no artigo 56º da Lei n.º 114/88, de 30 de Dezembro, é da obrigação do Município do Porto o pagamento de parte das pensões de funcionário e ex-funcionários subscritores da Caixa Geral de Aposentações na correspondência do período de serviço compreendido entre 1 de Janeiro de 1973 e 31 de Dezembro de 1988. Na sequência das análises efectuadas, verificámos que o Município do Porto não procedeu ainda ao estudo actuarial que irá permitir o apuramento da responsabilidade actual a registar no seu balanço, pelo que não nos é possível concluir sobre o impacto que esta situação teria nas demonstrações financeiras do Município do Porto com referência a 31 de Dezembro de 2014.

#### **Opinião com reservas**

- 9 Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários efectuar caso não existissem as limitações referidas nos parágrafos n.ºs 7 e 8 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do **Município do Porto** em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações e a execução orçamental relativa à despesa paga e à receita cobrada no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal previstos no POCAL.

## Ênfases

- 10** Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:
- 10.1** As demonstrações financeiras referentes ao período findo em 31 de Dezembro de 2013, apresentadas para efeitos comparativos, foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 11 de Abril de 2014, com duas reservas e três ênfases. A nossa nomeação como revisores ocorreu em 19 de Junho de 2014, para efectuarmos a revisão legal das contas ao período findo em 31 de Dezembro de 2014.
- 10.2** Conforme divulgado na nota 8.2.2 do Anexo, durante 2014 o Município do Porto procedeu ao ajustamento de alguns procedimentos contabilísticos com reflexo global na conta resultados transitados de 57.765.479 euros.

Porto, 16 de Abril de 2015



---

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Adelaide Maria Viegas Clare Neves (ROC n.º 862)



# RELATÓRIO DE GESTÃO. 2014



Anexos



## A.1 - Proveitos diferidos

Ano: 2014

Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição	Valor do subsídio recebido			Transferência para Proveitos			Saldo da conta 2745
				Anos anteriores	Exercício	Total	Anos anteriores	Exercício	Total	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6) = (4)+(5)	(7)	(8)	(9) = (7) + (8)	(10) = (6) - (9)
<b>1.</b>	<b>Imobilizações corpóreas</b>									
<b>1.1</b>	<b>Edifício e outras construções</b>									
1.1.1	Bairro de Santa Luzia	IORU	24.583.248	751.083	0	751.083	224.900	17.308	242.208	508.875
1.1.2	Bairro do Aleixo	IORU	6.107.279	422.320	0	422.320	291.766	9.317	301.083	121.236
1.1.3	Bairro do Lagarteiro	IORU	7.403.656	199.285	0	199.285	95.816	7.379	103.195	96.090
1.1.4	Centro Comunitário de Condomínhas	IORU	3.014.070	201.115	0	201.115	58.188	4.206	62.394	138.721
1.1.5	Jovens Espaço Vivo - São Tomé	IORU	612.274	378.779	0	378.779	52.082	4.735	56.817	321.962
1.1.6	Bairro Rainha D.ª Leonor	IORU	981.582	470.925	0	470.925	400.663	27.690	428.353	42.572
1.1.7	Bairro da Pasteleira - 1.º Projecto	IORU	7.058.862	3.021.718	0	3.021.718	1.571.294	120.869	1.692.163	1.329.555
1.1.8	Equip. Desportivo do Vale de Campanhã	IORU	6.957.732	583.594	0	583.594	144.840	7.475	152.315	431.279
1.1.9	Bairro do Aldoar	IORU	5.189.491	132.870	0	132.870	63.911	4.916	68.827	64.043
1.1.10	Bairro da Pasteleira - 2.º Projecto	IORU	7.058.862	482.594	0	482.594	250.949	19.304	270.253	212.341
1.1.11	Bairro do Bom Sucesso	IORU	1.261.459	152.708	0	152.708	90.326	6.948	97.275	55.433
1.1.12	Projecto Piloto Urbano Bairro da Sé - 2.ª Fase	IORU	1.535.204	1.170.170	0	1.170.170	502.944	38.688	541.632	628.539
1.1.14	Arquivo Histórico - Casa do Infante	PORNorte QCA II	3.713.052	173.717	0	173.717	53.889	4.145	58.034	115.684
1.1.15	Casa do Infante (Torre do tombo)	PARAM	3.713.052	748.197	0	748.197	232.097	17.854	249.950	498.247
1.1.16	Casa do Infante (IFT)	IFAT	3.713.052	2.551.396	0	2.551.396	757.662	60.882	818.544	1.732.852
1.1.17	Museu do Vinho do Porto	IFAT	854.379	553.562	0	553.562	213.121	21.312	234.434	314.128
1.1.18	Casa Infante	Euromint	3.713.052	34.056	0	34.056	10.564	813	11.377	22.679
1.1.19	Casa Infante	PRONorte QCA II	3.713.052	2.960.771	0	2.960.771	849.958	70.650	920.609	2.040.163
1.1.20	Núcleo Rural de Aldoar	PRONorte QCA III	1.129.389	694.194	0	694.194	104.129	8.677	112.807	581.387
1.1.21	Requalificação e Valor. Urbana do Palácio de Cristal	PRONorte QCA III	6.935.286	2.402.669	0	2.402.669	575.012	48.053	623.065	1.779.604
1.1.22	Dinam. Req. Bairro Cerco do Porto - Piscina de Aprendizagem	PRONorte QCA III	4.949.192	390.427	0	390.427	103.867	8.916	112.782	277.644
1.1.23	Casa museu Guerra Junqueiro	PRONorte QCA III	971.160	38.455	0	38.455	11.269	867	12.136	26.319
1.1.24	Complexo Desportivo Monte Aventino	PRONorte QCA II		1.234.525	0	1.234.525	320.977	24.691	345.667	888.857
1.1.25	Teatro Rivoli	PRONorte QCA II	10.422.110	198.272	0	198.272	81.081	8.673	89.755	108.518
1.1.26	Teatro Rivoli - 1 e 2ª fase	PRONorte QCA II	10.330.791	3.740.984	0	3.740.984	1.066.353	81.087	1.147.440	2.593.545
1.1.27	Teatro Rivoli - 3ª, 4ª e 5ª fase	PRONorte QCA II	10.330.791	2.057.541	0	2.057.541	583.617	44.598	628.214	1.429.327
1.1.28	Nó Ciriaco Cardoso - obras complementares	PRONorte QCA II	1.396.634	1.047.476	0	1.047.476	680.859	52.374	733.233	314.243
1.1.29	Nó Faria Guimarães - obras complementares	PRONorte QCA II	1.012.560	759.420	0	759.420	493.623	37.971	531.594	227.826
1.1.30	Túnel de Ligação da Zona Oriental à VCI	PRONorte QCA II	15.215.190	1.732.076	0	1.732.076	1.039.245	86.604	1.125.849	606.226
1.1.31	Inventário Património Cultural	PRONorte QCA II	311.048	311.048	0	311.048	311.048	0	311.048	0
1.1.32	Museu Virtual da Memória Palácio de Cristal	PRONorte QCA II	28.244	28.244	0	28.244	28.244	0	28.244	0
1.1.33	SITE Internet / CD ROM Interactivo	PRONorte QCA II	18.655	18.655	0	18.655	18.655	0	18.655	0
1.1.34	Formatação de novas intervenções reneração urbana	PRONorte QCA II	17.957	17.957	0	17.957	17.957	0	17.957	0
1.1.35	Tuneis Urbanos do Porto-Túnel 1	PRONorte QCA III		15.386.209	0	15.386.209	4.049.002	809.800	4.858.803	10.527.406
1.1.36	Remate Poente Parque Cidade	PRONorte QCA III		641.851	0	641.851	0	0	0	641.851
1.1.37	Construção e instalação de redes de águas pluviais - 1ª fase	PRONorte QCA III	1.864.633	597.215	0	597.215	0	0	0	597.215
1.1.38	Rede Viária Estruturante Bairro S. João de Deus	URBAN II	828.446	898.407	0	898.407	110.686	11.230	121.916	776.491
1.1.39	Ligação Rot. Bairro S. João Deus à Rua Nau Vitória	URBAN II		466.133	0	466.133	46.615	5.827	52.442	413.691
1.1.40	Arranjo Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Soc. Pio XII	URBAN II		827.287	0	827.287	0	0	0	827.287
1.1.41	Arranjo Urb. dos Espaços Ext. do Bairro Hab. Soc. Contumil	URBAN II		1.052.858	0	1.052.858	0	0	0	1.052.858
1.1.42	Equipamento informático nas escolas EB1	PRODEF III	201.235	337.495	0	337.495	337.495	0	337.495	0
1.1.43	Biblioteca Almeida Garrett - Obra	DGLB	6.958.307	1.368.701	0	1.368.701	328.365	27.354	355.719	1.012.983
1.1.44	Biblioteca Almeida Garrett - Equip. Informática	DGLB	20.000	63.335	0	63.335	16.460	0	16.460	46.875
1.1.45	Biblioteca Almeida Garrett	Porto 2001	6.958.307	997.596	0	997.596	239.333	19.937	259.270	738.326
1.1.46	Escolas - equipamentos (computadores)	DREN	164.137	181.137	0	181.137	161.423	0	161.423	19.715
1.1.47	Conjunto Habitacional das Condomínhas	IHRU	2.964.689	1.379.550	0	1.379.550	381.999	29.385	411.383	968.167
1.1.48	Conjunto Habitacional dos Choupos	IHRU	698.317	390.409	0	390.409	108.104	8.316	116.420	273.989
1.1.49	Conjunto Habitacional do Falcão	IHRU	5.608.483	3.134.975	0	3.134.975	868.075	66.775	934.850	2.200.124
1.1.50	Conjunto Habitacional do Viso	IHRU	9.290.108	4.733.360	0	4.733.360	1.050.424	81.144	1.131.567	3.601.793
1.1.51	Conjunto Habitacional das Antas	IHRU	6.945.993	3.432.907	0	3.432.907	788.096	60.773	848.870	2.584.037
1.1.52	Conjunto Habitacional do Ilhéu	IHRU	5.321.673	2.738.558	0	2.738.558	609.546	46.947	656.493	2.082.065
1.1.53	Conjunto Habitacional da Fontinha	IHRU	1.103.839	549.985	0	549.985	122.998	9.485	132.484	417.501
1.1.54	Conjunto Habitacional da Travessa de Salgueiros	IHRU	3.039.961	1.029.288	0	1.029.288	101.848	17.189	119.037	910.251
1.1.55	Conjunto Habitacional do Monte S. João	IHRU	3.754.657	1.062.454	0	1.062.454	71.184	7.118	78.302	984.152
1.1.56	Conjunto Habitacional das Fontainhas I, II e III	IHRU	3.322.789	529.002	0	529.002	53.006	8.834	61.840	467.162
1.1.57	Bairro Parceria Antunes	Ministério Saúde/IHRU	2.929.136	976.269	0	976.269	60.826	6.541	67.367	908.902
1.1.58	PROHABITA - Recuperação de 1109 fogos	IHRU		13.599.033	0	13.599.033	0	0	0	13.599.033
1.1.59	Bairro Parceria Antunes	Ministério Saúde/IHRU	2.929.136	2.898.512	0	2.898.512	187.838	19.420	207.258	2.691.254
1.1.60	CACE-Centro Apoio à Criação de Empresas	IEFP	614.212	562.069	0	562.069	77.284	7.026	84.310	477.758
1.1.61	Terminal Rodoviário do Bom Sucesso	DGTT	808.274	763.138	0	763.138	419.726	38.157	457.883	305.255
1.1.62	Requalificação da Frente Ribeira entre Ponte D.Luis I e o Cais de Estiva	DGOTDU	0	3.253.595	0	3.253.595	0	0	0	3.253.595
1.1.63	Requalificação e reabilitação da Avenida da Boavista	Metro do Porto	4.968.452	4.215.779	0	4.215.779	455.884	34.291	490.175	3.725.604
1.1.64	Grande Prémio do Porto - Circuito da Boavista	PIQTUR	0	2.459.088	0	2.459.088	0	0	0	2.459.088
1.1.65	Sistema de Controlo de Tráfego na VCI	IEP	580.665	1.034.941	0	1.034.941	203.233	0	203.233	831.708
1.1.66	Acessibilidades - Antas	IEP	52.576.981	33.740.182	0	33.740.182	10.207.147	1.701.191	11.908.339	21.831.843
1.1.67	Acessibilidades - Bessa	IEP	23.249.147	13.957.197	0	13.957.197	4.824.200	689.171	5.513.372	8.443.825
1.1.68	Espaço Internet do Porto	POS CONHECIMENTO	0	286.056	0	286.056	0	0	0	286.056
1.1.69	Porto Digital	POS CONHECIMENTO	0	615.852	0	615.852	0	0	0	615.852
1.1.70	Noé " Acções de Consertação"	Interreg III	0	136.309	0	136.309	0	0	0	136.309
1.1.71	Noé " Cartodata"	Interreg III	0	15.221	0	15.221	0	0	0	15.221
1.1.72	Noé " Georisk"	Interreg III	0	47.058	0	47.058	0	0	0	47.058

## A.1 - Proveitos diferidos

Ano: 2014

Cód.	Rubricas	Financiamento	Valor de Aquisição (3)	Valor do subsídio recebido			Transferência para Proveitos			Saldo da conta 2745 (10) = (6) - (9)
				Anos anteriores (4)	Exercício (5)	Total (6) = (4)+(5)	Anos anteriores (7)	Exercício (8)	Total (9) = (7) + (8)	
(1)	(2)									
1.1.73	IDEA-STCC	Interreg III	141.207	63.568	0	63.568	0	0	0	63.568
1.1.74	Recuperação de 63 Fogos no Cerco do Porto	IHRU	0	6.139	0	6.139	0	0	0	6.139
1.1.75	Recuperação Imóveis (RECRIA)	IHRU	0	19.637	0	19.637	0	0	0	19.637
1.1.76	Revitalização do Comércio e Serviços da Baixa Portuguesa	Prime/URBCOM	0	1.189.253	0	1.189.253	0	0	0	1.189.253
1.1.77	Escolas Básicas 1º Ciclo com Jardins de Infância de Campanhã e João Deus	PRONorte QCA III	0	679.272	0	679.272	0	0	0	679.272
1.1.78	Requalificação Ambiental Jardim Parque Habitacional Prelada	PRONorte QCA III	0	81.863	0	81.863	0	0	0	81.863
1.1.79	Requalificação Ambiental Bairro do Regado	PRONorte QCA III	0	27.930	0	27.930	0	0	0	27.930
1.1.80	Requalificação Ambiental Jardins da Cidade	PRONorte QCA III	0	332.816	0	332.816	0	0	0	332.816
1.1.82	Museu da Cidade	PRONorte QCA III	0	689.457	0	689.457	0	0	0	689.457
1.1.83	Via Estruturante do POLO II	PRONorte QCA III	1.236.687	12.970	0	12.970	3.413	683	4.096	8.874
1.1.84	Projecto Integrado do Porto	IFAT	0	1.066.182	0	1.066.182	0	0	0	1.066.182
1.1.85	PROHABITA - Recuperação 1076 Fogos	IHRU	0	5.365.640	0	5.365.640	0	0	0	5.365.640
1.1.86	PROHABITA - Recuperação 42 Fogos	IHRU	0	720.638	0	720.638	0	0	0	720.638
1.1.87	PROHABITA - Recuperação de 362 Fogos	IHRU	0	1.365.586	0	1.365.586	0	0	0	1.365.586
1.1.88	PROHABITA - Recuperação 846 Fogos	IHRU	0	5.098.794	0	5.098.794	0	0	0	5.098.794
1.1.89	PER - Construção 408 Fogos	IHRU	0	2.346.991	0	2.346.991	0	0	0	2.346.991
1.1.90	Centro Escolar das Antas	POR Norte - ON2	0	1.698.325	0	1.698.325	5.198	1.733	6.931	1.691.394
1.1.91	Ampliação/Requalificação da Escola EB1 Bom Sucesso	POR Norte - ON2	7.589.709	506.769	0	506.769	71.610	19.510	91.120	415.649
1.1.92	Requalificação da Escola EB1 JI Campo 24 Agosto	POR Norte - ON2	318.406	262.088	0	262.088	37.533	11.401	48.934	213.154
1.1.93	Escola EB1 Costa Cabral	POR Norte - ON2	91	32.205	0	32.205	13	4	18	32.187
1.1.94	Modernizar, Dinamizar, Qualificar os Museus da CMP	POR Norte - ON2	133.519	64.843	0	64.843	17.585	6.980	24.565	40.277
1.1.95	Centro Escolar S.Miguel Nevogilde	POR Norte - ON2	1.036.139	2.284.188	252.892	2.537.080	60.815	45.430	106.245	2.430.835
1.1.96	PROHABITA - Recuperação 200 Fogos Bairro Lagarteiro	IHRU	0	1.152.155	0	1.152.155	0	0	0	1,152,155
1.1.97	Iniciativa Bairros Críticos - Projecto Lagarteiro	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	1.210.607	1.187.048	0	1,187,048	21.569	11.253	32.821	1,154,227
1.1.98	Bairro do Lagarteiro - Novos Espaços Públicos	POR Norte - ON2	630.006	2.209.736	0	2,209,736	215.513	105.675	321.188	1,888,548
1.1.99	Qualificação do Espaço Público - Morro da Sé	POR Norte - ON2	1.402.543	1.097.375	0	1,097,375	88.419	42.441	130.860	966.515
1.1.100	Intervenções de Promoção da Mobilidade Urbana Sustentável	POR Norte - ON2	2.968.490	1.777.681	0	1,777,681	178.534	88.200	266.734	1,510,947
1.1.101	PROHABITA - Recuperação 365 Fogos	POR Norte - ON2	0	1.538.263	0	1,538,263	0	0	0	1,538,263
1.1.102	Ampliação da Residência de 3.º Idade - Morro da Sé	POR Norte - ON2	1.591.236	523.525	0	523,525	12.314	6.157	18.471	505,054
1.1.103	Bairro do Pereiró (CTT)	CTT - Correios Portugal	0	300.000	0	300,000	0	0	0	300,000
1.1.104	Requalificação do Espaço Público	POR Norte - ON2	13.470	4.512.219	651.425	5,163,644	0	17.979	17,979	5,145,665
1.1.105	Centro Escolar EB1/J1 Costa Cabral	POR Norte - ON2	24.504	710.834	8.670	719,504	4.196	981	5.177	714,327
1.1.106	Centro Escolar EB1/J1 Miosóti	POR Norte - ON2	0	702.660	0	702,660	0	0	0	702,660
1.1.107	Qualificação Circuito da Boavista para Grau 2 da FIA	PIT	0	150.786	279.146	429,932	0	0	0	429,932
1.1.108	Centro Escolar EB1/J1 Bom Pastor	POR Norte - ON2	3.429.734	884.155	0	884,155	19.247	30.502	49.749	834,405
1.1.109	Centro Escolar EB1/J1 Campinas	POR Norte - ON2	5.793.538	966.595	0	966,595	23.477	29.628	53.105	913,490
1.1.110	Expropriações para a Ponte do Infante	Metro do Porto	0	0	0	0	0	0	0	0
1.1.111	Teatro Campo Alegre, Pavilhão da Água e Planetário	FCD	0	0	3.562.572	3,562,572	0	0	0	3,562,572
1.1.112	Criação de Centro Interpretativo: Infante D.Henrique e os Novos Mundos	POR Norte - ON2	0	0	9.902	9,902	0	0	0	9,902
			<b>329.473.826</b>	<b>191.647.997</b>	<b>4.764.608</b>	<b>196.412.605</b>	<b>37.941.143</b>	<b>4.971.469</b>	<b>42.912.611</b>	<b>153.499.993</b>
<b>1.2</b>	<b>Equipamento Básico</b>									
1.2.1	Museu da Cidade do Porto e Qualificação das Reservas	ProMuseus	15.521	9.907	0	9.907	9.907	0	9.907	0
1.2.3	SAMA (Simplex Autárquico)	POR Norte - ON2	2.810.156	732.734	0	732,734	369.526	67.032	436.558	296,176
1.2.4	Aquisição de Equipamentos Individuais BSB	POR Norte - ON2	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2.5	Crescer Interativo	POR Norte - ON2	22.050.441	126.907	0	126,907	27.475	16.818	44.293	82,614
1.2.6	Plano de Promoção de Acessibilidade para todos na Cidade do Porto	POPH	138.187	23.369	0	23,369	10.558	4.667	15.225	8,143
1.2.7	Portal do Turismo	POR Norte - ON2	165.485	146.319	383.591	529,910	76.431	40.942	117.373	412,536
1.2.8	Aquisição de uma Viatura Urbana de Combate a Incêndios	POVT	240.828	178.112	0	178,112	12.717	12.717	25.435	152,677
1.2.9	Histórias à lupa: ser criança	Fundação Calouste Gulbenkian	1.702	0	1.615	1,615	0	352	352	1,262
1.2.10	Europe Direct - Centros de Informação Europeia	Comissão Europeia	2.621	0	1.234	1,234	0	206	206	1,028
1.2.11	Cap@cidade - Inovar para o cidadão	POFC	61.862	0	51.139	51,139	0	8.524	8.524	42,615
1.2.12	Cid@ta - informação para todos	POFC	51.720	0	35.170	35,170	0	6.519	6.519	28,651
1.2.13	Valorização e Gestão do Centro Histórico do Porto	POR Norte - ON2	55.265	0	8.662	8,662	0	7.540	7.540	1,122
			<b>25.593.788</b>	<b>1.217.347</b>	<b>481.411</b>	<b>1.698.757</b>	<b>506.614</b>	<b>165.317</b>	<b>671.932</b>	<b>1.026.826</b>
<b>1.3</b>	<b>Equipamento Transporte</b>									
<b>1.4</b>	<b>Ferramentas e utensílios</b>									
<b>1.5</b>	<b>Equipamento Administrativo</b>									
1.5.1	SUDOE WAT - "WATER and TERRITORIES"	INTERREG IV	63.566	2.190	36.831	39,021	2.189	6.357	8.547	30,474
			<b>63.566</b>	<b>2.190</b>	<b>36.831</b>	<b>39.021</b>	<b>2.189</b>	<b>6.357</b>	<b>8.547</b>	<b>30.474</b>
<b>1.6</b>	<b>Outras imobilizações corpóreas</b>									
1.6.1.	Civitas	Fundo Social Europeu	245.519	20.559	96.483	117,042	3.142	6.846	9.988	107,055
			<b>245.519</b>	<b>20.559</b>	<b>96.483</b>	<b>117.042</b>	<b>3.142</b>	<b>6.846</b>	<b>9.988</b>	<b>107.055</b>

## A.1 - Proveitos diferidos

Ano: 2014

Cód.	Rubricas (1)	Financiamento (2)	Valor de Aquisição (3)	Valor do subsídio recebido			Transferência para Proveitos			Saldo da conta 2745 (10) = (6) - (9)
				Anos anteriores (4)	Exercício (5)	Total (6) = (4)+(5)	Anos anteriores (7)	Exercício (8)	Total (9) = (7) + (8)	
<b>2</b>	<b>Bens de Domínio Público</b>									
<b>2.1</b>	<b>Edifício e outras construções</b>									
2.1.1	Projecto Urban Rehabilitation Porto	Mercado Financ. Espaço Económico Europeu (EEE)	50.403.106	41.404.496	0	41.404.496	17.408.140	1.740.814	19.148.954	22.255.542
2.1.2	Valorização e Requalificação na Frente Marítima da Foz do Douro	POR Norte - ON2	0	0	169.244	169.244	0	0	0	169.244
<b>2.2</b>	<b>Património histórico artístico e cultural</b>									
<b>2.3</b>	<b>Outros bens de domínio público</b>									
			<b>50.403.106</b>	<b>41.404.496</b>	<b>169.244</b>	<b>41.573.741</b>	<b>17.408.140</b>	<b>1.740.814</b>	<b>19.148.954</b>	<b>22.424.786</b>
<b>3</b>	<b>Investimentos Financeiros</b>									
<b>3.1</b>	<b>Habitação social</b>									
<b>4</b>	<b>Imobilizado Incorpóreo</b>									
<b>4.1</b>	<b>Despesas de instalação</b>									
<b>4.2</b>	<b>Despesas de invest. e desenvolvimento</b>									
4.2.1	Estudo caract. sócio-econó. população residente hab.municipal	IORU	60.423	60.423	0	60.423	60.423	0	60.423	0
			<b>60.423</b>	<b>60.423</b>	<b>0</b>	<b>60.423</b>	<b>60.423</b>	<b>0</b>	<b>60.423</b>	<b>0</b>
	<b>Total dos subsídios para investimento</b>		<b>405.840.229</b>	<b>234.353.012</b>	<b>5.548.577</b>	<b>239.901.589</b>	<b>55.921.651</b>	<b>6.890.804</b>	<b>62.812.455</b>	<b>177.089.134</b>



A.2 - Dívida a médio e longo prazo para 2014

Data do Contrato do Empréstimo	Finalidade	Entidade Credora	Capital		Capital em dívida em 31/12/2013	2014		Capital em dívida a 31-12-2014		
			Contratado	Utilizado até 2013		Utilização	Amortização	Total	Curto prazo	Médio e longo prazo
					€					
18-12-95	Projeto Porto Estradas	B.E.I	11.222.953	11.222.953	1.726.608	0	863.304	863.304	863.304	0
10-04-00	Financ. Diversos Investimentos	B.P.I	24.939.895	24.939.895	3.325.319	0	1.662.660	1.662.660	1.662.660	0
07-06-13	Proj. EB Paulo Gama; Consolid. Fontainhas; Requal. Av. Boavista-fases I e II	Santander Totta	3.000.000	2.316.822	2.316.822	483.562	0	2.800.384	0	2.800.384
<b>Empréstimos contraídos para execução de diversos investimentos</b>			<b>39.162.848</b>	<b>38.479.669</b>	<b>7.368.749</b>	<b>483.562</b>	<b>2.525.964</b>	<b>5.326.347</b>	<b>2.525.963</b>	<b>2.800.384</b>
19-12-06	Recuperação 1109 fogos Prohabita	BPI	4.827.188	4.827.188	3.380.289	0	248.980	3.131.309	250.000	2.881.309
23-02-09	Recuperação 846 fogos Prohabita	BPI	4.832.091	4.722.306	4.210.625	0	264.124	3.946.501	265.000	3.681.501
02-06-11	Recuperação 200 fogos Prohabita	IHRU	1.028.329	958.461	940.209	0	36.709	903.500	38.000	865.500
02-08-10	Reabilitação de Bairros Municipais	Caixanova	7.800.000	7.273.267	6.869.196	0	404.070	6.465.126	404.071	6.061.055
17-11-11	Recuperação 4700 fogos Prohabita	IHRU	5.997.172	4.431.610	4.431.610	564.379	0	4.995.989	399.000	4.596.989
<b>Empréstimos contraídos para execução de programas de reabilitação urbana de bairros sociais</b>			<b>24.484.780</b>	<b>22.212.833</b>	<b>19.831.929</b>	<b>564.379</b>	<b>953.883</b>	<b>19.442.425</b>	<b>1.356.071</b>	<b>18.086.354</b>
06-12-01	EURO 2004 - 1	Dexia	15.000.000	15.000.000	8.460.735	0	884.045	7.576.690	928.800	6.647.890
03-12-02	EURO 2004 - 2	Dexia	15.000.000	15.000.000	9.584.026	0	761.974	8.822.052	800.073	8.021.979
<b>Empréstimos contraídos em 2002 para construção e reabilitação de infra-estruturas no âmbito do EURO 2004</b>			<b>30.000.000</b>	<b>30.000.000</b>	<b>18.044.760</b>	<b>0</b>	<b>1.646.019</b>	<b>16.398.742</b>	<b>1.728.873</b>	<b>14.669.869</b>
13-07-04	EURO 2004 - 3	BBVA	12.000.000	12.000.000	7.764.706	0	705.882	7.058.823	705.883	6.352.940
14-12-04	TÚNEL 1	BBVA	9.700.000	9.700.000	6.561.765	0	570.588	5.991.176	570.589	5.420.587
<b>Empréstimos contraídos em 2004 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>			<b>21.700.000</b>	<b>21.700.000</b>	<b>14.326.471</b>	<b>0</b>	<b>1.276.471</b>	<b>13.050.000</b>	<b>1.276.472</b>	<b>11.773.528</b>
30-12-99	Fin. Projetos QCA II	C.G.D	4.337.946	4.337.946	385.411	0	385.411	0	0	0
<b>Empréstimos contraídos até 2001 para execução de projetos participados por fundos comunitários</b>			<b>4.337.946</b>	<b>4.337.946</b>	<b>385.411</b>	<b>0</b>	<b>385.411</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
03-09-98	Const. 24 Fogos Choupos	B.E.S.	390.409	390.409	185.216	0	14.394	170.822	14.840	155.982
08-09-98	Const. 84 Fogos Condominhas	C.G.D	1.379.550	1.379.550	392.781	0	33.622	359.159	34.000	325.159
03-05-99	Const. 174 Fogos Falcão	B.P.I.	3.154.897	3.135.170	1.146.893	0	163.168	983.725	165.000	818.725
30-12-99	Const. 254 Fogos - Viso	B.P.I.	4.849.727	4.733.360	2.190.824	0	242.987	1.947.837	245.000	1.702.837
10-04-00	Const. 156 Fogos - Antas	B.P.I.	2.541.380	2.503.307	1.175.923	0	130.250	1.045.673	132.000	913.673
20-09-00	Const. 128 Fogos - Ilhéu	C.G.D	2.753.923	2.738.558	1.218.934	0	152.043	1.066.891	153.000	913.891
04-06-87	Const. 48 Fogos - Mouteira	I.N.H.	662.738	655.500	33.631	0	33.631	0	0	0
02-01-89	Const. 88 Fogos - Cerco Porto	I.N.H.	1.182.221	1.121.407	350.565	0	99.289	251.276	102.000	149.276
08-10-93	Const. 400 Fogos - Sta. Luzia	C.G.D	9.608.984	9.608.984	3.671.633	0	512.810	3.158.823	518.000	2.640.823
16-08-95	Const. 250 Fogos Sta. Luzia	C.G.D	7.370.080	7.370.080	3.191.814	0	365.101	2.826.712	369.000	2.457.712
16-10-01	Const. 28 Fogos Fontinha	C.G.D	549.985	549.985	310.384	0	22.634	287.750	25.000	262.750
29-10-01	Const. 40 fogos na Trav. de Salgueiros	C.G.D	827.122	109.980	72.848	0	5.308	67.540	6.000	61.540
26-11-01	Const. 53 fogos no Monte S. João	C.G.D	1.062.454	1.062.455	660.136	0	48.101	612.035	49.000	563.035
26-11-01	Const. 21 fogos nas Fontainhas	C.G.D	957.408	198.045	131.181	0	9.559	121.623	10.000	111.623
<b>Empréstimos contraídos até 2001, no âmbito do Programa Especial de Realojamento</b>			<b>37.290.878</b>	<b>35.556.790</b>	<b>14.732.765</b>	<b>0</b>	<b>1.832.898</b>	<b>12.899.867</b>	<b>1.822.840</b>	<b>11.077.027</b>
03-12-02	Habitação Social	Dexia	14.900.000	14.900.000	8.763.238	0	794.739	7.968.499	834.500	7.133.999
<b>Empréstimos contraídos até 2002, para aquisição, construção ou recuperação de imóveis destinados à Habitação Social</b>			<b>14.900.000</b>	<b>14.900.000</b>	<b>8.763.238</b>	<b>0</b>	<b>794.739</b>	<b>7.968.499</b>	<b>834.500</b>	<b>7.133.999</b>
20-09-01	Prejuízos resultantes das Intempéries	Caixavigo	14.465.139	14.465.139	6.807.124	0	850.891	5.956.234	850.891	5.105.343
<b>Empréstimos contraídos até 2002, no âmbito de linhas de crédito para apoio à reparação dos danos causados pelas Intempéries no Inverno 2000/2001</b>			<b>14.465.139</b>	<b>14.465.139</b>	<b>6.807.124</b>	<b>0</b>	<b>850.891</b>	<b>5.956.234</b>	<b>850.891</b>	<b>5.105.343</b>
<b>Total da Dívida de médio longo prazo sem Leasing</b>			<b>186.341.590</b>	<b>181.652.376</b>	<b>90.260.447</b>	<b>1.047.940</b>	<b>10.266.274</b>	<b>81.042.113</b>	<b>10.395.610</b>	<b>70.646.502</b>
29-07-99	Aquisição do edifício dos CTT	Caixaleasing	12.755.435	12.746.705	6.832.876	0	588.205	6.244.672	595.000	5.649.672
<b>Contratos de Locação Financeira</b>			<b>12.755.435</b>	<b>12.746.705</b>	<b>6.832.876</b>	<b>0</b>	<b>588.205</b>	<b>6.244.672</b>	<b>595.000</b>	<b>5.649.672</b>
<b>Total da Dívida de médio longo prazo com Leasing</b>			<b>199.097.025</b>	<b>194.399.081</b>	<b>97.093.323</b>	<b>1.047.940</b>	<b>10.854.479</b>	<b>87.286.785</b>	<b>10.990.610</b>	<b>76.296.174</b>



A.3 - Investimentos executados pela GOP, EM

Designação dos Empreendimentos	Pago 2014
	€
<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	
<b>SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>	
<b>Administração Geral</b>	
Remodelação das oficinas DMPCASU	22.640
<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	
<b>EDUCAÇÃO</b>	
<b>Ensino Não Superior</b>	
Jl Massarelos	658
Escola Sr <sup>a</sup> de Campanhã	6.058
Centro Educativo de Nevogilde	3.657
EB Paulo da Gama	10.028
Horta Comunitária em Campanhã	4.998
<b>SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL</b>	
<b>Ação Social</b>	
Centro Municipal de Ope. Emerg. Proteção Civil no Porto	45.006
<b>SERVIÇOS COLETIVOS E HABITAÇÃO</b>	
<b>Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza</b>	
Consolidação das Fontainhas-Secção 5.2	466.462
Consolidação das Fontainhas-Secção 3.1 e 5.3	128.166
Consolidação da Escarpa do Palácio de Cristal	89.361
Intervenções em Escarpas	5.141
Intervenções em Parques e Jardins	179.006
Intervenções paisagísticas em arruamentos	6.891
<b>SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS</b>	
<b>Cultura</b>	
Intervenções em espaços e equipamentos culturais	34.527
<b>Desporto, Recreio e Lazer</b>	
Intervenções em equipamentos desportivos	133.442
<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	
<b>TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES</b>	
<b>Transportes Rodoviários</b>	
Requalificação da Rua de Mouzinho da Silveira e Rua das Flores	328.024
Túnel da Ribeira	429.745
Proteção e Segurança Rodoviária	76.851
Atrav. dos Bairros Novo da Pasteleira e Pinheiro Torres	13.710
Viaduto das Fontainhas	6.668
Ligação à Prelada sobre a VCI (1 <sup>a</sup> fase)	3.444
Requalificação da Av. da Boavista - Fase I e II	345.806
Requalificação da Av. da Boavista - Fase III, IV, V e VI	1.130.943
Arranjo Urbanístico junto à Sé do Porto	100.965
Requalificação da Rua das Oliveiras	19.315
Travessa da Costibela	66.719
Requalificação da Rua Chã	41.589
Rua Tomás Ribeiro	37.198
Rua Hernani Monteiro	25.894
Avenida Antunes Guimarães	454.466
Avenida Sidónio Pais	132.604
Obras de Manu. nos Viadutos de Tangêr, Domingos Sequeira, Pedro Hispano, e Paula Vicente	652
Siloauto	4.500
Intervenções em Arruamentos	429.945
<b>Total</b>	<b>4.785.079</b>



#### A.4 - Investimentos executados pela DomusSocial, EM

Designação	Pago 2014 €
<b>1 COESÃO SOCIAL</b>	
1.1 Solidariedade Social	217.351
1.2 Habitação Social	
Habitação Social	1.549.735
Habitação Social - Reabilitar/Arrendar	739.874
<b>5 URBANISMO E REABILITAÇÃO URBANA</b>	
5.1 Reabilitação/ Requalificação Urbana	408.128
<b>6 EDUCAÇÃO</b>	
6.1 Promover e fomentar a educação	1.096.504
<b>13 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA</b>	
13.1 Funcionamento dos serviços	785.260
<b>Total</b>	<b>4.796.852</b>



**Declarações**



## DECLARAÇÃO

Pedro Manuel Martins dos Santos, Diretor Municipal de Finanças e Património do Município do Porto, no exercício das competências que lhe foram delegadas (OS I/196361/13/CMP), declara, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 15º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que todos os compromissos plurianuais existentes em 31 de dezembro de 2014 se encontram devidamente registados no Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), pelos seguintes montantes globais:

valores em €

Ano	Montante
2015	32.725.196,57
2016	9.327.464,82
2017	5.473.706,65
Seguintes	29.878,80

E por ser verdade, passei esta declaração, que vai por mim assinada e autenticada com selo branco de uso nestes serviços.

Porto, 09 de abril de 2015.

O Diretor Municipal de Finanças e Património



Pedro Santos



## DECLARAÇÃO

Pedro Manuel Martins dos Santos, Diretor Municipal de Finanças e Património do Município do Porto, no exercício das competências que lhe foram delegadas (OS I/196361/13/CMP), declara, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, que o Município do Porto não tem quaisquer dívidas a fornecedores em atraso, à data de 31 de dezembro de 2014.

E por ser verdade, passei esta declaração, que vai por mim assinada e autenticada com selo branco de uso nestes serviços.

Porto, 09 de abril de 2015.

O Diretor Municipal de Finanças e Património



Pedro Santos

I/64873/15/CMP  
/AC



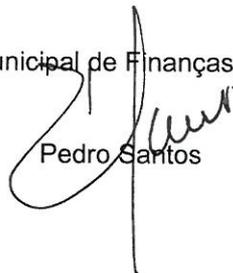
## DECLARAÇÃO

Pedro Manuel Martins dos Santos, Diretor Municipal de Finanças e Património do Município do Porto, no exercício das competências que lhe foram delegadas (OS I/196361/13/CMP), declara, nos termos da alínea b) do nº 1 do art.º 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, que os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2014 são os constantes da listagem anexa.

E por ser verdade, passei esta declaração, que vai por mim assinada e autenticada com selo branco de uso nestes serviços.

Porto, 09 de abril de 2015.

O Diretor Municipal de Finanças e Património



Pedro Santos

I/64836/15/CMP  
/AC



Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2014 (art. 15.º, n.º1, b))

Entidade: Câmara Municipal do Porto

Serviço: Direcção Municipal de Finanças e Património

Classificação Económica	Cliente / Devedor		Descrição	Montante	Saldos aplicáveis pelo atraso no pagamento	Valores em €
	NIF	Designação				
0202060204						
0202060304						
0202060307						
0202060309						
0202060501						
0202060504						
0202060505						
0202060917	600084914	Direcção Geral do Património Cultural				
0202060917	600010180	Estado-Maior-General das Forças Armadas (Hospital das Forças Armadas - Pólo Porto)				
0401230204						
0401230206						
0401230304						
0401230306						
051001						
070103						
07019999						
07019999						
07020101	508177618	RE-Source Portuguesa Desmontagem e Reciclagem de Veículos Fim de Vida,S.A.				
0702090403	600084892	Cientes diversos				
0702090403	600084914	Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas				
0702090403		Direcção Geral do Património Cultural				
07020905		Cientes diversos				
07020907		Cientes diversos				
07029903		Cientes diversos				
07029903	600054110	Serviços de Acção Social do Instituto Politécnico do Porto - SASIPP				
07029903	600021610	Estado Maior do Exército				
07030102	503437425	PORTO CARLTON - Sociedade de Construção e Exploração Hoteleira S.A.				
07030202		Cientes diversos				
07030202	503693596	Hard Club - Turismo de Animação Cultural Lda.				
0801999999		Cientes diversos				
0202060102		Devedores em Execução Fiscal				
0202060103		Cientes diversos				
0202060201		Devedores em Execução Fiscal				
0202060202		Devedores em Execução Fiscal				
0202060203		Devedores em Execução Fiscal				
0202060204		Devedores em Execução Fiscal				
0202060207		Devedores em Execução Fiscal				
0202060209		Devedores em Execução Fiscal				
0202060301		Devedores em Execução Fiscal				
0202060302		Devedores em Execução Fiscal				
0202060303		Devedores em Execução Fiscal				
0202060304		Cientes diversos/Devedores em Execução Fiscal				
0202060305		Devedores em Execução Fiscal				
0202060306		Devedores em Execução Fiscal				
0202060308		Devedores em Execução Fiscal				
0202060309		Devedores em Execução Fiscal				
0202060501		Devedores em Execução Fiscal				

Handwritten signature or mark.

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2014 (art. 15.º, n.º1, b))

Entidade: Câmara Municipal do Porto

Serviço: Direção Municipal de Finanças e Património

Classificação Económica	Cliente / Devedor		Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento	Valores em €
	NIF	Designação				
0202060502		Devedores em Execução Fiscal	Publicidade corrida	755,87	Juros de Mora e Custas	
0202060503		Devedores em Execução Fiscal	Publicidade móvel	24.070,72	Juros de Mora e Custas	
0202060504		Devedores em Execução Fiscal	Palmeiras e bandeirolas	65.724,90	Juros de Mora e Custas	
0202060505		Devedores em Execução Fiscal	Diversas	354.608,74	Juros de Mora e Custas	
0202069901		Devedores em Execução Fiscal	Taxa municipal de direitos de passagem	426,35	Juros de Mora e Custas	
0202069902		Devedores em Execução Fiscal	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	383,67	Juros de Mora e Custas	
0202069905		Devedores em Execução Fiscal	Emolumentos e taxas de secretaria	1.773,37	Juros de Mora e Custas	
0202069910		Devedores em Execução Fiscal	Passagens averb., registos alvarás estab. diversos	650.306,00	Juros de Mora e Custas	
0202069911		Devedores em Execução Fiscal	Aferição conf. pesos medidas aparelh. Medição	29.734,86	Juros de Mora e Custas	
0202069918		Devedores em Execução Fiscal	Licencia. ativi. diversas - expl. máq. diversão	11.450,98	Juros de Mora e Custas	
0202069919		Devedores em Execução Fiscal	Licenciamento de atividades diversas	1.130,49	Juros de Mora e Custas	
0202069999		Devedores em Execução Fiscal	Outros	41.262,19	Juros de Mora e Custas	
0401230102		Devedores em Execução Fiscal	Inscrições e emissões de cartões	163,41	Juros de Mora e Custas	
0401230103		Clientes Diversos	Mercados e Feiras - Ocupação e utilização de locais	19.436,24	Juros de Mora e Custas	
0401230203		Devedores em Execução Fiscal	Loteamentos e obras - Licenças / autorizações de construção	254,37	Juros de Mora e Custas	
0401230204		Devedores de Execuções Fiscais	Loteamentos e obras - Propried. Horizton. Licenças / autoriza. utilização	492,52	Juros de Mora e Custas	
0401230205		Devedores em Execução Fiscal	Loteamentos e obras - Vistorias	307,24	Juros de Mora e Custas	
0401230301		Devedores em Execução Fiscal	Loteamentos e obras - Resguardos ou tapumes	4.739,00	Juros de Mora e Custas	
0401230302		Devedores em Execução Fiscal	Ocupação da via pública - Resguardos ou tapumes	7.950,12	Juros de Mora e Custas	
0401230303		Devedores em Execução Fiscal	Ocupação da via pública - Ocupação do espaço aéreo	1.481,70	Juros de Mora e Custas	
0401230304		Devedores em Execução Fiscal	Ocupação da via pública - Construção ou inst. especial. no solo e subsolo	10.647,69	Juros de Mora e Custas	
0401230305		Devedores em Execução Fiscal	Ocupação da via pública - Ocupação diversa do solo ou subsolo	112.305,28	Juros de Mora e Custas	
0401230307		Devedores em Execução Fiscal	Ocupação da via pública - Rampas fixas	27.649,06	Juros de Mora e Custas	
0401230308		Devedores em Execução Fiscal	Ocupação da via pública - Parques privados	20,52	Juros de Mora e Custas	
0401239903		Devedores em Execução Fiscal	Emolumentos e taxas de secretaria	801,68	Juros de Mora e Custas	
0401239903		Devedores em Execução Fiscal	Licenciamento atividades diversas - Expl. máq. diversão	3.749,04	Juros de Mora e Custas	
0401239911		Devedores em Execução Fiscal	Licenciamento de atividades diversas - Diversas	187,96	Juros de Mora e Custas	
0401239912		Devedores em Execução Fiscal	Taxas específicas das autarquias - Outras	1.313,16	Juros de Mora e Custas	
0401239999		Devedor em Execução Fiscal	Juros de mora	73,09	Juros de Mora e Custas	
040201		Clientes Diversos	Multas e penalidades diversas	31,12	Juros de Mora e Custas	
040204		Devedores em Execução Fiscal	Outras	412.500,00	Juros de Mora e Custas	
050799	507718666	CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EE	Rendas - Terrenos	971.955,02	Juros de Mora e Custas	
051001		Devedores em Execução Fiscal	Urban II	102.570,20	Não aplicável	
06030603	600003957	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional	Venda de Bens não Duradouros	470,00	Juros de Mora e Custas	
0701		Devedores em Execuções Fiscais	Venda de Bens - Outros	1.323,11	Juros de Mora e Custas	
07019999		Devedores em Execuções Fiscais	Prestação de Serviços - Diversos	403.626,17	Juros de Mora e Custas	
0702		Devedores em Execuções Fiscais	Prestação de Serviços - Diversos	14.716,29	Juros de Mora e Custas	
0702		Clientes Diversos	Aluguer de Espaços	7.725,69	Juros de Mora e Custas	
07020101		Devedores em Execução Fiscal	Escolas	264.586,21	Não aplicável	
07020701		Clientes diversos	Alimentação e alojamento - Escolas	243.467,49	Juros de Mora e Custas	
07020701		Devedores em Execução Fiscal	Resíduos sólidos	3.290.078,10	Juros de Mora e Custas	
07020902		Devedores em Execução Fiscal	Trabalhos por conta de particulares - Diversas	162.799,23	Juros de Mora e Custas	
0702090403		Devedores em Execução Fiscal	Mercados e feiras	25.859,63	Juros de Mora e Custas	
07020906		Devedores em Execução Fiscal	Aluguer de plantas ornamentais	780,80	Juros de Mora e Custas	
0702099901		Devedores em Execução Fiscal	Serviços Específicos das Autarquias - Outros	2.835,56	Juros de Mora e Custas	
0702099999		Devedores em Execução Fiscal	Serviços - Outros	51.229,57	Juros de Mora e Custas	
07029999		Devedores em Execuções Fiscais	Rendas	10.476,96	Juros de Mora e Custas	
0703		Clientes Diversos	Rendas	137.883,31	Juros de Mora e Custas	
0703						

12

Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2014 (art. 15.º, n.º1, b))

Entidade: Câmara Municipal do Porto

Serviço: Direção Municipal de Finanças e Património

Classificação Económica	Cliente / Devedor		Descrição	Montante	Sanções aplicáveis pelo atraso no pagamento	Valores em €
	NIF	Designação				
07030101	505037700	Devedor em Execução Fiscal	Bairros Municipais	1.522.305,24	Juros de Mora e Custas	
07030101		CMPH - DomusSocial - Emp.Hab.e Manut.do Município	Bairros Municipais	100.000,00	Não aplicável	
07030102		Devedores em Execução Fiscal	Rendas - Outras habitações	333.923,27	Juros de Mora e Custas	
07030202		Devedor em Execução Fiscal	Rendas - Diversos estabelecimentos	28.353,92	Juros de Mora e Custas	
07039901		Devedores em Execução Fiscal	Aluguer de materiais e outros bens	12.706,95	Juros de Mora e Custas	
0801999999	501483039	Devedores em Execução Fiscal	Outras receitas correntes - Outras	30.669,41	Juros de Mora e Custas	
0801999999	503619752	Acida - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Outras	31.701,34	Não aplicável	
0801999999	503335401	Fundação para o Desenvolvimento Social do Porto	Outras	556,06	Não aplicável	
0801999999	504598686	Fundação Portuguesa "A Comunidade Contra a Sida"	Outras	116,10	Não aplicável	
0801999999	504598686	EP - Estradas de Portugal, S.A.	Outras	108.783,87	Não aplicável	
0801999999	500185247	Marques & Ribeiros, Lda.	Outras	5.897,03	Não aplicável	
0801999999	507718640	CMPH-Porto Lazer - Emp. de Desporto e Lazer do Mun	Outras	205,34	Não aplicável	
0801999999	503278602	CMPEA - Empresa de Águas do Município do Porto, EE	Outras	5.695,41	Não aplicável	
0801999999	508576849	Invictambiente - Recolha de Resíduos e Limpeza Púb	Outras	28.174,15	Não aplicável	
0801999999	506538575	Município de S. João da Madeira	Outras	11.628,42	Não aplicável	
09010199	505396521	IMOSA- Imobiliária, Lda	Outras	136.800,00	Não aplicável	
09021001		Devedores em Execução Fiscal	Venda de bens de investimento - Bairros municipais	21.408,30	Juros de Mora e Custas	
09030101	503437425	Devedores em Execução Fiscal	Venda de bens de investimento - Lojas para serviços	47.345,53	Juros de Mora e Custas	
09030102		PORTO CARLTON - Sociedade de Construção e Exploração Hoteleira S.A.	Outros	1.005.000,00	Não aplicável	
09030102	503735388	Adriano Almeida Martins, Lda.	Outros	21.650,00	Não aplicável	
10010201	503278602	Metro do Porto, SA	Metro do Porto, S.A.	59.518,11	Não aplicável	
10010299	504349376	Porto 2001, S.A.	Outros	17.388,09	Não aplicável	
150101	505037238	Devedores em Execução Fiscal	Reposições não abatidas nos pagamentos	19.169,57	Juros de Mora e Custas	
150101		Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal de P	Reposições não abatidas nos pagamentos	283.882,96	Não aplicável	
150101	505037700	CMPH - DomusSocial - Emp.Hab.e Manut.do Município	Reposições não abatidas nos pagamentos	1.456.552,30	Não aplicável	
diversas		Outras Receitas Correntes e de Capital	Outras dívidas de terceiros	70.662,21	Não aplicável	



**Inventário dos bens, direitos e  
obrigações patrimoniais e a  
respetiva avaliação**



## Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação

O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, correspondem a cerca de 7 mil páginas, está suportado em 120 pastas A4 e a documentação que suporta a titularidade dos imóveis municipais é composta por aproximadamente 8 mil processos, pelo que se apresenta o presente anexo, sem prejuízo da disponibilidade dos serviços municipais para o auxílio na consulta dos respetivos processos.

Universo do Sistema de Inventário e Cadastro <sup>1</sup>

<b>Tipo de Módulo</b>	<b>Nº Total de Bens</b>	<b>Bens Abatidos</b>	<b>Bens Ativos</b>
Bens Móveis	180.931	13.645	167.286
Viaturas <sup>2</sup>	709	388	321
Livros e Documentos <sup>3</sup>	297		297
Imóveis	46.452	2.729	43.723
Imobilizado Incorpóreo	98	1	97
Partes de capital	27	5	22
Títulos	8	4	4
<b>Total</b>	<b>228.522</b>	<b>16.772</b>	<b>211.750</b>

(SIC, informação à data de 31/12/2014)

<sup>1</sup> Por tipo de ficha de cadastro e quantidades

<sup>2</sup> Equipamento de transporte (carros, motociclos, camiões, tratores, entre outro)

<sup>3</sup> Não inclui desdobramento individual por livro ou documento

O inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação encontra-se registado no Sistema de Inventário e Cadastro (SIC) do Município do Porto e é composto por 211.750 bens ativos.

Organização do Inventário e Cadastro por designação

<b>Designação no Inventário</b>	<b>Nº de páginas</b>	<b>Nº de bens</b>
Capital Arbóreo	1	4
Capital	2	22
Edifícios	870	26.058
Incorpóreos	4	97
Infraestruturas - Rede de Águas	1	4
Infraestruturas - Rede Viária	69	2.036
Livros-Publicações-Documentos	11	297
Móveis	5.569	167.048
Outras Construções	12	314
Outras Infraestruturas	4	78
Património Histórico e Cultural	9	238
Terrenos e Recursos Naturais	509	15.229
Títulos Financeiro	1	4
Viaturas	12	321
<b>Total</b>	<b>7.074</b>	<b>211.750</b>

No âmbito da prestação de contas serão remetidos ao Tribunal de Contas os mapas síntese detalhados (modelo F4) e respetivas fichas de amortização por classificação patrimonial.

#### Organização do Inventário e Cadastro por classificação

Classificação Patrimonial	Nº de páginas	Nº de bens
4112 Empresas municipais e intermunicipais	1	5
41131 Sociedade anónima	1	9
41141 Associação s\ fins lucrativos c\ utilidade pública	1	1
41142 Associação s\ fins lucrativos s\ utilidade pública	1	1
41151 Fundações s\ fins lucrativos c\ utilidade pública	1	4
41152 Fundações s\ fins lucrativos s\ utilidade pública	1	1
4154 Unidades de participação	1	4
421 Terrenos e recursos naturais	484	13.976
4221 Edifícios e outras construções - Edifícios	809	25.541
4222 Ed. e out. construções - Outras construções	11	299
4231 Equipamento básico - Software	12	331
4239 Equipamento básico - Outros	2.451	71.057
425 Ferramentas e utensílios	75	2.139
4261 Equipamento administrativo - Software	20	563
4269 Equipamento administrativo - Outros	2.404	69.698
427 Taras e Vasilhame	1	4
429 Outras imobilizações corpóreas	82	2.339
424 Equipamento de transporte	10	254
432 Despesas de investigação e de desenvolvimento	1	4
433 Propriedade industrial e outros direitos	4	93
451 Terrenos e recursos naturais	3	49
452 Edifícios	1	9
453 Outras construções e infraestruturas	143	4.126
455 Bens de património histórico, artístico e cultural	541	15.664
459 Outros bens de domínio público	1	12
<b>Total</b>	<b>7.060</b>	<b>206.183</b>

A avaliação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais está expressa no valor inscrito no balanço.

Relativamente aos terrenos e recursos naturais e aos bens de domínio público, rubricas 421 e 45, respetivamente, do balanço, o processo de avaliação vem sendo efetuado desde 2005.

A conclusão da incorporação desses bens no inventário municipal é de difícil previsão pela complexidade de identificação e caracterização deste tipo de imóveis, alicerçado na inexistência de registos de inventário até 2000 (ano a partir do qual os municípios passaram a ser obrigados a possuírem um sistema de inventário).

## 421 - Terrenos e recursos naturais

<b>Ano</b>	<b>Valor incorporado</b>	<b>Parcelas</b>
2011	19.260.582	49
2012	14.365.226	245
2013	14.444.500	188
2014*	1.881.569	363
<b>Total</b>	<b>49.951.877</b>	<b>845</b>

*\*151 Parcelas ainda sem avaliação patrimonial*

Nos últimos quatro anos foram trabalhadas e cadastradas 845 parcelas de terrenos e recursos naturais, 363 das quais em 2014, correspondendo a um valor incorporado de 50 milhões de euros, não tendo sido ainda possível proceder à avaliação patrimonial de 151 destas parcelas.

Além das 151 parcelas ainda em avaliação patrimonial, as características das restantes justificam o baixo valor de incorporação ocorrido em 2014.



Bens do imobilizado que não foi  
possível valorizar





## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado
8422581	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua dos Castelos (Procº 751/1)	0,00	0,00
8422584	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Parque Infantil, no Bairro do Dr. Nuno Pinheiro Torres (Procº 2435/15)	09-04-1965	0,00
8422585	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Ringue Polidesportivo no Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres (Procº 2436/16)	09-04-1965	0,00
8422586	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Capela de Santa Ana, Bairro Dr. Nuno Pinheiro Torres (Procº 1709/5)	09-04-1965	0,00
8422598	301 07 99	Outros terrenos	Grupo de Moradias Populares do Carvalhido Bloco O (Procº 2418/O)	17-07-1957	0,00
8422602	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Polidesportivo da Lomba (Procº 2436/36)	14-02-1968	0,00
8422606	401 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de Angola, Lote Nº 7 do A.L. Nº 15/84 (Procº 1889/Única)	09-07-1990	0,00
8422618	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Ruas do Amial, 570 a 648, Telheira e Coronel Almeida Valente (Procº 1128/3)	23-12-1969	0,00
8422624	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua Felizardo Lima, Nº 337 (Procº 109/6)	0,00	0,00
8422791	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Ringue/Polidesportivo da Fonte da Moura, Rua de Luanda (Procº 2436/31)	09-07-1990	0,00
8422793	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Edifício 13 do Bairro do Largateiro (Procº 2404/13)	12-11-1970	0,00
8422794	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Construção do Edifício 12 do Bairro do Largateiro (Procº 2404/12)	12-11-1970	0,00
8422796	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Travessa das Condominhas, nº 103, Quinta das Condominhas (Procº 1576/2)	0,00	0,00
8422797	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Parque Infantil das Condominhas, Rua António José de Almeida (Procº 2435/36)	0,00	0,00
8422798	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Ringue/Polidesportivo, Rua António José de Almeida (Procº 2436/33)	0,00	0,00
8422805	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Coolela, nº 61 - Casas 1 a 8 (Procº 691/21)	0,00	0,00
8422807	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua Serpa Pinto nº227 e nºs 233 a 237 (Procº 691/1)	0,00	0,00
8422809	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua do Coolela (Procº 2593/Única)	0,00	0,00
8422818	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira Nº 201 (Procº 520/10)	0,00	0,00
8422819	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Conjunto Habitacional das Condominhas - Novo Bairro das Condominhas (Procº 2333/Comum)	0,00	0,00
8422827	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de Gomes Leal, Nº 107/111 (Procº 641/52)	0,00	0,00
8422832	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira (Procº 189/I)	0,00	0,00
8422833	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira, Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 20 (Procº 2394/20)	0,00	0,00
8422834	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira, Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 21 (Procº 2394/21)	0,00	0,00



## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado
8422835	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira, Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 22 (Procº 2394/22)	0,00	0,00
8422837	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua João Rodrigues Cabrilho (Procº 189/3)	0,00	0,00
8422838	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua João Rodrigues Cabrilho, Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 2 - (Procº 2394/2)	0,00	0,00
8422839	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 3 - Rua Afonso de Aveiro, 10(Procº 2394/3)	0,00	0,00
8422842	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Construção do Edifício 12 do Bairro do Largateiro (Procº 2404/12)	26-12-1969	0,00
8422843	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Construção do Edifício 12 do Bairro do Largateiro (Procº 2404/12)	26-12-1967	0,00
8422844	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Construção do Edifício 13 do Bairro do Largateiro (Procº 2404/13)	26-12-1969	0,00
8422846	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Bairro do Lordelo, com a construção de nove Pombais (Procº 2438/12)	11-08-1969	0,00
8422847	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Parque Infantil no Bairro de Lordelo, junto aos Blocos 14 e 15 (Procº 2435/14)	11-08-1969	0,00
8422848	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 15 (Procº 2387/15)	11-08-1969	0,00
8422853	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Construção do Edifício 13 do Bairro do Largateiro (Procº 2404/13)	17-08-1968	0,00
8422859	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Largo de Diogo Gomes, Parque Infantil no Bairro da Pasteleira (Procº 2435/16)	09-04-1951	0,00
8422860	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua Central do Viso (Procº 2518/1)	0,00	0,00
8422866	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Agra de Ramalde no Lugar do Viso (Procº 972/14)	0,00	0,00
8422870	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Agra de Ramalde no Lugar do Viso (Procº 972/16)	0,00	0,00
8422874	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Agra de Ramalde no Lugar do Viso (Procº 972/19)	0,00	0,00
8422879	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua D. João de castro, Praça D. João III e Rua de Gil Eanes (Procº 332/4)	0,00	0,00
8422883	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Lugar da Pasteleira (Procº 332/12)	0,00	0,00
8422885	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Lugar da Pasteleira (Procº 332/13)	0,00	0,00
8422887	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 1 - Rua João Rodrigues Cabrilho, 9/25/41/57/71 (Procº 2394/1)	0,00	0,00
8422891	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua Direita de Pereiró (Procº 972/2)	0,00	0,00
8422894	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Escola primária nº46, EB1 Pasteleira, Rua João Rodrigues Cabrilho (escola) - (Procº 1700/46)	09-04-1951	0,00
8422895	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Avenida Fernão de Magalhães e na Rua Rodrigues Semide (Procº 225/6)	0,00	0,00



## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado	
8422900	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de Rodrigues Semide e na Avenida Fernão de Magalhães (Procº 225/2)	0,00	0,00	
8422907	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua Rodrigues Semide e na Avenida Fernão de Magalhães (Procº 225/3)	0,00	0,00	
8422914	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Avenida Fernão de Magalhães e na Rua Rodrigues Semide (Procº 225/4)	0,00	0,00	
8422920	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Avenida Fernão de Magalhães e na Rua Rodrigues Semide (Procº 225/5)	0,00	0,00	
8422926	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de Costa Cabral, Nº 2320, Porto (Procº 225/1)	0,00	0,00	
8422931	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Travessa da Maceda (Procº 338/6)	0,00	0,00	
8422933	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Travessa da Maceda (Procº 338/8)	0,00	0,00	
8422937	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 4 - Rua Afonso de Aveiro, 40 (Procº 2394/4)	25-11-1957	0,00	0,00
8422938	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 5 - Rua Afonso de Aveiro, 70 (Procº 2394/5)	25-11-1957	0,00	0,00
8422939	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 6 - Rua Afonso de Aveiro, 100 (Procº 2394/6)	25-11-1957	0,00	0,00
8422940	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 7 - Rua Afonso de Aveiro, 79/93/109 e 73/85 (cave) (Procº 2394/7)	25-11-1957	0,00	0,00
8422941	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 8 - Rua Afonso de Aveiro, 3/17/31/45 (Procº 2394/8)	25-11-1957	0,00	0,00
8422942	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 9 - Rua Nicolau Coelho, 28 (Procº 2394/9)	25-11-1957	0,00	0,00
8422943	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 10 - Rua Nicolau Coelho, 25/37/47 (Procº 2394/10)	25-11-1957	0,00	0,00
8422944	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 11 - Rua Nicolau Coelho, 60 (Procº 2394/11)	25-11-1957	0,00	0,00
8422945	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 12 - Rua Nicolau Coelho, 73/87/101 e 65/67/69 (caves) (Procº 2394/12)	25-11-1957	0,00	0,00
8422946	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 13 - Rua Nicolau Coelho, 92 (Procº 2394/13)	25-11-1957	0,00	0,00
8422947	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Construção do Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 15 - Rua Nicolau Coelho, 124 (Procº 2394/15)	25-11-1957	0,00	0,00
8422948	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Habitações Sociais da Pasteleira - Bloco CA - Rua de Bartilomeu Velho, 261 (Procº 2330/CA)	25-11-1957	0,00	0,00
8422949	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Habitações Sociais da Pasteleira - Bloco CB - Rua de Bartilomeu Velho, 281 (Procº 2330/CB)	25-11-1957	0,00	0,00
8422950	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Habitações Sociais da Pasteleira - Bloco CC - Rua de Bartilomeu Velho, 301 (Procº 2330/CC)	25-11-1957	0,00	0,00



## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado
8422955	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 16, Largo Diogo Gomes, nº 96, 130, 138 e 140 (Procº 2394/16)	0,00	0,00
8422956	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 14, Rua de Nicolau Coelho, nº 121, 133 e 145 (Procº 2394/14)	0,00	0,00
8422957	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 24, Largo Diogo Gomes, nº 14, 28 e 42 (Procº 2394/24)	0,00	0,00
8422958	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 17, Rua de Luis Serrão Pimentel, nº 162 e 170 (Procº 2394/17)	0,00	0,00
8422959	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 18, Rua de Luis Serrão Pimentel, nº 140 (Procº 2394/18)	0,00	0,00
8422960	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 19, Rua de Luis Serrão Pimentel, nº 110 (Procº 2394/19)	0,00	0,00
8422961	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 23, Largo Diogo Gomes, nº 220, 230 e 240/211, 219, 215 e 217 (Procº 2394/23)	0,00	0,00
8422962	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 25, Rua António Mariz Carneiro, nº 112 e 116/120 e 124 (Procº 2394/25)	0,00	0,00
8422963	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 26, Rua António Mariz Carneiro, nº 38 e 84/92, 96 e 98 (Procº 2394/26)	0,00	0,00
8422964	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares da Pasteleira - Edifício 27, Rua António Mariz Carneiro, nº 58 e 62/66, 70 e 72 (Procº 2394/27)	0,00	0,00
8422965	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua do Pinheiro Grande (Procº 337/55)	0,00	0,00
8422966	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto Edifício 29 (Procº 2400/29)	0,00	0,00
8422967	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto Edifício 30 (Procº 2400/30)	0,00	0,00
8422968	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto Edifício 31 (Procº 2400/31)	0,00	0,00
8422969	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto Edifício 32 (Procº 2400/32)	0,00	0,00
8422971	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Escola Primária (nº23) EB1 da Fontinha - Rua Raúl Dória (escola) (Procº 1700/23)	0,00	0,00
8422972	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Travessa da Maceda (Procº 337/43)	0,00	0,00
8422974	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto Edifício 26 (Procº 2400/26)	0,00	0,00
8422975	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo de Moradias Populares do Cerco do Porto Edifício 27 (Procº 2400/27)	0,00	0,00
8422980	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo Habitacional do Ilhéu (Procº 2442/3)	0,00	0,00
8422981	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo Habitacional do Ilhéu (Procº 2442/2)	0,00	0,00
8422985	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Novo Bairro das Condominhas (Procº 2333/A2)	0,00	0,00
8422986	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Novos Blocos do Bairro das Condominhas (Procº 2333/B4)	0,00	0,00



## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado
8422987	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua do Carvalho constituinte do Lote 33 do Alvará Loteamento 30/82 (Procº 1635/1)	0,00	0,00
8423011	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Azenha Nº 305 (Procº 231/1A)	0,00	0,00
8423013	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Travessa das Condominhas e Rua da Pasteleira (Procº 520/7)	0,00	0,00
8423015	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira Nº 37 a 41 (Procº 520/8)	0,00	0,00
8423017	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira Nº 47 (Procº 520/9)	0,00	0,00
8423019	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Pasteleira (Procº 520/A)	0,00	0,00
8423020	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 12 (Procº 2387/12)	0,00	0,00
8423021	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 13 (Procº 2387/13)	0,00	0,00
8423026	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de António de Bessa leite e Travassa da Fonte Arcada (Procº 1583/2)	0,00	0,00
8423027	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Agrupamento Habitacional de Bessa Leite Edifício 5 (Procº 2334/5A-5BT)	0,00	0,00
8423028	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Agrupamento Habitacional de Bessa Leite Edifício 6 (Procº 2334/6A-6AN)	0,00	0,00
8423029	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Travessa da Fonte Arcada (Procº 1583/1)	0,00	0,00
8423031	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de António de Bessa leite e Travassa da Fonte Arcada (Procº 1583/3)	0,00	0,00
8423032	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Agrupamento Habitacional de Bessa Leite Edifício 1 (Procº 2334/1A-1DH)	0,00	0,00
8423033	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Agrupamento Habitacional de Bessa Leite Edifício 2 (Procº 2334/2A-2X)	0,00	0,00
8423034	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Agrupamento Habitacional de Bessa Leite Edifício 3 (Procº 2334/3A-3V1)	0,00	0,00
8423035	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Agrupamento Habitacional de Bessa Leite Edifício 4 (Procº 2334/4A-4F1)	0,00	0,00
8423037	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua de António de Bessa leite e Travassa da Fonte Arcada (Procº 1583/5)	0,00	0,00
8423039	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua da Diamantina nº 275/279 (Procº 1202/1)	0,00	0,00
8423042	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua do Peso da Régua (Procº 1623/14A)	0,00	0,00
8423043	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo Habitacional do Ilhéu (Procº 2442/3)	0,00	0,00
8423044	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo Habitacional do Ilhéu (Procº 2442/2)	0,00	0,00
8423045	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Grupo Habitacional do Ilhéu (Procº 2442/6)	0,00	0,00
8423047	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 14 (Procº 2387/14)	14-03-1974	0,00
8423050	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua D. João de Mascarenhas - Zona da Pasteleira (Procº 2241/Única)	0,00	0,00
8423051	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 1 (Procº 2398/1A-A a 1E-I)	0,00	0,00
8423052	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 2 (Procº 2398/2A-A a 2F-I)	0,00	0,00
8423053	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 3 (Procº 2398/3A-A a 3C-I)	0,00	0,00
8423054	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 4 (Procº 2398/4A-A a 4C-I)	0,00	0,00



## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado
8423055	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 5 (Procº 2398/5A-A a 5C-I)		0,00	0,00
8423056	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 6 (Procº 2398/6A-A a 6B-I)		0,00	0,00
8423057	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 7 (Procº 2398/7A-A a 7C-I)		0,00	0,00
8423058	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 8 (Procº 2398/8A-A a 8B-I)		0,00	0,00
8423059	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 9 (Procº 2398/9A-A a 9B-I)		0,00	0,00
8423060	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 10 (Procº 2398/10A-A a 10H-K)		0,00	0,00
8423061	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 11 (Procº 2398/11A-A a 11B-I)		0,00	0,00
8423062	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Bairro da Mouteira Edifício 12 (Procº 2398/12A-A a 12B-I)		0,00	0,00
8423063	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Parque infantil - Mouteira na Rua Henrique Alegria (Procº 2435/34)		0,00	0,00
8423064	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Rua de Contumil, Designada por "Campo da Tapada " ou "Tapada do Gorgulho" no Lugar de Contumil (Procº 1072/2)		0,00	0,00
8423065	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Grupo de Moradias Populares em Contumil - Edifício 4 (Procº 2328/4)		0,00	0,00
8423066	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Grupo de Moradias Populares em Contumil - Edifício 6A (Procº 2328/6A)		0,00	0,00
8423067	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Grupo de Moradias Populares em Contumil - Edifício 3 (Procº 2328/3)		0,00	0,00
8423068	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Grupo de Moradias Populares em Contumil - Edifício 1 (Procº 2328/1)		0,00	0,00
8423070	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Ringue/Polidesportivo de Contumil (Procº 2436/5)		0,00	0,00
8423071	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Parque infantil - Contumil na Rua de Contumil (Procº 2435/35)		0,00	0,00
8423074	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Rua de Contumil nºs 682/686 e na Travessa das Agrads (Procº 1072/13)		0,00	0,00
8423091	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente Grupo de Moradias Populares em Contumil - Edifício 14 (Procº 2328/14)		0,00	0,00
8423092	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 1 (Procº 2347/1)	09-04-1965	0,00	0,00
8423093	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 2 (Procº 2347/2)	09-04-1965	0,00	0,00
8423094	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 3 (Procº 2347/3)	09-04-1965	0,00	0,00
8423095	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 4 (Procº 2347/4)	09-04-1965	0,00	0,00
8423096	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 5 (Procº 2347/5)	09-04-1965	0,00	0,00
8423097	301 06 01	Em aglomerados urbanos			
		Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 6 (Procº 2347/6)	09-04-1965	0,00	0,00



## Câmara Municipal do Porto

# Resumo

Nº Inv.	Grupo Homogéneo	Descrição	Data aquisição	Valor de aquisição	Valor atualizado	
8423098	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 7 (Procº 2347/7)	09-04-1965	0,00	· 0,00
8423099	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 8 (Procº 2347/8)	09-04-1965	0,00	· 0,00
8423100	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 9 (Procº 2347/9)	09-04-1965	0,00	· 0,00
8423101	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 10 (Procº 2347/10)	09-04-1965	0,00	· 0,00
8423102	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Terreno subjacente, Bairro Nuno Pinheiro Torres Edifício 11 (Procº 2347/11)	09-04-1965	0,00	· 0,00
8423135	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua S. João de Brito (Procº 1665/Única)		0,00	· 0,00
8423137	301 06 01	Em aglomerados urbanos	Rua S. João de Brito (Procº 354/Única)		0,00	· 0,00
<b>Totais:</b>					0,00	0,00

Nº de imóveis impressos: 151